



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANNA TERRA COSTA CORREIA LIMA

**CONTINUIDADE E MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA:
A Política do Governo de Xi Jinping e o Caso do Mar do Sul da China**

João Pessoa

2020

ANNA TERRA COSTA CORREIA LIMA

**CONTINUIDADE E MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA:
A Política do Governo de Xi Jinping e o Caso do Mar do Sul da China**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Ielbo Marcus Lobo de Souza

João Pessoa

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732c Lima, Anna Terra Costa Correia.

Continuidade e mudança na política externa chinesa: a política do governo de Xi Jinping e o caso do Mar do Sul da China / Anna Terra Costa Correia Lima. - João Pessoa, 2020.
87 f.

Orientação: Ielbo Marcus Lobo de Souza.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política externa. 2. China. 3. Xi Jinping. 4. Partido Comunista da China (PCC). 5. Mar do Sul da China. I. Souza, Ielbo Marcus Lobo de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

ANNA TERRA COSTA CORREIA LIMA

**CONTINUIDADE E MUDANÇA NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA: O
GOVERNO DE XI JIPING**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 02 de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Ielbo Souza

Prof. Dr. Ielbo Marcus Lobo de Souza – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Túlio Sérgio Henriques Ferreira

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Mariana Pimenta Oliveira Baccarini

Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, minha melhor amiga, minha razão de viver, minha heroína e minha inspiração para nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu orientador Ielbo Marcus Lobo de Souza, por nunca desistir de mim, me inspirar a tentar e sempre ser o ponto alto das minhas semanas, e a professora Amanda Souza Galvínio por ter sido sempre uma grande amiga e fonte apoio. Agradeço também a todos os meus amigos, colegas e professores, por me acompanharem nessa jornada e serem sempre uma fonte de inspiração.

“Não deixe o medo de errar impedir que você jogue.”

A Nova Cinderela

RESUMO

Este trabalho trata da abordagem da Política Externa Chinesa durante o governo do Presidente Xi Jinping, associando os objetivos de política externa do país com o pensamento e a abordagem do presidente. Esta análise cobrirá os anos de 2013 a 2019. A pesquisa foi feita de forma qualitativa através de uma extensa revisão bibliográfica relevante ao tema, partindo da seguinte pergunta: Em que medida - e por que razões - a política externa do governo de Xi Jinping representa uma continuidade ou mudança em relação à política externa de seus antecessores recentes? Concluimos que Xi é líder chinês mais poderoso desde o governo de Deng Xiaoping, sendo o único que conseguiu fazer alterações radicais tanto no cenário político interno quanto nas relações exteriores desde o seu primeiro mandato, apresentando uma postura de política política externa que, embora possua vários aspectos de continuidade com seus predecessores recentes, apresenta mudanças marcantes, principalmente em sua postura mais assertiva e proativa.

Palavras Chave: 1. Política Externa. 2. China. 3. Xi Jinping. 4. PCC. 5. Mar do Sul da China.

ABSTRACT

This paper deals with the Chinese Foreign Policy approach during President Xi Jinping's government, associating the country's foreign policy objectives with the President's thinking and approach. This analysis will cover the years 2013 to 2019. The research was done in a qualitative way through an extensive bibliographic review relevant to the theme, starting from the following question: To what extent - and for what reasons - the foreign policy of the Xi government Does Jinping represent a continuity or change in relation to the foreign policy of its recent predecessors? We conclude that Xi is the most powerful Chinese leader since the government of Deng Xiaoping, being the only one who has managed to make radical changes both in the internal political scenario and in foreign relations since his first term, with a foreign policy policy that, although has several aspects of continuity with its recent predecessors, presents marked changes, mainly in its more assertive and proactive stance.

Keywords: 1. Foreign Policy. 2. China. 3. Xi Jinping. 4. CCP. 5. South China Sea.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
 2 PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICA EXTERNA NA CHINA	
2.1 A Unidade de Decisão Autorizada e o Líder Dominante.....	15
2.2 A Estruturação Política do Governo Chinês.....	17
2.3 A Posição de Xi Jinping Como Líder Predominante e Unidade de Decisão Autorizada.....	22
 3 A POLÍTICA EXTERNA DE XI JINPING: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?	
3.1 Os Objetivos Tradicionais da Política Externa Chinesa.....	37
3.2 A Política Externa de Xi Jinping: Continuidades, Mudanças e Contradições.....	42
 4 A POSTURA DO GOVERNO DE XI JINPING NO CASO DO MAR DA CHINA.....	57
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
 REFERÊNCIAS.....	83

1 INTRODUÇÃO

O processo acelerado de crescimento econômico chinês, desde as reformas iniciadas nos anos 70, desencadeou o estabelecimento da China (RPC) nos últimos anos como a segunda maior economia mundial, com um PIB de 13.6 trilhões de dólares (segundo dados do Banco Mundial). A RPC consolidou-se como um gigante internacional não apenas no aspecto econômico: é o país mais populoso do mundo (e também um dos mercados mais importantes de consumo e mão de obra), com sua população de aproximadamente 1.4 bilhão de pessoas, e o terceiro maior país em extensão territorial e poderio militar (sendo assim classificado segundo os marcadores do Global Fire Power). Dado este quadro, compreende-se a importância da China como ator-chave do Sistema Internacional e a necessidade de se estudar o país, principalmente, no tocante a política externa contemporânea da nova grande potência.

O estudo sobre a política externa chinesa da Era de Xi Jinping possui altíssima relevância aos *policy makers*, *decision makers*, analistas internacionais, acadêmicos e ao público em geral, pois fornece o material necessário para compreender um dos atores mais relevantes do Sistema Internacional, cujas ações e decisões de política externa podem desencadear impactos globais.

A ascensão do governo de Xi Jinping ao poder foi um marco muito importante para a política Chinesa, tanto no âmbito interno quanto no externo, sendo marcado por ações mais intrépidas e assertivas - como a luta severa contra a corrupção (que resultou na prisão e afastamento de diversos membros do PCC) - além de uma mudança geral de discurso, que mostrou a disposição da China de ser tratada como grande potência.

Essa mudança de paradigma ocorreu ao ser abandonada a postura de política externa que marcou o período de reformas e desenvolvimento econômico, regida pelo princípio "*esconda sua força, ganhe tempo*" de Deng Xiaoping, sendo substituída por uma diplomacia de grande potência e a premissa do rejuvenescimento nacional pelo "sonho chinês". Godbole (2015) constatou que em 2013, quando Xi Jinping assumiu a presidência, a China já havia adquirido poder suficiente para não mais precisar ganhar tempo. A nova posição de grande potência foi declarada pelo próprio presidente, enfatizando que o país utilizaria o poderio econômico acumulado nos 30 anos anteriores ao seu mandato para criar um novo tipo de arquitetura econômica e de segurança regional asiática.

Partindo disso, e da constatação de que houve uma mudança expressiva na política externa do país com a ascensão de Xi na presidência, podemos inferir a importância de se compreender a nova fase da política externa chinesa, em suas rupturas e continuidades.

Desta maneira, por meio deste trabalho buscaremos tratar, de modo geral, da “nova” abordagem da Política Externa (PE) Chinesa durante o governo do Presidente Xi Jinping, associando os objetivos de PE do país com o pensamento e a abordagem do presidente. Esta análise cobrirá o período entre os anos de 2013 e 2019, o que corresponde à ascensão de Xi Jinping ao gabinete até o presente. A questão de investigação que se busca responder neste trabalho é: Em que medida - e por que razões - a política externa do governo de Xi Jinping representa uma continuidade ou mudança em relação à política externa de seus antecessores recentes?

Para responder essa pergunta, temos por primeira hipótese que, ao assumir o cargo de Secretário Geral do PCC e Presidente da RPC, e expandir seus poderes e sua rede de influências, Xi assumiu a posição de Líder Predominante e tornou-se a unidade de decisão autorizadora da política externa chinesa. Seu pensamento passou a ter um papel fundamental na definição da PE do país, e o líder conseguiu concentrar o poder decisório em suas mãos ou em órgãos sob o seu controle, coisa que Jiang Zemin e Hu Jintao, seus predecessores, não conseguiram fazer.

Podemos hipotetizar também que, ao observarmos a política externa chinesa nas primeiras décadas do século XXI, Xi Jinping adotou uma política externa que apresenta aspectos de continuidade e ruptura, desfrutando de uma abordagem marcadamente mais assertiva e agressiva do que os seus predecessores, embora a política externa chinesa continue a ser fortemente regida pelos objetivos tradicionais e pela busca de vantagens econômicas que marcaram a primeira década do século XXI.

O caso do Mar da China Meridional, uma questão territorial considerada fundamental nos objetivos de PE do país, foi escolhido como estudo de caso para demonstrar as hipóteses, e como meio de exemplificar a forma prática de como essa política se manifesta e é implementada. Como indicado por Burch (2019), área do Mar do Sul da China é fonte histórica de disputas territoriais. Atualmente, pelo menos 6 países reivindicam parte do território. Segundo a China, a maior parte da área lhes pertence desde a antiguidade. A disputa pela presença na área é permeada por conflitos que vão desde direitos de pesca até a exploração de reservas de petróleo e gás. Outro fator que estimula a competição pela área é o fato de ser uma das maiores rotas de comércio do mundo, dando enorme influência para quem quer que a domine. Ainda nos primeiros anos de seu governo, Xi Jinping praticou uma política externa assertiva e expansionista na área, o que pode ser observado na construção de ilhas artificiais ocupadas por militares e nas demonstrações de poderio naval e militar na região. Contudo, pode-se dizer que o interesse dele na área venha principalmente do desejo de se estabelecer como potência dominante da área em resposta a influência dos EUA. Estudar as políticas do

governo de Xi no caso do Mar do Sul da China (MSC) é extremamente benéfico para esse propósito, dadas as condições da disputa marítima que envolve diversos atores regionais com os quais a China mantém diversas relações, tanto econômicas como no âmbito de organizações internacionais, e atores globais como os Estados Unidos.

Embora Xi tenha tomado essas medidas no Mar do Sul da China (MSC), ele ainda mantém a ambiguidade no que diz respeito a classificá-lo como um interesse central e inegociável (como a questão do Tibete). Pode-se observar na postura do Secretário que a importância dada ao MSC não supera a prioridade relacionada ao sucesso de seus planos de longo termo e políticas econômicas para a China, que são liderados principalmente pelo projeto One Belt One Road - que inclui os países com os quais têm disputa marítima – projeto histórico que pode estender a influência econômica e política chinesa sobre metade do mundo. Em virtude disso, a possibilidade de ações extremas na área é restrita, porém não deixa lugar para desafios à sua imagem de líder forte, nem aceita influências estrangeiras em áreas consideradas como território chinês. Todos esses fatores se desenrolam na postura adotada por Xi Jinping hoje: de avançar onde e como pode no MSC, esperando por um momento mais propício para a dominação da área (Belt and ROAD, 2019).

Considerando o problema de pesquisa e as hipóteses descritos acima, utilizaremos quatro autores para construir o referencial teórico que norteará este trabalho: Valerie M. Hudson, Margaret G. Hermann, Jeffrey A. Bader e Wenjuan Nie.

Como já mencionado, temos como tema geral deste trabalho a Análise de Política Externa (APE) do Governo de Xi Jinping. Sendo assim, para o cumprimento dessa tarefa é fundamental o conhecimento das teorias da APE, níveis de análise, métodos, perspectivas e objetos que as compõem. Para que se possa construir uma base sólida para o aprofundamento da pesquisa, considera-se que o trabalho de Hudson é fundamental.

A autora aponta que a agência e influência do ser humano são fundamentais para a construção da PE. Ela afirma que “a análise da política externa é caracterizada por um foco específico do ator, com base no argumento de que tudo o que ocorre entre nações e através das nações se baseia em tomadores de decisão humanos” (HUDSON. 2005; p. 1, tradução nossa)¹. Ou seja, sob “a perspectiva da APE, a fonte de toda política internacional e toda mudança na

¹ No original: Foreign policy analysis is characterized by an actor-specific focus, based upon the argument that all that occurs between nations and across nations is grounded in human decision makers.

política internacional são, especificamente, seres humanos usando sua [capacidade de] agência e atuando individualmente ou em grupos” (HUDSON. 2013; p. 7, tradução nossa)².

Em seu livro “Análise de Política Externa: Teoria Clássica e Contemporânea”, podemos encontrar descritos de forma esclarecedora diferentes níveis de análise de política externa e os mais diversos fatores que influenciam uma tomada de decisão de PE: nível individual - processo cognitivo, personalidade do líder; grupo - *small group dynamics*, processo organizacional, política burocrática; cultura e identidade; contestação de política doméstica; atributos nacionais; e sistemas regionais e internacionais.

Todos esses níveis são importantes para que se possa compreender o processo da tomada de Decisão de Política Externa (DPE) e da forma que ela se dá na prática. Contudo, como o foco deste trabalho está na influência de Xi Jinping sobre a política externa chinesa, buscaremos nos aprofundar no nível individual, para compreender principalmente a influência e importância do líder na PE.

O trabalho de Hermann sobre o papel de protagonismo das unidades decisórias para a Política Externa é crucial para a construção desta pesquisa. A autora se aprofunda sobre os fatores que influenciam a determinação dessas unidades e suas decisões. Hermann (2001) diz que dentro de qualquer governo existe um indivíduo ou um conjunto de indivíduos capazes de empenhar os recursos da sociedade e, quando confrontados com um problema, possuem a autoridade para tomar uma decisão que não pode ser prontamente revertida. Esse conjunto de tomadores de decisão é chamado de "unidade de decisão autorizada". Esse conceito é importante para entendermos como ocorre a tomada de decisões em PE em diversas situações e questões, assim como nos mais diversos cenários políticos.

Assim como Hudson, a autora se concentra no processo de *policy making*, ou seja, no processo decisório e nos fatores que influenciam a unidade de decisão autorizada a tomar um ou outro caminho, focando em três diferentes tipos de unidades decisórias: líder predominante, *single group* e coalizão, indicando quais condições favorecem a proeminência de uma ou outra unidade.

Hermann (2001) diz que a unidade decisória tenderá para o tipo Líder Predominante caso:

² No original: The perspective of FPA is that the source of all international politics and all change in international politics is specific human beings using their agency and acting individually or in groups.

1. Líder, se o regime tiver um indivíduo em sua liderança, investido da autoridade - seja pela constituição, pela lei ou pela prática geral - de comprometer ou reter os recursos do governo com relação a problemas de política externa.
2. A unidade de decisão também pode ser um líder predominante se o mecanismo de política externa do governo estiver organizado hierarquicamente, com uma pessoa localizada no topo da hierarquia sendo responsável por todas as decisões tomadas. Além do mais, se um único indivíduo tem controle sobre as várias formas de coerção disponíveis na sociedade e, como resultado, exerce poder sobre os outros, a unidade de decisão pode ser um líder predominante.

Ao constataremos a existência dos dois pontos acima, segundo a autora, precisaremos atestar o interesse (ou falta dele) do líder em questão no exercício dessa autoridade. Hermann então menciona que, segundo a literatura sobre liderança política e tomada de decisões em política externa, sugere-se a existência de pelo menos as seguintes condições nas quais esses líderes (provavelmente) exercerão seus poderes: situações que garantem o envolvimento como diplomacia de alto nível, e eventos de crise e aspectos particulares das personalidades dos líderes, como o seu interesse, conhecimento/expertise na área de PE, além de suas técnicas para gerenciar informações e resolver desacordos.

Tendo reconhecido a importância do indivíduo, não podemos desconsiderar a estrutura e o contexto histórico em que Xi se encontra e como isso influenciou suas ações. Essa é a importância de uma visão como a de Barder para este trabalho.

O autor traz uma análise da PE chinesa partindo do posicionamento de Mao Zedong até chegar ao de Deng Xiaoping:

Deng Xiaoping iniciou uma estratégia doméstica de reforma econômica e abertura para o mundo exterior, especialmente os Estados Unidos e o Ocidente. Tal estratégia exigia investimento estrangeiro, comércio exterior, conhecimento e tecnologia estrangeiros e cooperação externa [...] A China ingressou - ou iniciou o caminho para ingressar - em todas as organizações-chave do sistema das Nações Unidas que uma vez denunciou [...] abandonou o papel do poder revolucionário e recusou se tornar um poder revisionista, continuando a ter uma atitude ambígua em relação à ordem internacional (BADER, 2016; p.4 - 5, tradução nossa)³

³ No original: Deng Xiaoping initiated a domestic strategy of economic reform and opening to the outside world, especially the United States and the West. Such a strategy required foreign investment, foreign trade, foreign knowledge and technology, and foreign cooperation [...] China joined or started on the road toward joining all of the key organizations in the U.N. system that it had once denounced [...] as China shed the role of revolutionary power and declined to become a revisionist power, it nonetheless continued to have an ambiguous attitude toward the international order.

A política externa de Deng Xiaoping, baseada em uma China que vendia a imagem de um Gigante Pacífico, concentrando-se em ganhar tempo e esconder suas forças, evitando, assim, possíveis atritos que seriam detrimenais ao crescimento Chinês, perdurou até o início do governo Xi. Segundo Bader (2016), a postura adotada pelo país durante o período de 1949 a 1978, e, depois, de 1978 a 2012, refletia a ideologia e as prioridades estratégicas da liderança chinesa, sendo produto de uma liderança revolucionária e fraca internacionalmente, sem o poder de projetar suas ideias e interesses de maneira eficaz.

O autor irá afirmar que a postura de Xi em seu pensamento de PE se deve em grande parte ao fato de ter herdado uma China vastamente diferente da herdada pelos seus predecessores. Ocorreram mudanças maciças no lugar da China no sistema internacional (de país lutando para ganhar espaço e crescer para uma potência mundial), como reflexo do aumento do seu poder econômico, político e militar. Xi herdou uma grande potência e fez sua política de acordo com a nova posição (BADER. 2016).

Por fim, com auxílio de trabalhos como o de Nie, iremos mais a fundo em nossa análise. Nos valeremos de elementos de liderança, desempenho político e desempenho nacional para compreender a manifestação da política externa de Xi Jinping e a sua manifestação no Mar do Sul da China (MSC).

A autora parte do pressuposto de que, tratando-se da China, “a visão da liderança suprema de desempenho político é o fator mais importante quando se trata de tomada de decisão em política externa” (NIE, p. 422; 2016, tradução nossa)⁴. Ressalta, a autora, a importância da legitimidade, atrelada a performance política, como impulsionadora das atitudes e planos de PE do presidente, além da aproximação do centenário do PCC em 2021 como outro fator externo (além dos mencionados por Bader) que impulsionam a ambição de Xi para conquistas políticas.

Nie traz uma valiosa perspectiva teórica para que seja feita a análise da política de Xi no MSC, baseando-se na percepção da liderança suprema da performance política - uma abordagem extremamente relevante tanto em termos teóricos quanto práticos ao considerarmos o sistema autoritário altamente centralizado da China, que tem o líder supremo frequentemente como árbitro principal na tomada de decisões em política externa. Assim, a autora considera três critérios a serem analisados para que seja adotada tomada uma decisão quanto a uma política externa: viabilidade, significado e convergência moral.

⁴ No original: the supreme leadership’s view of political performance is the most important factor when it comes to foreign policy decisionmaking.

Esse modelo implica que é menos provável que a China empreenda ações que levem a uma crise e animosidades belicosas no MSC, que certamente seriam detrimenais a manutenção de outros projetos de política externa mais vantajosos, como o One Belt One Road. Contudo, a autora ressalta que, segundo a personalidade de Xi, a China pode responder fortemente a ações que podem ser consideradas provocativas ou prejudiciais à sua imagem como um líder forte.

Levando em consideração o problema de pesquisa, é possível ver a importância dos autores acima mencionados para compreender os fatores e o cenário que, não apenas tornam o Presidente um ator fundamental para a política externa chinesa, como também são determinantes para o processo decisório e de formação dessa política.

Tendo em vista o tema e problema de pesquisa deste trabalho, partimos de uma perspectiva histórica construída através de uma pesquisa qualitativa, com um referencial teórico baseado nas teorias de análise de política externa centradas no Líder Dominante (ou supremo líder). Essa abordagem se mostra importante quando consideramos o contexto político chinês que é organizado em um sistema autoritário, unipartidário e altamente centralizado, onde o grande líder é responsável por ditar a política externa ou pelo menos a direção da mesma, de acordo com interesses e ameaças externas e internas. Outro fator fundamental para a escolha dessa abordagem metodológica é a própria postura proativa de Xi na PE, com o lançamento de seu pensamento político, seus diversos pronunciamentos sobre a temática e suas viagens constantes a outros países.

Este trabalho foi organizado da seguinte forma. No primeiro capítulo exploramos o processo decisório em política externa na China, para isso, em um primeiro momento exploramos as teorias de APE centradas no líder supremo, dando destaque aos trabalhos de Hermann e Hudson, depois nos concentramos na estruturação política do governo chinês e na posição de Xi Jinping como líder predominante e unidade de decisão autorizada. O capítulo segundo trata dos objetivos tradicionais da política externa chinesa e da política externa na era de Xi Jinping, em seus aspectos de mudança e continuidade. O terceiro capítulo versa sobre as políticas políticas ações do governo de Xi no MSC, buscando uma visão de como a sua PE se manifesta na prática.

2 PROCESSO DECISÓRIO EM POLÍTICA EXTERNA NA CHINA

2.1 A Unidade de Decisão Autorizada e o Líder Dominante

Dado o objetivo deste trabalho, faz-se necessário, primeiramente, que seja explicado o porquê da relevância e centralidade da figura de Xi Jinping para a política externa (PE) chinesa.

Isto será feito através da utilização do aparato teórico de Análise de Política Externa para compreender como se dá o processo decisório em política externa chinesa, determinando-se qual a unidade de decisão autorizada e se são cumpridos os critérios para que XI seja caracterizado como o líder predominante.

Para o desenvolvimento desta análise será feito uma aplicação dos critérios de determinação da Unidade de Decisão Autorizada (UDA) como Líder Predominante (LP) utilizados por Valerie M. Hudson (2005) e Margaret G. Hermann (2001) à atual estrutura política e de tomada de decisões de PE do governo chinês. Mas, primeiramente, antes de nos debruçarmos nos pormenores do que torna um líder predominante como UDA, precisamos enfatizar o que, para os fins deste trabalho, é um líder predominante: uma pessoa que possui a “capacidade de comprometer os recursos da sociedade e, no que diz respeito ao problema específico que está sendo enfrentado, o poder de tomar uma decisão que não pode ser revertida prontamente” (HERMANN, 2001, p. 84, tradução nossa).⁵

As autoras definem diversas variáveis sob as quais a unidade decisória será o LP. Primeiramente, é necessário que seja analisado o regime político no qual este líder está inserido, afinal diferentes regimes irão ofertar poderes e restrições díspares aos soberanos - um rei absolutista como Luís XIV teve atribuições e espaço de manobra muito distintas do atual presidente da França, Emmanuel Macron. Sendo assim, se um regime político possui uma pessoa a qual - por lei ou prática geral - é conferida a autoridade para investir ou barrar recursos governamentais no tocante a prática da PE, está no topo da hierarquia do mecanismo de formulação de PE do país, e detém o controle da força (mecanismos coercitivos), essa pessoa poderá ser considerada um LP.

Em segundo lugar, é preciso definir se o líder tem - ou não - interesse em lidar com a política externa. Contudo, vale ressaltar que certas situações podem compelir até um líder desinteressado a se envolver em assuntos de PE, seja por questões pessoais ou contextuais, o que nos leva à terceira condição: situações de crise, inevitavelmente, serão tratadas pelo alto escalão do governo - afinal são essas esferas que possuem a autoridade e o arcabouço legal e estrutural para tomar decisões referentes a sobrevivência do país. Igualmente, situações que representam diplomacia de alto nível (“*summit diplomacy*”) também impulsionam um cenário que favorece a atuação do Líder Dominante como UDA.

⁵ No original: “ability to commit the resources of the society and, with respect to the specific problem being confronted, the power to make a decision that cannot be readily reversed”.

As necessidades de coordenação e planejamento a longo prazo podem ser consideradas a quarta variável. Isto ocorre, geralmente, quando há - por parte de outros atores - dificuldade de ler as informações oferecidas para que seja dado um direcionamento à política externa, ou em casos onde há necessidade de criação de doutrinas e abordagens estratégicas extensivas para questões específicas que perdurarão no futuro.

Outras variáveis irão considerar questões mais “pessoais/particulares” de cada líder. A quinta, por exemplo, pede que seja levado em consideração se o líder possui treinamento diplomático e o nível deste treinamento. A sexta condição indica que se observe as áreas de interesse e expertise do líder, pois especialização em uma área pode até levar um líder que não se encaixe nos padrões de LP a tomar a frente e o controle de determinadas decisões de política externa. Se um líder tem interesse especial em uma área específica, ou em política externa em geral, ele tenderá a exercer um maior controle sobre a agenda de política externa e submetê-la e moldá-la conforme seus interesses e visão.

Ainda considerando essas questões, a sétima variável pede que seja analisado o estilo de liderança, ou seja, se é um líder proativo que gosta de tomar controle e participar, ou se trata-se de um líder que prefere delegar funções e tem um papel mais coordenativo. Ainda no escopo do estilo de liderança podemos encontrar a oitava e final variável: o papel que ele desempenha nos grupos ou órgãos responsáveis pela determinação da PE.

Hermann define que a Unidade de Decisão Autorizada é um Líder Predominante quando “um único indivíduo tem o poder de fazer a escolha sobre como um estado vai responder a um problema de política externa, ele ou ela se torna a unidade de decisão e atua como um líder predominante” (HERMANN, 2001, p. 84, tradução nossa)⁶.

Tendo definido o escopo teórico aqui utilizado, é necessário nos debruçarmos em como aplicá-lo na prática ao observarmos a estrutura decisória do governo chinês e como essa estrutura compele, ou não, Xi Jinping não apenas ao papel de líder predominante, mas também de Unidade de Decisão Autorizada na formulação da política externa chinesa.

2.2 A Estruturação Política do Governo Chinês

Antes de entrarmos nos pormenores do papel de Xi Jinping é fundamental compreender o sistema e a estrutura nos quais ele está inserido. Desta forma, primeiramente, é fundamental

⁶ No original: “When a single individual has the power to make the choice concerning how a state is going to respond to a foreign policy problem, he or she becomes the decision unit and acts as a predominant leader”.

compreender o atual regime político do país. Para isto, utilizaremos como base o relatório feito pelos especialistas em assuntos asiáticos, Susan V. Lawrence e Michael F. Martin (LAWRENCE; MARTIN, 2013). A República Popular da China (RPC) se encontra sob o comando ininterrupto do Partido Comunista da China (PCC) desde a derrota, em 1949, das forças nacionalistas de Chiang Kai-shek. O PCC domina tanto o Estado quanto a Sociedade. Atualmente o seu corpo de filiados conta com 87.79 milhões de pessoas, o que o consagra como o maior partido político do mundo. Os braços do PCC se estendem por todas as organizações oficiais e semi oficiais, abrangendo universidades e empresas estatais, podendo ser encontrados membros do partido também em empresas privadas (inclusive nas estrangeiras) e em praticamente todas as organizações da sociedade civil (o que, dependendo do ranking do membro - atual ou antigo, caso seja aposentado - pode trazer grandes benefícios para a capacidade da OSC de conseguir realizar sua agenda). Em questões organizacionais é necessário que cada integrante pertença a um ramo, célula ou qualquer outra unidade específica do PCC, de forma que possa participar das atividades rotineiras que lhe são exigidas.

Embora o Partido inequivocamente detenha exclusivamente o poder político na China, é preciso ressaltar alguns pontos relevantes. Primeiramente, o PCC, ao longo dos anos, tem se mostrado flexível o suficiente para se adaptar às mudanças da sociedade chinesa, assim consolidando sua posição. Em segundo lugar, o regime chinês não é monolítico ou monopartidário em termos estritos; na verdade, possui estruturas que favorecem tanto uma liderança coletiva, quanto a de um líder central, e existem outros oito partidos políticos que - embora não tenham poder algum - são utilizados para denominar o atual regime chinês como um “sistema de colaboração multipartidário”.

Segundo os autores, o domínio que o PCC exerce sobre a Sociedade e o Estado se sustém em quatro pilares: o controle da força, principalmente do Exército de Libertação Popular; o controle do aparato de segurança interna; o controle sobre a indicação de pessoal em instituições que permeiam todo o escopo da sociedade chinesa; e o controle da mídia.

Embora exista um aparato estatal separado do partido, é dentro das estruturas organizacionais do PCC que se encontram os verdadeiros pólos de poder e os órgãos que comandam o sistema político, econômico e social da China. O alto comando do Partido Comunista Chinês tem no topo da sua hierarquia o Comitê Permanente do Politburo, seguido pelo Politburo, o Comitê Central e o Congresso do Partido (LAWRENCE; MARTIN, 2013).

O Comitê Permanente do Politburo (CPP) é a entidade política e decisória mais importante do partido. O CPP é composto por sete homens, hierarquicamente organizados em ranking de 1 ao 7, sendo o mais alto posto de comando o do Secretário Geral do Partido. Cada

um dos sete é responsável por portfólios específicos e serve paralelamente como comandante de outros componentes cruciais do sistema político chinês. O CPP se reúne semanalmente.

O Politburo (PLB), contendo 25 membros (incluindo os do CPP), é o próximo órgão na hierarquia do PCC. Ele é responsável por organizar as principais reuniões nacionais para a discussão das grandes questões políticas cruciais, mas não se reúne regularmente.

O Comitê Central (CC), o principal órgão de coordenação do Partido, é formado por 205 membros permanentes e 171 suplentes. O CC é responsável por eleger os membros do Politburo, do CPP e do Secretariado Geral do Partido (composto por sete membros que servem o Politburo e o CPP), e por apontar os integrantes da Comissão Militar Central do Partido (CMCp). O órgão mantém reuniões anuais.

O Congresso Nacional do Partido (CNP) é composto por cerca de 2000 delegados que são responsáveis por eleger os membros do Comitê Central e aprovar o relatório ao Congresso do Secretário Geral do Partido (SGP), o qual indica os posicionamentos do Partido e apresenta um esboço da agenda do Partido para os próximos cinco anos. Se reúne a cada 5 anos.

Membros do CPP e do PLB são responsáveis por comandar diversos outros órgãos da burocracia do PCC. A Comissão Central de Disciplina e Inspeção, um órgão fundamental para a política chinesa, é comandada por Zhao Leji, membro do Comitê Permanente (ranking 6). O Departamento Organizacional, o Departamento de Propaganda e a Comissão Central de Políticas e Lei, são chefiadas por membros do PLB.

Um dos braços mais importantes do Partido é o Exército de Libertação Popular (ELP), comandado pela Comissão Militar Central do Partido (CMCp) e a Comissão Central do Estado (CMCe), ambos compostos pelos mesmos membros e comandados pelo Secretário Geral do Partido (SGP). Os estudos apontam que o poder *de facto* de comando das forças armadas chinesas se concentra na CMCp (LAWRENCE; MARTIN, 2013).

É interessante observar que, embora a decisão para que o exército fizesse parte do PCC, e não do Estado como em outros países, fosse crucial para a manutenção do poder do Partido, também foi feita a decisão estratégica de remover militares dos mais altos órgãos decisórios do sistema (notadamente o CPP), subordinando a CMCp completamente ao alto escalão do PCC. Contudo, isto não remove a importância e a influência do ELP nos altos escalões da política, o que será mais explorado adiante.

Embora, de muitas maneiras, as linhas entre o Partido e o Estado sejam nebulosas e o comando político e o poder decisório estejam concentrados nos órgãos do PCC, a China possui desde o final dos anos 70 um aparato estatal “separado”. O Estado é responsável por gerir a

administração rotineira do país, e sua função básica é implementar e executar as políticas definidas pela elite política do PCC.

Os funcionários que são empregados nas mais diversas instituições estatais são considerados servidores públicos e não precisam ser parte do Partido Comunista, não obstante, todos os níveis do sistema estatal são permeados por membros do Partido, marcadamente nos altos cargos de comando. O mais elevado cargo do Estado é o de Presidente, ocupado pelo Secretário Geral do Partido, e o órgão central do Estado é o Conselho Estatal (CE), chefiado pelo Premier, o segundo em ranking no CPP. Os próximos na linha de comando são 5 Vice Premiers e 5 Conselheiros de Estado. Dentre os Conselheiros se encontra o Ministro das Relações Exteriores. Subordinados ao CE se encontram ministérios e comissões. Assim como no caso do exército, os mais altos órgãos do Estado não se comparam aos do Partido, colocando-os em uma posição hierárquica inferior, subordinado ao poder decisório do PCC (LAWRENCE; MARTIN, 2013).

Agora que foi dado o panorama da complexa organização política da China, é necessário que se entenda como se configura o aparato decisório de Política Externa e, nesse sistema, a Unidade de Decisão Autorizada.

Primeiramente, na área de relações exteriores, existem três órgãos fundamentais: o Departamento Internacional do Partido, que lida principalmente com outros regimes comunistas; o Ministério de Relações Exteriores (MRE), que cumpre funções semelhantes aos seus análogos; e o Escritório de Assuntos sobre Taiwan. Outros componentes importantes dos mecanismos de política externa são os *Leading Small Groups* (LSG), que são utilizados para a coordenação dos mais distintos interesses do Estado e do Partido, além de serem ferramentas para a implementação de diretivas centrais. Contudo, fora os mencionados acima, o sistema decisório da PE chinesa é composto por uma miríade de outros atores, com áreas de interesse, atuação e posição hierárquica divergentes, convergentes e sobrepostas.

Isto posto, podemos observar que:

Quase todos os membros dos órgãos encarregados de implementar qualquer política são, em primeiro lugar, membros do PCC. O poder do Partido é primordial. O órgão mais alto do Partido está mais alto do que o órgão mais alto do Estado; o Partido ultrapassa todos os setores do Estado, incluindo departamentos governamentais; o Partido controla o uso da força por meio do Exército de Libertação do Povo (PLA), que é um braço armado do Partido e não um exército estatal convencional, e o Partido controla os mecanismos consultivos do Estado, que são projetados para refletir a opinião popular. (JAKOBSON; MANUEL, 2016, p. 102, tradução nossa)⁷

⁷ No original: Almost all members of the bodies charged with implementing any policy are first and foremost members of the CPC. The Party's power is paramount. The Party's highest body ranks higher than the highest State body's rank; the Party outranks all sectors of the State, including government departments; the Party controls the use of force through the People's Liberation Army (PLA), which is an armed wing of the Party rather

Dentre todos os órgãos mencionados do sistema chinês - incluindo o Ministério de Relações Exteriores - aquele com o maior poder decisório em questões de política externa, sendo responsável por cuidar das agendas primordiais de PE, situações emergenciais e crises internacionais, é o Comitê Permanente do Politburo:

O CPP supervisiona as decisões consequentes que afetam os principais relacionamentos da China, incluindo os Estados Unidos, Japão, Rússia e Coreia do Norte. O CPP também tem que lidar com emergências ou crises internacionais, como escaramuças de fronteira ou incidentes internacionais. (JAKOBSON; MANUEL, 2016, p. 103, tradução nossa)⁸

A centralidade do CPP e do Secretário Geral do Partido (o único membro do Comitê Permanente que possui atribuições específicas no campo da Política Externa) como unidade decisória de PE fica clara quando pensamos em como políticas são realizadas e nas hierarquias contidas dentro do sistema político chinês, onde ordens são dadas e executadas de forma vertical, nível-a-nível. Desta maneira, ao existirem diversos atores com rankings iguais e com áreas de interesse que se sobrepõem ou entram em conflito, o único órgão que possui poder para coordenar a política externa é o CPP, que se localiza no ápice da hierarquia (inclusive, vale ressaltar que todos os membros do Politburo superam hierarquicamente os oficiais mais sêniores do MRE).

Outro fator fundamental para compreendermos o sistema político e decisório de PE chinesa é o papel que a lei tem para o Partido. Em um relatório para o congresso americano, de 2013, os autores apontam que o governo do PCC utiliza a lei de forma instrumental, ou seja, o governo do Partido é apoiado pela lei e não regido por ela; desta forma, a lei é apenas um instrumento de governança (LAWRENCE; MARTIN, 2013). Apesar de terem sido feitos esforços para uma maior regulamentação e institucionalização da política chinesa, pode-se observar ainda um grande grau de desregulamentação do poder nos níveis mais altos de comando, incentivando modos não oficiais de fazer política, personalização e criação de facções e coalizões que formam uma burocracia não submetida a arbitragem legal, tornando a luta por poder fortemente baseada em ligações pessoais e na troca de favores.

Os autores apontam que apesar do PCC ser a instituição política dominante na China, tendo sua liderança mencionada cinco vezes no preâmbulo da Constituição do Estado, o Partido e sua burocracia não são mencionados em nenhum dos artigos da Constituição, deixando uma

than a conventional state army, and the Party controls the consultative mechanisms of the state, which are designed to reflect popular opinion.

⁸ The PSC oversees consequential decisions affecting China's major relationships, including the United States, Japan, Russia and North Korea. The PSC also has to deal with emergencies or international crises, such as border skirmishes or international incidents.

base jurídica obscura para a extensão dos seus poderes (LAWRENCE; MARTIN, 2013). Da mesma maneira, no tocante a política externa:

Não há orientação na Constituição chinesa sobre como os diferentes atores da política externa devem interagir uns com os outros, ou quais deveriam ser os objetivos da política externa da China. A China quase não tem legislação que obrigue as ações dos formuladores de decisões de segurança nacional. (JAKOBSON; MANUEL, 2016, p. 108, tradução nossa)⁹

Desta forma, o sistema político chinês tem uma natureza altamente personalista, o que não apenas torna a liderança política extremamente vulnerável a fraturas e conflitos, mas também torna as políticas e programas do partido altamente politizados (GUO, 2019).

2.3 A Posição de Xi Jinping Como Líder Predominante e Unidade de Decisão Autorizada

A falta de regulação e cultura organizacional mais sólidas, as constelações de atores e grupos, a organização hierárquica do sistema e da implementação de políticas, combinadas com a primazia dada ao sistema chinês para a manutenção de uma liderança estável e coerente, independente das circunstâncias, é indicativo de outro fator fundamental da construção do sistema político chinês: a importância do Líder Dominante. Embora tenha sido mencionado acima que a organização governamental chinesa favorece a formação de uma liderança coletiva, é preciso compreender que esta forma de governo não é a preferida, sendo muitas vezes estabelecida quando o Líder Central falha em consolidar seu poder ou quando ele é considerado fraco ou incompetente pelos demais membros do governo.

O desejo e, de certa forma, a necessidade por um Líder Central dominante e carismático, é inseparável da formação do Estado e do pensamento político chineses, seja pela tradição comunista e imperial, ou pelo pensamento tradicional chinês que preza pelo Rei Sábio confuciano e pelo Governante Legalista Esclarecido (GUO, 2019). A existência desse líder é crucial para a manutenção do poder e do prestígio do partido, afinal, espera-se dele - através do exercício de seu poder e autoridade - a garantia de unidade e prosperidade.

Esta expectativa é inseparável do regime político, pois, por exemplo, em regimes democráticos os atores burocráticos e facções são rigidamente submetidos a instituições e leis, geralmente estando todos sujeitos ao arbitramento de uma Constituição que impede que causem a destruição do sistema. Enquanto isso, em um regime autoritário como o chinês, segundo Guo (2019), a regulamentação e coordenação desses atores burocráticos internos é de

⁹ No original: There is no guidance within the Chinese Constitution as to how different foreign policy actors should interact with each other, or to what the goals of China's foreign policy should be. China has almost no legislation binding the actions of national security decision makers.

responsabilidade do Líder Supremo, que exerce domínio sobre eles através de sua autoridade formal, ideológica, pessoal e do seu carisma, além do seu comando e influência fundados em mecanismos coercitivos e regulatórios (como por exemplo, exército, polícia e comissões regulatórias).

É através da coordenação de um líder central que o regime prospera e os problemas gerados pela falta de institucionalização dos atores são contornados. Para a estabilidade do regime chinês e para a sua sobrevivência, é imprescindível que o Líder Supremo garanta a disciplina e controle eficazes sobre os demais membros e facções; contenha e combata efetivamente a corrupção; garanta que programas políticos e sociais sejam executados; mantenha unidade, estabilidade e coesão social, sendo a promoção da prosperidade econômica um elemento fundamental para isto. Isto posto, o líder central não é apenas uma figura política, mas se trata de um líder nacional cujos poderes não podem ser comparados ou substituídos, sendo um exemplo da unidade nacional, harmonia, sabedoria e moral. Guo (2019) afirma que, de muitas maneiras, o líder chinês é visto de uma forma paternalista, um patriarca benevolente e guia da nação.

Tendo posto essas características, compreende-se que os vácuos legais na regulamentação do alto escalão do poder chinês permitem que o líder se valha deles para consolidação da sua posição através do acúmulo de funções e do exercício do domínio sobre os outros atores. Ao contrário de regimes democráticos, onde os poderes e a legitimidade da liderança são previstos e limitados pela lei e por instituições reguladoras, no governo chinês a posição nada mais é do que uma plataforma inicial. O Líder Supremo chinês só adquire essa posição se valendo das suas habilidades individuais para garantir seu controle sobre o maquinário do governo e das demais elites existentes, concentrando o poder e cultivando subordinados leais em funções estratégicas. Em outras palavras:

Para um secretário-geral do partido nomeado para chefiar a liderança da nova geração, a posição apenas concede a ele a oportunidade e legitimidade para usar os recursos para cultivar seus seguidores, colocar seus partidários em posições-chave, competir com seu antecessor por poder e influência e se esforçar pelo apoio dos influentes líderes veteranos aposentados e militares (GUO; Xuezhi, 2019, p. 36, tradução nossa)¹⁰

A presença de um líder central é típica da cultura chinesa, vindo de milênios de governos dinásticos comandados por imperadores detentores do “Mandato do Céu” e da própria ideologia confuciana do “Rei Sábio” responsável por manter a harmonia. Essa preferência por um líder

¹⁰ For a party general secretary appointed to head the new generation leadership, the position only grants him the opportunity and legitimacy to use the resources to cultivate his followers, put his loyalists in the key positions, compete with his predecessor for power and influence, and strive for the support of the influential retired veteran leaders and military.

forte não mudou quando o PCC assumiu o poder, mas se consolidou através das práticas dos regimes comunistas que prezavam pelo monopólio do partido sobre o poder e a supremacia política (GUO, 2019). Essas características podem ser vistas claramente nos mandatos de Mao e Deng, com governos altamente personalistas e poderes praticamente incontestáveis, além de fortemente baseados nos ideais comunistas para sua legitimidade.

Contudo, com o desastre político que foi o massacre de Tiananmen, a abertura política e a reforma econômica, que não apenas serviram para o crescimento econômico, mas também para o crescimento da desigualdade, degradação ambiental, influências de ideias ocidentais na sociedade chinesa e corrupção desenfreada de funcionários do partido (GUO, 2019), o PCC se encontrou em uma situação de contestação e declínio não apenas da ideologia comunista, como também do seu próprio direito de governar a China. Em função disso, Guo (2019) afirma que, para provar sua adaptabilidade aos novos tempos e a esse ambiente desafiador, o PCC tentou promover uma “liderança coletiva”, criando um sistema informal de freios e contrapesos em seu sistema político e aumentando a transparência nos processos de nomeações, recrutamentos e promoções de quadros, que garantisse uma “democracia intrapartidária”.

O autor afirma que essa liderança coletiva foi introduzida com dois propósitos: primeiramente, para auxiliar o líder central, executando suas ordens ou servindo como um grupo consultor, especialmente quando esse líder não ocupasse mais oficialmente essa posição (como no caso de Deng, que ainda comandava o partido mesmo quando quem oficialmente estava no comando era Jiang); em segundo lugar, na ausência de um líder central ou na presença de um líder incompetente, a liderança coletiva serve não apenas para manter o governo funcionando, mas também como o campo de batalha político que possibilitaria o surgimento de um novo líder central.

Sangkuk Lee (2017) aponta que uma das principais características da elite política chinesa durante a era da “Reforma e Abertura” (fortemente defendida pelos principais líderes políticos, como Deng Xiaoping) era a forte pressão para a institucionalização dos seus poderes, dos jogos burocráticos, das normas e regulamentos políticos para a seleção, promoção, renúncia e responsabilidade dos quadros do Partido Comunista Chinês (PCC), com o intuito de criar um ambiente onde o poder político fosse determinado pela posição oficial e pela responsabilidade (autorizados por instituições formais) e não por carisma, prestígio ou troca de favores. Essa tendência foi evidenciada no discurso de Deng Xiaoping sobre a Reforma do Sistema de Liderança Partidária e Estatal (1980), que enfatiza os esforços da liderança chinesa em iniciar “vigorosas reformas institucionais para garantir que o poder não pudesse ser excessivamente

centralizado e concentrado nas mãos de poucos indivíduos que agem arbitrariamente” (LEE, 2017, p.325-326, tradução nossa)¹¹. Assim, desde que ocorreram essas reformas:

A política de poder da China tem sido significativamente influenciada pela regra de tomada de decisão coletiva por consenso, com uma divisão da responsabilidade política entre os membros individuais do Politburo do PCC e do Comitê Permanente do Politburo (PBSC). Na verdade, o "sistema de liderança coletiva" e a "divisão de trabalho" foram incorporados aos documentos públicos oficiais do Partido, incluindo sucessivas constituições partidárias, relatórios de trabalho político emitidos nos Congressos Nacionais do Partido e discursos dos principais líderes ao longo da era da reforma. (LEE; 2017, p. 326, tradução nossa)¹².

Os governos de Jiang Zemin e Hu Jintao foram marcados por este sistema de liderança coletiva. Nenhum dos líderes conseguiu se estabelecer como o Líder Central, sendo considerados “os primeiros dentre iguais” e tendo que dividir o poder com outros líderes poderosos (Jiang com Deng e Hu com Jiang, por exemplo) e com as elites políticas chinesas. Eles não podiam avançar suas políticas sem primeiramente obter o suporte da maioria. Entretanto, em um sistema político como o chinês, onde faltam mecanismos institucionais efetivos para regular essas relações burocráticas entre elites políticas (apesar das reformas), a falta de um líder dominante que coordene as interações entre os mais diversos atores políticos se provou propícia para o surgimento de conflitos intra facções e para a troca de favores e corrupção desenfreados.

Neste cenário, começaram a ser feitas cada vez mais críticas ao sistema de “liderança coletiva” e de divisão de trabalho. Funcionários e especialistas administrativos chineses o apontaram como raiz da “má governança e desempenho administrativo da China, incluindo egoísmo do ministério, ineficácia da tomada de decisões políticas, irresponsabilidade de funcionários e procrastinação da reforma” (LEE, 2017, p. 328, tradução nossa)¹³. Em agosto de 2012 o 'Buscando a Verdade' (Qiu Shi, 求是), um periódico oficial de teoria do PCC, “argumentou que o sistema de poder descentralizado levou ineficácia do sistema

¹¹ No original: vigorous institutional reforms to ensure that power could not be overly centralized and concentrated in the hands of a few individuals who act arbitrarily.

¹² No original: China's power politics has been significantly influenced by the rule of collective decision-making by consensus, with a division of policy responsibility among the individual members of the CCP's Politburo and Politburo Standing Committee (PBSC). Indeed, the 'collective leadership system' and 'division of work' have been incorporated in the Party's authoritative public documents, including successive party constitutions, political work reports issued at the Party's National Congresses, and speeches by top leaders throughout the reform era.

¹³ No original: China's poor governance and administrative performance, including ministry selfishness, ineffectiveness of policy decision-making, irresponsibility of officials, and procrastination of reform.

governamental, corrupção de funcionários públicos, sua irresponsabilidade política e danos ao interesse nacional” (LEE, 2017, p. 329, tradução nossa)¹⁴.

Esse ambiente levou o Partido a mais uma crise de legitimidade¹⁵, então, quando deparadas com a necessidade de apontar o sucessor de Hu Jintao, as elites do partido precisavam de um líder que assegurasse a disciplina e controle efetivos sobre os membros do partido, a contenção da corrupção, pressão por programas políticos e sociais, a promoção da prosperidade econômica e, principalmente, a garantia da unidade e estabilidade do regime (GUO, 2019). O consenso inicial entre as lideranças de terceira (Jiang) e quarta (Hu) geração para a futura liderança do partido era Li Keqiang e Bo Xilai, Li sendo o protegido de Hu, e Bo um representante proeminente dos “príncipes”, uma das principais facções dentro do governo chinês composta pelos descendentes de líderes importantes do PCC durante a revolução, ou seja, vermelhos de segunda geração. Xi, apesar de também ser um “príncipe”, inicialmente era apenas considerado para preencher uma posição no CPP - não sendo tão popular ou vindo de uma família tão proeminente quanto a de Bo (GUO, 2019).

Essa configuração, entretanto, não sobreviveu às crescentes tensões entre as facções de Jiang Zemin e Hu Jintao e, devido a situação acima exposta, o Partido precisava de um Líder que pudesse gerar consenso entre as facções e não ser manipulado por elas. A facção de Jiang jamais aceitaria a liderança de um candidato indicado por Hu, sendo necessário então que fosse promovido um “príncipe” para o posto (GUO, 2019). A necessidade do novo líder emergir dentre a realeza da segunda geração vermelha se baseava em vários fatores: primeiramente, ele precisaria ser aceito pela elite do partido e pelos veteranos aposentados; em segundo lugar, apenas um dos “príncipes” teria prestígio suficiente para fazer os outros membros da sua facção se submeterem a sua autoridade e para discipliná-los; em terceiro lugar, a posição de segunda geração vermelha lhe permitiria um maior legitimidade para a reafirmação dos valores ideológicos comunistas e nacionalistas; por fim, um “príncipe” também seria capaz, através do seu prestígio, de ter mais influência sobre o exército (GUO, 2019).

Nesta conjuntura, Bo Xilai parecia o mais promissor. Contudo, pouco antes do 18º Congresso do Partido em 2012, ele foi removido do Partido sob a acusação de abuso de poder, corrupção, séria violação disciplinar e tentativa de estabelecer um "reino" politicamente

¹⁴ No original: argued that the decentralized power system had led to the ineffectiveness of government system, the corruption of government officials, their political irresponsibility, and damage to national interest.

¹⁵ “The party’s ruling status is not inherent to the party, nor does it hold good once and for all,” Xi said. “Possessing something in the past does not mean possessing it today, and possessing something today does not mean possessing it forever.” It is due to a sense of urgency and a profound feeling of concern in these times that our party has so distinctively put forward the important thinking on strengthening the party’s ruling capability.” (JINPING; Xi, 2016, p.439)

independente em Chongqing (de onde era Secretário do Partido) (LEE, 2017). A sua personalidade controversa (e as diversas inimizades dentro do Partido em função disso), além dos diversos escândalos de corrupção¹⁶ fizeram com que Xi Jinping, “um príncipe influente que manteve uma imagem positiva como um oficial honesto e incorrupto entre os líderes de alto escalão e que era popular como um jovem humilde que “respeitava” os líderes veteranos do partido, especialmente os anciãos aposentados” (GUO, 2019, p. 362-363, tradução nossa)¹⁷, fosse considerado a melhor opção. Além das vantagens da sua reputação e da sua posição como príncipe, conseguia o apoio e consenso dos veteranos e das elites atuantes, e se posicionou como um meio termo entre as facções de Jiang e Hu. Como bem assinalou Guo: “Xi era a melhor opção como líder de quinta geração tanto para a Facção Jiang Zemin quanto para a Facção Hu Jintao se ambas as facções não tivessem outro candidato [que fosse] aceito por ambas as facções e ambas as facções não tivessem espaço para um acordo” (GUO, 2019, p. 363, tradução nossa)¹⁸.

A posição de Xi Jinping com “príncipe” não lhe permitiu apenas prestígio dentre os membros do partido, mas também, devido a influência e relações do seu pai Xi Zhongxun, ele pôde ganhar experiência desde sua juventude nos trabalhos internos do PCC em seus mais diversos níveis, assim como pôde receber orientação cuidadosa de veteranos amigos e aliados ao seu pai. Um exemplo disso foi o período, logo após a sua graduação, que trabalhou como secretário do vice premier Geng Biao. Embora Geng tenha sido transferido do Exército de Libertação Popular para o cargo de Secretário Geral do CMC antes de Xi começar a trabalhar como seu secretário, ele ainda cuidava de assuntos internacionais para além de suas obrigações com o exército. Os anos que passou ao lado de Geng foram fundamentais para treiná-lo na forma de lidar com assuntos referentes às relações internacionais e também lhe deram a plataforma necessária para compreender o alto funcionamento do PCC e do poder militar, pois, na sua posição de secretário, lhe era permitido acessar os documentos mais importantes e aprender como as decisões eram tomadas pelo Politburo e as lideranças do ELP. Além disso, essa posição lhe permitiu criar relações com o alto comando do exército que lhe seriam

¹⁶ The Bo Xilai scandal was the largest legitimacy crisis for the CCP since the 1989 Tiananmen Square incident and widely perceived to be a “no-win” situation for the party leadership. The scandal revealed the fact that some high-ranking party leaders like Bo—China’s Gatsby—have decadent lifestyles filled with sexual escapades, drugs, money-laundering, and even murder. (LI, 2014, p. 12).

¹⁷ No Original: an influential princeling who had maintained a positive image as an honest and uncorrupted official among the high-ranking leaders and who was popular as a humble young cadre who “respected” the party veteran leaders, especially retired party elders.

¹⁸ Xi was the best option as the fifth-generation leader for both the Jiang Zemin Faction and the Hu Jintao Faction if both factions did not have another candidate accepted by both factions and both factions did not have the space for compromise.

extremamente úteis quando futuramente tentasse se estabelecer como Líder Central do Partido (GUO, 2019).

Apesar da boa reputação e da sua posição como “príncipe”, Lee (2017) enfatiza que muitos acreditavam que Xi seria o líder mais fraco desde a fundação da República Popular da China, tanto em função da “liderança coletiva” e da “responsabilidade compartilhada”, quanto por seu *network* mais fraco dentre as elites políticas. Contudo, dado o cenário de crise do sistema de liderança coletivo exposto acima e, em função disso, o impulso para uma liderança mais centralizada¹⁹, Xi conseguiu implantar reformas institucionais para a centralização do poder em suas mãos, com o apoio de membros do partido e da população²⁰, tornando-se o líder mais poderoso a assumir o comando da China desde Deng Xiaoping.

No seu primeiro ano de mandato como o Secretário Geral do Partido e Presidente da RPC, Xi conseguiu assumir o controle de praticamente todos os órgãos de liderança mais importantes (partido, Estado e exército) e dominar a agenda política de forma inequívoca (LI, 2014). Esse rápido acúmulo de poder em um período curto de tempo se deve não apenas a situação de crise que levou a aquiescência do alto escalão do PCC, mas também a composição do Comitê Permanente do Politburo (CPP) e da rapidez em estabelecer um círculo interno de homens de confiança e de promover associados de longa data para posições chave (LI, 2014).

A facção de Jiang Zemin, a qual ajudou a promover Xi como sucessor de Hu Jintao, conseguiu representação esmagadora no CPP eleito no 18º Congresso do Partido, garantindo 6 das 7 vagas, sendo Li Keqiang, como protegido de Hu, a única exceção. Essa configuração garantiu a Xi a maioria de aliados e, dentre eles, dois eram seus confidentes (Yu Zhengsheng e Wang Qishan), formando o que ficaria conhecido como o “Triângulo de Ferro”, considerado o

¹⁹ With the civilian voices for reform coordination as well as the unexpected political scandals, the 18th Party Congress suggested that the Party would push for centralizing political power. This fact was in evidence in Hu Jintao’s work report for the 18th Party Congress of November 2012, written after extensive discussion and consultation within and among Chinese political elites.²⁴ Specifically, the work report for the 18th Party Congress placed greater emphasis on enforcing party discipline and upholding centralized leadership than any other report in the reform era. Remarkably, the work report excluded the concepts of collective leadership and division of work that had been stressed in successive party reports from the 15th Congress of 1997 to the 17th Congress of 2007.²⁵ Moreover, the report underlined that ‘the Party ‘should improve the mechanism for coordinating structural reforms and conduct major reforms in a holistic way according to the overall plan (LEE, 2017, p. 329).

²⁰ Xi asked the Party and the people to adhere to the path of reform and opening up and to put greater focus on pursuing reform in a more systematic (系统性), whole (整体性) and coordinated way (协调性). Xi added that deepening reform and opening up requires firm confidence, consensus, top-down design (顶层设计), an overall plan (总体规划), and coordinated steps (协调推进), outlining comprehensively deepening reforms (全面深化改革) involving the organic combination of political, economic, social, cultural, and ecological reforms as a type of complex systems engineering (LEE, 2017, p. 331).

epicentro do núcleo de poder (LI, 2014). As famílias Yu e Xi se conhecem por quase 70²¹ anos e Xi Jinping e Wang Qishan têm uma amizade que dura mais de 40 anos²².

Wang foi um ator-chave na consolidação do poder de Xi e na implementação das sua agenda política, com sua expertise em assuntos referentes a economia reconhecida internacionalmente e sua reputação de “chefe dos bombeiros”²³, a qual adquiriu ao ser reconhecido como um líder confiável e competente para lidar com situações de emergência ou crise. Sua presença foi instrumental para lidar com as três crises com as quais Xi Jinping se deparou a assumir o poder: o julgamento de Bo Xilai, a desaceleração da economia e o aumento da corrupção (LI, 2014). Dado este contexto, e a proximidade com Xi, fica fácil perceber a razão da posição de Wang como chefe da Comissão Central para Disciplina e Inspeção (CCDI), o portfólio mais difícil e importante do CPP (LI, 2014). Desta maneira:

Com o endosso de Xi e do PSC, Wang lançou rapidamente uma campanha anticorrupção notavelmente dura no país, alegando que a nova liderança estava determinada a lutar "moscas" (quadros corruptos em níveis inferiores de governo) e "tigres" (líderes de alto escalão) [...] Enquanto isso, a CCDI e o Ministério de Supervisão trataram de 172.000 casos de corrupção e investigaram 182.000 funcionários em 2013, o maior número anual de casos em 30 anos [...] durante os primeiros 11 meses de 2013, 27.236 casos foram examinados e 36.907 indivíduos foram processados. (LI, 2014, p.10-11, tradução nossa)²⁴.

A forma como Wang lidou com o julgamento de Bo também rendeu um enorme apoio do público chinês aos dois líderes. Ao se concentrar apenas nas questões de corrupção (e não nos aspectos imorais do comportamento pessoal de Bo), divulgar detalhes do julgamento e de procedimentos do tribunal nas redes sociais (promovendo uma imagem de transparência) e em função do veredito de prisão perpétua a Bo, um político de alto nível e figura proeminente da

²¹ Yu's mother Fan Jin served as the president of Beijing Daily and deputy director of the Propaganda Department of the Beijing municipal party committee in 1952 when Xi Zhongxun was the director of the Central Propaganda Department of the CCP. (LI, 2014, p. 7).

²² It is unclear when Xi and Wang first met, but several Chinese sources reveal that they had already become close friends when both were sent-down youths in two neighboring counties in Yan'an more than 40 years ago. According to Zhang Siming, a Yan'an-based writer who interviewed Xi Jinping in 2002, Xi explained that on one trip to Beijing during the early period of his sent-down youth years, he stopped by the village where Wang Qishan lived, and slept over for one night during which they shared a single bed and blanket since the living conditions were so primitive. From time to time during their years in Shaanxi, Xi and Wang also exchanged books on economics and social sciences. (LI, 2014, p. 9).

²³ Knowing that Wang maintained such a great reputation among the Chinese public, former Secretary of the Treasury Timothy Geithner presented him with an authentic New York City Fire Department hat during Wang's visit to the United States in 2011. (LI, 2014, p. 10)

²⁴ With the endorsement of Xi and the PSC, Wang quickly launched a remarkably tough anti-corruption campaign in the country, claiming that the new leadership was determined to fight both “flies” (corrupt cadres in lower levels of government) and “tigers” (high-ranking leaders) [...] Meanwhile, the CCDI and the Ministry of Supervision handled 172,000 corruption cases and investigated 182,000 officials in 2013, the highest annual number of cases in 30 years [...] during the first 11 months of 2013, 27,236 cases were examined and 36,907 individuals were prosecuted.

facção de Jiang, Xi e Wang conseguiram passar a imagem de que ninguém estava acima da lei e que suas políticas anticorrupção não foram impulsionadas por relações de facção (LI, 2014). No âmbito da economia, a presença de Wang também foi pivotal no primeiro mandato de Xi, principalmente com a proeminência do “Sonho Chinês”²⁵ na agenda econômica do país:

A experiência de Wang Qishan em finanças e sua reputação internacional o tornam indispensável para Xi. Além disso, alguns dos protegidos de Wang estão agora bem posicionados na liderança financeira e econômica da China, incluindo o Ministro das Finanças Lou Jiwei, Governador do Banco Popular da China Zhou Xiaochuan, Diretor do Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho de Estado Li Wei, recém-nomeado Presidente do Banco da China Tian Guoli, e recém-nomeado Presidente do Merchant Bank Tian Huiyu (ex-mishu de Wang). (LI, 2014, p. 12)²⁶

Outros membros importantes do Politburo, considerados confidentes de Xi eram Li Zhanshu²⁷, diretor do Escritório Geral do PCC e Zhao Leji²⁸ Diretor do Departamento de Organização Central. Ambos possuíam papéis fundamentais: Li, monitorando as operações do círculo de tomada de decisão e Zhao, como responsável pelas nomeações de pessoal, tendo a capacidade de nomear vários milhares de cargos seniores no partido, governo, forças armadas, empresas estatais e outras instituições importantes (LI, 2014).

Outro fator determinante para a concentração de poder de Xi foi a criação de *Small Leading Groups* (LSGs) e de comissões tratando de questões fundamentais e chefiados por ele, mudando assim o centro de tomada de decisão e de controle de agendas importantes do CPP para a suas próprias mãos. Em 2017, como indicado por Brookings (2017), estava em suas mãos a liderança de *Small Leading Groups* (SLG) cruciais, sobre alguns dos quais já exercia a chefia antes mesmo de assumir o poder em novembro de 2012, sendo estes: o Grupo de Liderança Central para Assuntos de Taiwan (desde 2012); o Grupo de Liderança Central para o Aprofundamento Abrangente de Reformas (desde 2013, posteriormente transformado em Comissão); o Grupo de Liderança Central para Relações Exteriores e Segurança Nacional (desde 2013, posteriormente transformado em Comissão); o Grupo Liderança Central para Trabalho Financeiro e Econômico (desde 2013); o Grupo de Liderança Central de Segurança

²⁵“Chinese dream,” defined as the rejuvenation of the Chinese nation and the opportunity to realize a middle-class lifestyle. (LI, 2014, p. 12)

²⁶ No original: Wang Qishan’s expertise in finance and his international reputation make him indispensable to Xi. Furthermore, some of Wang’s protégés are now well positioned in China’s financial and economic leadership, including Minister of Finance Lou Jiwei, Governor of the People’s Bank of China Zhou Xiaochuan, Director of the Development Research Center of the State Council Li Wei, newly appointed Chairman of the Bank of China Tian Guoli, and newly appointed President of the Merchant Bank Tian Huiyu (Wang’s former mishu)

²⁷ Li Zhanshu, Xi’s old friend from when both were secretaries in adjoining counties in Hebei and former head of the General Office. (FEWSMITH, 2018, p. 2).

²⁸ Membro proeminente da “Shaanxi Gang”, facção política da qual Xi faz parte.

de Rede e Tecnologia da Informação (desde 2014); e o Grupo de Liderança Central do CMC para o Aprofundamento das Reformas da Defesa Nacional e Militar (desde 2014).

Dentre esses, o Grupo Central de Liderança para o Aprofundamento Abrangente de Reformas (que mais tarde seria promovido a uma Comissão) e a Comissão de Segurança Nacional, estabelecidos em novembro de 2013 (LEE, 2017), foram primordiais. Xi justificou a centralização de poder no seu pronunciamento nas notas explicativas para a “Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China Sobre Algumas Questões Importantes Relativas ao Aprofundamento Abrangente da Reforma”:

Precisamos estabelecer uma plataforma forte para coordenar nosso trabalho de segurança. Para este propósito, estabelecer um conselho de segurança do estado para fortalecer a liderança unificada da segurança nacional no nível central tornou-se uma questão urgente [...] Aprofundar a reforma de forma abrangente é um projeto de engenharia de sistemas complicado, que requer mais de um ou vários departamentos para realizar. Portanto, a liderança em um nível mais alto deve ser estabelecida para esse propósito. (CHINA. Presidente. XI, Jinping. 2014, tradução nossa)²⁹

Segundo Lee, o princípio da divisão do trabalho “foi significativamente anulado pelo estabelecimento de duas organizações centrais de coordenação: o Grupo Central de Liderança para o Aprofundamento Abrangente de Reformas (AAR) e a Comissão Central de Segurança Nacional (CCSN)” (LEE, 2017, p. 332, tradução nossa)³⁰. Desta forma, Xi conseguiu dominar áreas inteiras da política através desses organismos (o AAR, por exemplo, delimita e decide as principais diretrizes, políticas, agendas e reformas nos setores econômico, político, cultural, social e ecológico, até mesmo no sistema partidário), fora o seu controle sobre o exército e as informações, através da sua posição na CMC, do sistema de Assuntos Políticos e Jurídicos, e o SLG em segurança na Internet (LEE, 2017). Assim, Xi tem influência direta em “assuntos partidários (organização, ideologia e disciplina), assuntos administrativos (economia, sociedade, cultura, ecologia, saúde), assuntos jurídicos (legislação e jurisdição) e assuntos militares” (LEE, 2017, p. 336).

Devido a contínua implementação, por parte de Xi, de mudanças e reformas para a consolidação do seu poder e posição como líder dominante do PCC, muitos especularam que a regra de aposentadoria aos membros do CPP que tivessem 68 anos de idade ou mais na época do 19º Congresso do Partido seria anulada, permitindo que Wang Qishan mantivesse seu posto

²⁹ No original: We need to establish a strong platform to coordinate our security work. For this purpose, establishing a state security council to strengthen unified leadership of national security at the central level has become an urgent matter [...] Deepening reform comprehensively is a complicated systems engineering project, which requires more than one or several departments to carry out. Therefore, leadership at a higher level should be established for this purpose.

³⁰ No original: The principle of division of labor has been significantly nullified by establishing two central coordination organizations: the Central Leading Group for Comprehensively Deepening Reforms (CDR) and the Central National Security Commission (CNSC).

no Comitê Permanente do Politburo. Contudo, apesar de toda a especulação, todos os 11 membros do Politburo que atingiram a idade de aposentadoria se aposentaram (MILLER, 2018). Porém, embora Xi Jinping tenha mantido esta regra no 19º Congresso, várias outras mudanças institucionais e políticas ocorreram durante esse período: Xi conseguiu impor uma revisão na Constituição, criou instituições e modificou outras, concentrou o poder no Partido em detrimento do Estado e continuou com a promoção de inúmeros aliados a cargos-chave. Como enfatizado por Fewsmith:

O 19º Congresso do Partido marcou uma nova era na política chinesa. Isso marcou a culminação de um processo de cinco anos no qual Xi Jinping remodelou tanto o pessoal da liderança do PCC quanto às normas pelas quais ele opera. Olhando para as pessoas que compõem o CPP, o Politburo mais amplo, o Secretariado, o CMC e o Comitê Central, é evidente que Xi trouxe mudanças mais extensas do que qualquer outro congresso do partido na era da reforma. Xi passou a dominar a política chinesa de uma maneira que nenhum outro líder, com a possível exceção de Deng Xiaoping, foi capaz de fazer na era das reformas (FEWSMITH, 2018, p.17, tradução nossa)³¹.

Primeiramente, é preciso que seja observada a composição do Comitê Permanente do Politburo e do Politburo. Como mencionado previamente, 11 membros deveriam se aposentar por idade; destes, 5 pertenciam ao CPP. Esta regra foi mantida, sendo assim o novo quadro do Comitê Permanente é formado por: Xi Jinping (eleito unanimemente para seu segundo termo) e Li Keqiang, em seu segundo termo; Li Zhanshu e Zhao Leji, aliados de Xi; Wang Yang, associado com a facção de Hu Jintao, porém parte dos “príncipes”; Hang Zheng, protegido de Jiang Zeming e Wang Huning que, apesar de ter sido trazido para Beijing por Jiang Zemin, trabalhou próximo a Hu e Xi como conselheiro político e, o mais importante, não possui uma base política própria (FEWSMITH, 2018). Vale a pena ressaltar que a presença de representantes de diferentes facções no CPP não diminui a dominação de Xi sobre o órgão, sendo, mais do que qualquer coisa, um prêmio de consolação e um aceno de reconhecimento da importância/poder desses grupos (FEWSMITH, 2018).

Nos rankings regulares do Politburo, um número grande de lugares teve que ser preenchido: 15 no total. Da atual configuração do órgão, 9 membros são elegíveis para compor o CPP no 20º Congresso; destes, 7 são associados próximos de Xi, o que assegura seu domínio político sobre o Partido independente da manutenção do seu cargo oficial (FEWSMITH, 2018). É importante destacar que existem quatro municípios cujos Secretários regularmente fazem

³¹ No original: The 19th Party Congress signaled a new era in Chinese politics. It marked the culmination of a five-year process in which Xi Jinping has reshaped both the personnel of the CCP leadership and the norms by which it operates. Looking at the people who make up the PBSC, the broader Politburo, the Secretariat, the CMC, and the Central Committee, it is evident that Xi has brought about more extensive change than any other party congress in the reform era. Xi has come to dominate Chinese politics in a way that no other leader, with the possible exception of Deng Xiaoping, has been able to do in the reform era.

parte do Politburo: Beijing, Chongqing, Tianjin e Shanghai. Destes municípios, três são liderados por protegidos de Xi e Li Hongzhong. Tianjin, foi um dos primeiros Secretários Provinciais a decretar Xi como o “líder central” em 2016 (FEWSMITH, 2018).

Quanto à composição do Secretariado, o órgão mais importante para a implementação das decisões do CPP, dos 7 membros, 3 são considerados próximos a Xi, um trabalhou próximo a ele nos últimos anos e outro é próximo a Wang Qishan (FEWSMITH, 2018). Dezesete membros permanentes do Comitê Central foram investigados e removidos dos cargos antes mesmo do Congresso (e outros 17 membros suplentes também foram removidos por corrupção). No total, 94 dos 205 membros permanentes precisaram ser apontados para o Comitê, dando a Xi Jinping um enorme poder para moldar o organismo (FEWSMITH, 2018).

Fewsmith (2018) destaca que as mudanças trazidas por Xi não deixaram de afetar o exército. Mais de 100 oficiais do alto escalão das forças armadas foram acusados de corrupção desde que as reformas no setor militar foram anunciadas em 2015, e, apenas em 2016, 4.885 membros do exército foram sujeitos a campanha anticorrupção e outros 300 mil foram afetados pela redução da força (RIF'd) (MULVENON, 2017). No 19º Congresso, dos 8 lugares abaixo dos cargos de chefe e dos dois vice chefes que compõem a Comissão Militar Central, 7 precisaram ser preenchidos. Nessa ocasião, apenas um membro da configuração do 18º Congresso manteve seu cargo e outro foi promovido a vice chefe; dos demais, 4 se aposentaram por idade e 2 foram detidos para investigação. Atualmente, a CMC possui apenas 4 membros regulares, dos quais 2 foram promovidos do Comitê Central como de costume e os outros dois não, sendo extraordinariamente promovidos aos cargos que ocupam (vale ressaltar que o membro retido da configuração de 2018 não consta como membro regular) (FEWSMITH, 2018).

Outro movimento importante para Xi no tocante às forças armadas foi a campanha “salvaguardar o centro e seguir os comandos”, sendo considerada uma iniciativa excepcionalmente voltada para as considerações do poder pessoal do Secretário Geral, algo que é menos indicativo das relações do exército e do partido do que entre as relações de Xi com o exército (MULVENON, 2017). Na reorganização do Exército de Libertação Popular, Xi se estabeleceu como Comandante-chefe do Centro de Operações Conjuntas da CMC e através de extensa propaganda tem buscado estabelecer a lealdade absoluta do ELP a ele. O Diário do Exército Popular em 2015 enfatizou a necessidade absoluta de proteger e obedecer a autoridade do CCP, do CMC e de Xi, devendo responder resolutamente aos apelos de Xi, cumprindo as demandas estabelecidas por ele e executando absolutamente as tarefas por ele confiadas

(MULVENON, 2017). Essa enorme tendência a personalização do poder de comando pode ser observada claramente em outro artigo do Diário do Exército Popular em 2016:

Em um comentário da equipe de 22 de dezembro de 2016 no Liberation Army Daily, vigorosamente intitulado “O que é a verdadeira lealdade?” (什么是真正的忠诚). No texto, o autor distingue entre “verdadeira lealdade” e “pseudo-lealdade” (伪忠诚), atribuindo esta última à “dupla face” (两面人) dos desgraçados Guo Boxiong e Xu Caihou. Em vez disso, os militares que são verdadeiramente leais ao “Comitê Central com o camarada Xi Jinping como o núcleo” (以习近平同志为核心的党中央) são marcados por sua propensão “inabalável” para “seguir firmemente os comandos do Comitê Central do Partido, a Comissão Militar Central e o Presidente [Xi Jinping]” (坚决听从党中央、中央军委和习主席指挥). (MULVENON, 2017, p.3, tradução nossa)³².

Mulvenon (2017) afirma que a campanha para “seguir as ordens”, no 19º Congresso do Partido, foi meramente a operacionalização desta orientação, e que:

Em última análise, o aparato de propaganda está tentando convencer o público (e o partido?) de que ter Xi como o núcleo da liderança é “o interesse fundamental do partido e do povo, é fundamental para a autoridade central do partido, é um importante questão para a unidade do partido, e é um evento importante no desenvolvimento a longo prazo do partido e dos assuntos do estado”. (MULVENON, 2017, p.3, tradução nossa)³³.

É importante observar que a manutenção da regra de aposentadoria por idade se mostrou extremamente vantajosa para que Xi Jinping estabelecesse sua plataforma de poder, permitindo que ele se livrasse sem esforço algum de rivais em posições chave e dando a ele a oportunidade de promover seus aliados e protegidos aos cargos vagos. Muitos especularam que o soberano mudaria a regra para manter seu aliado político chave e amigo de longa data Wang Qishan no Politburo, contudo, a manutenção da regra não significou a queda desse ator tão importante do

³²No original: This personalization of command theme reached its rhetorical apex in a 22 December 2016 staff commentary in Liberation Army Daily, pithily entitled “What is True Loyalty?” (什么是真正的忠诚). In the text, the author distinguishes between “true loyalty” and “pseudo-loyalty” (伪忠诚), ascribing the latter to the “two-facedness” (两面人) of the disgraced Guo Boxiong and Xu Caihou. Instead, military personnel who are truly loyal to “the Central Committee with Comrade Xi Jinping as the core” (以习近平同志为核心的党中央) are marked by their “unwavering” propensity to “firmly follow the commands of the Party Central Committee, the Central Military Commission and the Chairman [Xi Jinping]” (坚决听从党中央、中央军委和习主席指挥).

³³No original: Ultimately, the propaganda apparatus is trying to convince the public (and the party?) that having Xi as the core of the leadership is in “the fundamental interest of the party and the people, is critical to the party’s central authority, is a major issue for party unity, and is a major event in the long-term development of the party and state affairs

campo de Xi, afinal apesar de ter perdido seu cargo no CPP, Wang conseguiu se manter como Vice Presidente da RPC³⁴.

Diante dessa dominação dos principais órgãos do governo, após o 19º Congresso Xi se encontrou em uma posição muito mais forte para impor mudanças que o ajudariam a consolidar sua posição e fortaleceriam o Partido em relação aos outros órgãos do sistema de governança chinês. A primeira mudança veio rápido. Em janeiro de 2018, Xi submeteu ao Comitê Central a proposta de abolir o limite constitucional de dois termos de 5 anos para os cargos de presidente e vice-presidente da RPC, proposta que foi aprovada em março pelo Congresso Nacional do Povo. Outras revisões constitucionais foram também aprovadas, dentre elas a adoção o “Pensamento de Xi Jinping para uma Nova Era do Socialismo com Características Chinesas”, que enfatiza a importância de um “estado de direito socialista”. A justificativa para as mudanças foi baseada na necessidade de manter a estabilidade para atingir os objetivos de tornar a China uma sociedade moderadamente rica em 2021 (centenário do PCC) e um país rico e poderoso em 2049 (centenário da RPC) (CABESTAN, 2019).

Ainda no início de 2018 foi lançado o “Plano de Aprofundamento da Reforma nas Instituições do Partido”, um plano dividido em 8 partes que lançava 60 reformas nos mais diversos atores do sistema político: reorganizando órgãos do CCP³⁵; do Conselho Estatal; do Congresso Nacional; da CCPC³⁶; polícia; militares; forças de segurança; organizações de massa e organizações locais. Estas reformas não apenas buscaram simplificar e racionalizar as diversas linhas de comando que se encontravam dentro do governo chinês e das suas burocracias, aumentando assim eficiência, como também consolidar o papel de Xi Jinping e da gestão do Partido, preservando a autoridade e a liderança centralizada e unificada do Comitê Central do Partido, com Xi Jinping como núcleo (CABESTAN, 2019).

Cabestan (2019) lista algumas das reformas introduzidas, tais como: a transformação de quatro SLGs em comissões, dentre eles o de Aprofundamento de Reformas como previamente mencionado, o de Cibersegurança, o de Finanças e Economia e o de Assuntos Internacionais, todas ainda chefiadas por Xi. Foram criadas três novas comissões: a Comissão Estadual de

³⁴ “Wang Qishan is one of the most important figures in Xi’s inner circle, and this position allows him to retain a formal position,” said Wu Qiang, a former lecturer in political science at Tsinghua University in Beijing who now works as an independent researcher. “Even in the United States, the vice president is usually ceremonial, there just as backup,” Mr. Wu said. “But Wang Qishan will add substance to the role of vice president. [...] Party insiders and experts have said Mr. Xi wants Mr. Wang to act as a counselor, possibly helping to watch economic policy and anticorruption efforts and manage ties with the West, especially with the United States. (BUCKLEY, 2018)

³⁵ Comitê Central do Partido.

³⁶ Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

Supervisão (divide o escritório com a CCDI fortalece o poder e a centralidade desta, comandada por Yang), Comissão Central para Governança Integral Baseada na Lei (comandada por Xi) e a Comissão Central de Auditoria (comandada por Xi). Houve a fusão de diversos órgãos do Estado e do Partido e os escritórios dos órgãos de trabalho de ambos foram unificados em apenas um organismo, a Comissão de Trabalho do Comitê Central e dos Órgãos do Estado. Ocorreu também reforço das competências de departamentos-chave da Comissão Central (principalmente nos âmbitos de Organização, Propaganda e Frente Unida de Trabalho), sendo responsáveis por gerir diretamente as atividades de muitos órgãos do Estado. Foram também abolidos o Grupo Central de Proteção de Direitos e Interesses Marítimos (LSG chefiado por Xi) e a Comissão Central de Gestão Integral da Estabilidade Social, ficando as atividades do primeiro sob a Comissão de Assuntos Internacionais, e do segundo, sob a Comissão Central Política e Jurídica.

Assim, compreende-se que Xi Jinping se encontra no cume da hierarquia chinesa de poder no âmbito do Partido e do Estado, sendo o Secretário Geral do Partido (posição mais alta do comitê central do Politburo, órgão do qual é membro desde 2007) e Presidente da República Popular da China. Xi também controla firmemente o poder militar, encontrando-se novamente no ápice da pirâmide: em 2012 assumiu cumulativamente o cargo de Presidente do Comitê Militar Central (CMC) e, em 2013, do Comitê Nacional de Segurança (CNS); em 2016 acumulou também a posição de Comandante-chefe do Centro de Comando de Operações Conjuntas do Exército de Libertação do Popular, e é Presidente do Comitê Central para o Desenvolvimento da Integração Militar e Civil desde 2017, fora os diversos *Small Leading Groups* (SLG) e Comissões que tratam de assuntos cruciais da política chinesa.

Podemos, portanto, concluir que Xi Jinping obteve um acúmulo massivo de poder e de posições estratégicas no comando da política nacional, externa e militar ao longo dos anos. Além disso, ele lançou uma campanha de combate à corrupção que resultou em expurgos massivos em todos os níveis do PCC, substituindo os demitidos por pessoas de sua confiança. Desta maneira, dado o panorama aqui exposto, podemos afirmar que Xi se enquadra em 6 das 8 variáveis que determinam o líder predominante como a unidade de decisão autorizada: ele está inserido em um regime político que favorece um líder predominante; ele esboça interesse em participar ativamente na política externa chinesa; possui treinamento diplomático; possui interesse e expertise em áreas fundamentais para a PE; é um líder proativo e possui (e mais importante, exerce) um papel dominante na unidade decisória de política externa mais importante: o Comitê Permanente do Politburo. Assim, não há como contestar seu papel como a unidade decisória autorizada, não apenas no panorama da política nacional, como no da

política externa. É inegável o sucesso dos seus esforços e avanços para se tornar o Líder Supremo, consolidando-se como o líder mais poderoso desde a era de Deng Xiaoping

3 A POLÍTICA EXTERNA DE XI JINPING: MUDANÇA OU CONTINUIDADE?

3.1 Os Objetivos Tradicionais da Política Externa Chinesa

Como enfatizado por Henry Kissinger, em seu aclamado livro “Sobre a China” (2011), qualquer tentativa de compreender a diplomacia chinesa contemporânea deve iniciar-se com uma contemplação do seu contexto tradicional e de sua história. Nesse aspecto, um fator importante - senão o mais importante - é a visão da nação chinesa de si e de seu lugar no mundo, o que pode ser chamado de excepcionalismo chinês. Ao contrário dos impérios do Ocidente e Oriente Médio, para os chineses não havia o impulso de converter bárbaros aos seus costumes, nem havia glória em conquistar terras longínquas e além mar. Para o povo chinês, a China era a terra prometida, e ela já lhes pertencia, cabendo a eles a tarefa de preservá-la e protegê-la de ameaças externas e tumultos internos (KISSINGER, 2011).

Quando consideramos as condições históricas e geográficas da China é possível compreender de onde vem essa crença. O país passou séculos, senão milênios, sem interagir com nenhuma outra nação com força ou desenvolvimento socioeconômico comparável, sendo a nação mais rica do mundo durante 18 séculos. O momento na história Chinesa que corresponderia ao período ocidental, que se estendeu do Tratado de Vestfália (1648) ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945), ocorreu entre 475 a. C. e 221 a. C., conhecido como período dos Estados Combatentes. Iniciou-se com a queda de um milênio de governo dinástico e resultou no evento crucial da unificação chinesa (KISSINGER, 2011). A China já era a China antes mesmo do estabelecimento das famosas cidades-estado gregas. Até mesmo quando pensamos no mito de fundação da nação, a China não é criada ou descoberta pelo Imperador Amarelo, ela é unificada por ele - um líder forte que consegue controlar os príncipes rivais que atormentavam a nação com seus conflitos.

Desta forma, comparada com suas nações vizinhas - ainda em sua infância ou fragmentadas - e com os povos “bárbaros”- nômades ou distantes demais para aprender os valores chineses, a China não se via como uma civilização, mas como a civilização em si. O Reino do Meio (com sua vasta extensão territorial, imensa riqueza, população e desenvolvimento social e tecnológico) era autossuficiente, e em sua vastidão era considerado “Tudo Sob o Céu”. Na visão chinesa, a harmonia poderia ser conquistada, mas não o mundo, pois a China em si era o mundo que já lhes pertencia (KISSINGER, 2011). Cabia a eles

preservá-la e manter-se em posição harmoniosa com o seu meio. Não era papel do Imperador governar bárbaros e, aqueles que não o fossem, perceberiam por conta própria a grandeza da China e se adequariam a civilização chinesa.

De certa forma, a maior questão política chinesa não se encontrava em conquistas de terras ou povos vizinhos. Embora a invasão por nações vizinhas fosse uma preocupação, como é fisicamente ilustrado pela Grande Muralha, tal preocupação era mitigada pelo enorme poder chinês e pelo senso de excepcionalismo. Desta maneira, tendo passado por conflitos internos extremamente violentos e períodos tumultuosos de separação, uma das grandes questões políticas da China sempre foi a manutenção da harmonia, coesão social e união dentro de suas fronteiras.

Uma boa parte dos conflitos mais brutais experimentados pelo País, alguns com perdas proporcionais às sofridas durante as Grandes Guerras, foram decorrentes de um colapso interno do sistema chinês, resultando em períodos de caos social e fragmentação que poderiam se estender por séculos. Esses períodos de divisão e união ocorriam em ciclos, como mencionado no clássico épico do século XIV, o Romance dos Três Reinos: “O império, há muito dividido, deve se unir; há muito unido, deve se dividir. Tem sempre sido desse modo” (GUANZHONG apud KISSINGER, 2011). Contudo, apesar de reconhecidos, esses períodos de fragmentação social eram considerados de desvio e desordem, anomalias. Assim, levando em consideração essa conjuntura, é compreensível que fosse adotada e difundida nacionalmente uma ideologia secular - feita por e para os chineses e sua sociedade - preocupada, acima de tudo, com a harmonia social: o Confucionismo.

Confúcio foi um filósofo que viveu durante um período conturbado da sociedade chinesa (551 a. C.-479 a. C), o que marcou profundamente seu trabalho que visava organizar o mundo caótico em prol de uma harmonia superior. Para esse fim, ele pregava sobre uma sociedade hierárquica, onde cada um tinha o seu lugar e o seu dever para com o todo, seja no âmbito familiar, com os conceitos de devoção filial, ou no âmbito governamental, que devia ser um governo compassivo dirigido por um Rei Sábio.

O confucionismo era, assim, um código de conduta social, que passou a ser massivamente aderido durante a dinastia Han (de 206 aC. a 220 dC), quando foi assumido como ideologia oficial do governo, e o conhecimento profundo sobre os escritos de Confúcio passou a ser requisito obrigatório para que os acadêmicos fossem aprovados nos exames (concursos) para se tornarem oficiais (KISSINGER, 2011). Dessa maneira, união ideológica e o modo de organização social passou a ser um vínculo inquebrável entre o povo chinês, impulsionando-o a buscar sempre a restauração da união e harmonia de “Tudo Sob o Céu”.

Além dos pontos ressaltados acima, é fundamental a compreensão de como era o pensamento estratégico chinês e como a China encarava as Relações Internacionais tradicionalmente. Como enfatizado anteriormente, para o pensamento tradicional chinês, o mundo não poderia ser conquistado, mas a harmonia sim. Essa crença foi concretizada por Sun Tzu em a “Arte da Guerra”, uma obra sobre pensamento estratégico onde a real vitória está na realização dos objetivos políticos, não no campo de batalha (KISSINGER, 2011). A política chinesa, então, é uma de vantagens relativas, onde cada movimento é pensado e planejado cuidadosamente, medindo custos e ganhos, e as vitórias imediatas e absolutas perdem lugar para vantagens de longevidade estratégica. Da mesma maneira, embora as Relações Internacionais também se valham de recursos de força tradicionais para lidar com as ameaças externas, o uso estratégico de recursos diplomáticos e econômicos seria muito importante para guiar e realizar a política externa chinesa.

Valendo-se dos seus amplos recursos econômicos, sociais e culturais a China buscou historicamente projetar a sua imagem de grandiosidade e criar laços seja por vias comerciais ou políticas, o que, no melhor dos casos, faria os povos vizinhos submeter-se por vontade própria à grandiosidade chinesa e absorver sua cultura ou, no mínimo, fossem desencorajados de criar relações hostis com o país. E com aqueles que ainda assim optassem pela hostilidade, a China tinha um vasto leque estratégico para lidar com eles sem necessariamente entrar em batalha. Como evidenciado por Sun Tzu, os chineses se utilizavam de ataques à estratégia do inimigo e as suas alianças, utilizando suas fraquezas e rivalidades políticas contra eles (KISSINGER, 2011). Desta forma, impedir que coalizões se formassem no seu entorno era uma preocupação e tática chinesa, afinal, unidas, as “formigas podem comer um elefante”.

Mesmo no período do governo de Mao, que buscava uma ruptura com a tradição chinesa, o pensamento e estratégia tradicionais estavam marcadamente presentes em sua forma de agir politicamente. A manutenção, por Mao, de uma distância segura dos “bárbaros” enquanto estabilizava a situação interna, ao mesmo tempo que buscava projetar uma imagem de força e, através dessa projeção e do jogo político, o desempenho de um papel internacional além de suas forças objetivas, e sua relutância em permitir que a China ficasse cercada por qualquer potência ou combinação de potências, são todos claros remanescentes da tradição política chinesa. A estratégia tradicional de usar “bárbaros contra bárbaros” também foi fundamental para o jogo político chinês durante a guerra fria em suas relações com os EUA e a URSS. Outro ponto importante a ser ressaltado sobre este período é que, mesmo que Mao fosse inegavelmente um líder revolucionário, dedicado à revolução mundial e pronto para encorajá-

la sempre que possível, qualquer furor revolucionário viria depois daquilo que era necessário à sobrevivência da China (KISSINGER, 2011).

Dado este contexto histórico, podemos observar que a forma de pensar e fazer política externa e, principalmente, os interesses centrais chineses, partem de um ponto muito mais longínquo do que o governo do Partido Comunista da China - embora não seja menos influenciado por ele, como veremos a seguir. Mesmo assim, o debate sobre os interesses centrais chineses só se iniciou nos anos 90 (mais em um contexto doméstico) e, apenas em 2003-2004, passaram a ser mencionados com frequência por fontes oficiais (SWAINE, Michael D., 2011).

Contudo, foi em 2009, que Dai Bingguo (na época Conselheiro de Estado) definiu a formulação mais sucinta e comumente usada dos interesses vitais chineses, que teve uma enorme influência na definição oficial publicada no Livro Branco de 2011. Dai os definiu como: “acima de tudo, preservar o sistema e a segurança do estado chinês; depois disso, soberania nacional e integridade territorial; e, em terceiro lugar, sustentar o desenvolvimento estável da economia e da sociedade” (DAI apud TSANG, 2020, p.307, tradução nossa).³⁷ Essa definição dos interesses vitais chineses é vastamente aceita e difundida, sendo esposada por autores como Linda Jakobson (2013)³⁸, Terrence K. Kelly et al. (2014)³⁹, e Mikael Weissmann (2015)⁴⁰.

O Livro Branco para o Desenvolvimento Pacífico, publicado pelo Escritório de Informação do Conselho Estatal em 2011 durante o governo de Hu Jintao, foi um outro marco para o estabelecimento dos interesses vitais de PE chinesa. Esse Livro, que representa a visão de Estado sobre os interesses vitais nacionais, definiu-os como: a “soberania estatal; segurança nacional; integridade territorial e reunificação nacional; sistema político da China estabelecido pela Constituição; estabilidade social geral, e as salvaguardas básicas para garantir o desenvolvimento econômico e social sustentável” (China’s Peaceful Development, 2011,

³⁷ No original: ‘foremost, preserving China’s basic state system and state security; after this, national sovereignty and territorial integrity; and in third place, sustain stable development of the economy and society’

³⁸ Officially, China defines its foreign policy objectives as follows: first, domestic political stability; second, sovereign security, territorial integrity and national unification; and third, China’s sustainable economic and social development. (JAKOBSON, 2013, p. 4)

³⁹ The discussion of “core national interests”, a phrase that has gained currency since roughly 2004, provides the highest-level formulation of the interests underpinning Chinese strategic thought. These core interests have been variously defined by different Chinese leaders, but all include some variation of the following three goals: 1. preserving China’s basic state system and national security (i.e., maintaining CCP rule); 2. the protection of national sovereignty and territorial integrity; 3. the continued stable development of the Chinese economy and society. (KELLY, 2014, p. 11)

⁴⁰ The foremost foreign policy objective is domestic political stability, which in turn is a necessity for the survival of one-party rule. Both are dependent on a combination of two key factors: continuing domestic economic growth and nationalism. The foreign policy is also closely linked to the Chinese self-perception, both its self-superiority/self-inferiority dualism and its multitude of confusing (overlapping) identities about what China is and should be (WEISSMANN, 2015, p. 151)

tradução nossa)⁴¹, enfatizando que esses interesses centrais seriam defendidos firmemente pelo governo. Ao fazermos um comparativo com o contexto histórico acima, podemos observar a busca, em primeiro lugar, pela harmonia interna⁴²; a manutenção da integridade territorial; e a preservação do regime chinês, sempre foram objetivos centrais para a PE chinesa.

Embora as influências tradicionais sejam marcantes para a definição dos interesses centrais chineses, o governo de Partido-Estado comandado pelo PCC também apresenta uma influência inegável. É preciso, primeiramente, reconhecer que um dos maiores diferenciais entre a China e as demais potências em sua abordagem de política externa é a centralidade da política doméstica (herança tradicional). Isso pode ser percebido ao longo da história com a luta chinesa para a preservação da harmonia interna de Tudo Sob o Céu. Para o sistema atual, a harmonia interna só poderá ser mantida através da preservação do sistema político do Partido.

Segundo Tsang (2020), poderíamos explicar a perspectiva chinesa de PE através das teorias de *innerpolitik*, que aponta fatores internos como ideologia política e econômica, caráter nacional, e política partidária ou estrutura socioeconômica, como determinantes para a forma como os países agem no âmbito internacional. No caso da China, a sua abordagem internacional seria determinada, acima de tudo, pelo sistema político, pois:

Sendo o núcleo do sistema "leninista consultivo", o Partido Comunista da China (PCC) é muito mais do que o partido do governo ou o partido no poder. Com efeito, reivindica e assume a propriedade do país ou do Estado e afirma um monopólio na narrativa nacional, incluindo como o interesse nacional é definido (TSANG; Steve, 2020, p. 305, tradução nossa)⁴³

Desta maneira, para o autor, os interesses de política externa chineses possuem quatro características distintivas: em primeiro lugar, a centralidade da sobrevivência do regime do PCC no cálculo dos interesses nacionais da China; em segundo lugar, a abordagem instrumentalista para as organizações internacionais, cooperação, leis, normas e laços econômicos; em terceiro, a adoção do nacionalismo centrado no partido, visando instalar nos cidadãos chineses a crença de que a restauração da grandeza da China e seu lugar de direito no mundo só podem ser alcançados sob a liderança do Partido; e por fim, em quarto lugar, a adesão de uma visão realista

⁴¹ No original: China is firm in upholding its core interests which include the following: state sovereignty, national security, territorial integrity and national reunification, China's political system established by the Constitution and overall social stability, and the basic safeguards for ensuring sustainable economic and social development.

⁴² The Chinese people have always cherished a world view of "unity without uniformity," "harmony between man and nature," and "harmony is invaluable." This belief calls for the fostering of harmonious family bond, neighborhood harmony and good interpersonal relationships. Under the influence of the culture of harmony, peace-loving has been deeply ingrained in the Chinese character (China's Peaceful Development, 2011)

⁴³ Being the core of the 'consultative Leninist' system the Communist Party of China (CPC) is much more than the governing party or the party in power. It in effect claims and takes ownership of the country or the state and it asserts a monopoly in national narrative including how national interest is defined.

neoclássica do lugar do país no sistema internacional e seu poder material relativo no avanço do interesse nacional.

Campbell (2013) vai ressaltar outra característica notável na definição chinesa dos seus objetivos centrais, a saber, tão importante quanto o que está explicitado é aquilo que fica vago:

As autoridades chinesas geralmente fazem declarações de interesses essenciais, especialmente aquelas focadas na soberania nacional e integridade territorial, para promover os objetivos da política externa. Em declarações públicas durante visitas e reuniões de alto nível, as autoridades chinesas usam essas declarações para sinalizar aos Estados Unidos e a outros países que a China não deseja se comprometer em questões políticas específicas. Ocasionalmente, as autoridades chinesas indicaram que Pequim estaria disposta a usar a força para proteger os interesses centrais da China (CAMPBELL; C., 2013, p.3, tradução nossa)⁴⁴

Zeng et al. (2015), em seu estudo a respeito do estado do debate sobre os interesses vitais na academia chinesa, demonstram que, mesmo após o lançamento do Livro Branco de 2011, o conceito de “interesses vitais” ainda permanece vago e aberto a interpretações. Dos 108 artigos acadêmicos investigados, apenas 23,1% definiam claramente quais eram os interesses vitais chineses, e neles havia uma tendência a seguir o discurso oficial do governo (os artigos publicados antes de 2011 referiam-se a Dai e os que vieram depois de 2011 se referem ao Livro Branco).

Apesar disso, levando em conta tudo que foi abordado anteriormente, podemos observar que a preservação do regime é o ponto de partida para abordagem do governo chinês sobre os seus interesses centrais, criando um cenário político simbiótico onde a manutenção da estabilidade, segurança nacional e crescimento econômico são pilares para sustentar o governo do partido, ao mesmo tempo criando um sistema onde esses pilares se sustentem (ou aparentam se sustentar) na preservação do regime de Estado-Partido do PCC.

3.2 A Política Externa de Xi Jinping: Continuidades, Mudanças e Contradições

Quando Xi Jinping assumiu o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista Chinês, ele se deparou com quatro questões imediatas: a crise de corrupção, vinculada principalmente ao escândalo envolvendo Bo Xilai e outros membros proeminentes do partido; as disfuncionalidades intrapartidárias, relacionadas ao extenso corpo de burocracias, facções e interesses nos mais diversos níveis; a sensação de que o país estava à deriva, perdendo

⁴⁴ No original: Chinese officials usually make core interest declarations, especially those focused on national sovereignty and territorial integrity, to advance foreign policy objectives. In public statements during high-level visits and meetings, Chinese officials use these declarations to signal to the United States and other countries that China is unwilling to compromise on particular policy issues. Occasionally, Chinese officials have indicated Beijing would be willing to use force to protect China's core interests.

oportunidades; por fim, a quarta crise, alimentada pelas outras, era a crise de legitimidade (FEWSMITH, 2018). Como exposto anteriormente, Xi foi rápido para lidar com essas questões - e mais - valeu-se delas para consolidar seu lugar como “núcleo” do poder. Contudo, quando pensamos na Política Externa do seu governo, não podemos deixar de mencionar e nos aprofundar novamente na questão da legitimidade, principalmente ao considerarmos o sistema do governo chinês e a influência que a política doméstica tem na PE chinesa como abordado no tópico anterior.

Como enfatizado por Fewsmith (2018), a crise de legitimidade do governo do Partido não é nova. A China não era mais um Estado revolucionário, sendo assim não bastava mais reivindicar a legitimidade com base na revolução, e, desde o desastre de Tiananmen e as diversas mudanças sociais que se iniciaram nos anos 80, a ideologia comunista se enfraqueceu grandemente e já não possuía o vigor necessário para justificar o poder do PCC. Desta maneira, o Partido voltou-se nas últimas décadas para o crescimento econômico e o nacionalismo como fontes de legitimidade para o seu poder. Desde 1989, O PCC tem deliberadamente e cuidadosamente lançado as bases para tal estratégia através de educação patriótica, censura, protestos apoiados pelo governo contra o Japão, e mídia popular (controlada pelo governo) que tem reforçado uma narrativa de vitimização nacionalista (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). Entretanto, as crises mencionadas acima começaram a impactar cada vez mais a estabilidade do sistema chinês, e a possibilidade de um desaceleramento da economia tornaria a situação mais precária ainda, principalmente ao considerarmos a sensação que prevalecia entre a elite política e intelectual de que a década do governo de Hu Jintao havia sido uma década perdida:

Não se pode negar que esta década testemunhou a inflamação ou a criação de problemas imensos [...] a década de Hu e Wen não viu nenhum progresso, ou talvez até mesmo uma perda de terreno no que diz respeito a várias questões, incluindo a estrutura econômica, meio ambiente, "falência ideológica" e reforma política. (DENG; Y⁴⁵. apud FEWSMITH, 2018, p.11, tradução nossa).⁴⁶

Então, quando pensamos na necessidade de contornar a crise de legitimidade e os pilares nos quais essa legitimidade se baseia, a saber, nacionalismo e prosperidade econômica, associando com o contexto global contemporâneo de globalização e interdependência econômica, é simples compreender a importância que as relações internacionais têm, não apenas para o governo de Xi, mas para a segurança do *status quo* do PCC como um todo. A

⁴⁵ Deng Yuwen, ex-editor-adjunto do *Study Times* da Escola Central do Partido.

⁴⁶ No original: It cannot be denied that this decade has seen the festering or creation of immense problems.” Deng continued, “the decade of Hu and Wen has seen no progress, or perhaps even a loss of ground” with regard to several issues, including the economic structure, environment, “ideological bankruptcy,” and political reform.

propósito, lembre-se a vinculação do nacionalismo chinês às relações exteriores, principalmente no tocante ao “Século de Humilhação”, à dominação estrangeira e às perdas territoriais (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). Como enfatizado por Hanson et al. (2020):

O PCC, particularmente sob a liderança de Xi Jinping, tem deixado cada vez mais claro que o partido 'lidera tudo' e está no controle estrito do país por meio de sua 'ideologia' e 'sistema estrutural'.¹⁹ Isso difere das democracias liberais porque os interesses nacionais centrais da China estão intimamente centrados na segurança política autodefinida do PCC. Qualquer conduta de países ou empresas estrangeiras percebida como uma violação desses interesses nacionais essenciais é, portanto, tratada como uma ameaça direta à legitimidade e sobrevivência do PCC. (HANSON et al. 2016, p.5, tradução nossa).⁴⁷

Xi assumiu o cargo com a determinação de que missões muito importantes a cumprir e mudanças a fazer. Desta maneira, não é de se surpreender que em sua fala aos novos membros do Comitê Central, em janeiro de 2013, o Secretário Geral enfatizou a necessidade de desenvolver e defender o socialismo com características chinesas e de, ao levá-lo a cabo, não esquecer ou negar as duas eras históricas do socialismo chinês: o pré-reforma (a era de Mao) e o pós-reforma (a era de Deng). Um detalhe importante e revelador das intenções de Xi no seu governo foi a representação dessas eras como dois períodos de 30 anos que embora distintos, são interligados e inseparáveis, indicando não apenas que havia chegado o fim da era de Deng, mas que esta estabeleceria a base para a era de Xi⁴⁸. A confirmação dessa intenção veio com o endosso, pelo 19º Congresso, da "nova era" (新时代) ao referir-se ao governo de Xi, enquanto o período de Deng tem sido frequentemente citado de forma diferente como o "novo período" (新时期), mostrando uma divisão clara entre as duas eras (FEWSMITH, 2018).

Outra ação que definiu o tom do que estaria por vir no governo de Xi foi a escolha do local para a sua primeira aparição pública após ser nomeado Secretário Geral: a exposição “*The Road to Renaissance*”, no Museu de História Nacional, ainda em novembro de 2012. A exposição conta a história da exploração e vitimização da China pelas potências ocidentais até

⁴⁷ No original: The CCP, particularly under the leadership of Xi Jinping, has made it increasingly clear that the party ‘leads everything’ and is in strict control of the country through its ‘ideology’ and ‘structural system’.¹⁹ This differs from liberal democracies in that China’s core national interests are closely centred on the CCP’s own self-defined political security. Any conduct by foreign states or companies perceived to breach these core national interests is therefore treated as a direct threat to the legitimacy and survival of the CCP.

⁴⁸ Socialism with Chinese characteristics was opened up by the new period of reform and opening, but it was opened up on the foundation of the socialist fundamental system that had already been established and the more than 20 years in which construction had been carried out. Although the ideological direction, orientation, and policies of these two historical periods carrying out socialist construction had major differences, they cannot be cut apart. Even more, they are not in opposition. One cannot use the historical period following reform and opening to negate the historical period prior to reform and opening, and one cannot use the historical period prior to reform and opening to negate the historical period following reform and opening. (XI apud FEWSMITH, 2018, p. 14)

que o Partido Comunista estabeleceu o orgulho e a glória da nação, colocando-a “de pé novamente”, advertindo ao Partido que mantenha seu senso de missão e vigilância, para que a China não se torne mais uma vez um “apêndice do imperialismo econômico ocidental”. Assim Xi, logo no início do seu governo, definiu sua abordagem para a legitimidade e o cenário para o seu período de 30 anos (FEWSMITH, 2018).

No 19º Congresso do CCP Xi revelou suas mensagens ideológicas mais amplas, assim como as suas implicações para a agenda doméstica e internacional do PCC, não apenas para os próximos 5 anos, mas para os próximos 33 anos, sinalizado o fim da reforma como a conhecíamos e marcando o início de uma nova era marcada por uma China mais forte e que faria esforços para moldar a ordem global de acordo com o interesse nacional e sua visão (STANZEL, 2017). Três datas definem os marcos dos objetivos políticos do Partido: os dois centenários, 2021 (100 anos do PCC) e 2049 (100 anos da RPC), e 2035. Até estas datas o Partido deve, respectivamente:

Garantir “uma vitória decisiva na construção de uma sociedade moderadamente próspera” [...] desenvolver a China em um “grande (强 qiang) país socialista moderno que é próspero, forte (强 qiang), democrático, culturalmente avançado, harmonioso, e belo” [...] [e a] “realização básica da modernização socialista”. (STANZEL, 2017, p. 3, tradução nossa).⁴⁹

A construção dessa “nova era” passou a ser o foco da ideologia de orientação da liderança do Partido. Xi enfatizou que “desde 1949 a China experimentou uma ascensão histórica de “se pôr de pé” [1949-1976], enriquecer [1979-2012] e se fortalecer [2012 em diante]” (XI apud STANZEL, 2017, p. 4, tradução nossa)⁵⁰. O enfoque no fortalecimento chinês também pode ser visto em objetivos de política externa muito mais ambiciosos e detalhados do que os expostos por líderes anteriores, dentre eles:

O “sonho de construir um exército poderoso” (强军梦 qiang jun meng); a aspiração de construir uma “comunidade com um destino comum para a humanidade” (人类命运共同体 renlei mingyun gongtongti); e o objetivo de garantir que “a China continuará a desempenhar sua parte como um país importante e responsável, participará ativamente da reforma e do desenvolvimento do sistema de governança global e continuará contribuindo com a sabedoria e força chinesas para a governança global”. (XI apud STANZEL, 2017, p. 4, tradução nossa)⁵¹

⁴⁹ No original: secure “a decisive victory in building a moderately prosperous society” [...] develop China into a “great (强 qiang) modern socialist country that is prosperous, strong (强 qiang), democratic, culturally advanced, harmonious, and beautiful” [...] “basic realisation of socialist modernisation”.

⁵⁰ No original: t since 1949 China had experienced a “historic rise from standing up [1949-1976], growing rich [1978-2012] to getting strong [2012 onwards]”

⁵¹ No original: the “dream of building a powerful military” (强军梦 qiang jun meng); the aspiration to build a “community with a shared destiny for mankind” (人类命运共同体 renlei mingyun gongtongti); and the objective of ensuring that “China will continue to play its part as a major and responsible country, take an active

Outro indicador da “nova era” de Xi foi a mudança do conceito de “contradição principal”. No jargão Marxista, uma dessas contradições caracteriza cada período de desenvolvimento social, sendo assim um diagnóstico fundamental para a produção de políticas e direcionamento do governo para a promoção da causa socialista. No 19º Congresso concluiu-se que a principal contradição da “nova era” era "entre o desenvolvimento desequilibrado e inadequado e as necessidades cada vez maiores das pessoas por uma vida melhor". Entretanto, apesar da ênfase em uma nova fase para a política chinesa, como aludido pelo próprio Xi, seu conteúdo, significados associados e instituições ainda são baseados em estruturas e preceitos existentes (STANZEL, 2017).

Ainda em 2012, na sua visita à exposição “*The Road to Renaissance*”, sua primeira aparição oficial, Xi declarou que a realização da grande renovação da nação chinesa é o maior sonho da nação na história moderna, fazendo a primeira alusão ao que mais tarde seria conhecido como “Sonho Chinês”, definido pelos objetivos de tornar a China uma sociedade moderadamente rica em todos os aspectos em 2021, e torná-la um país socialista moderno, rico, forte, civilizado e harmonioso até 2049. Outro ponto importante que vinha sendo repetidamente enfatizado por Xi desde o 18º Congresso é a ideia de criação de uma “comunidade de destino comum”, no tocante a relação da China com outros países. Em 2014, na Conferência Central sobre Trabalho Relacionado às Relações Exteriores, Xi pediu à China que “desenvolva uma abordagem diplomática distinta, condizente com seu papel de país importante ...[e resuma] as práticas e experiências anteriores [para] conduzir a diplomacia com uma característica chinesa saliente e uma visão chinesa.” (POH; LI, 2017, p.86, tradução nossa; ênfase nossa)⁵².

Este conceito de “diplomacia de grande potência com características chinesas”, mais tarde seria definido pelo ministro de relações exteriores Wang Yi como: a construção um novo tipo de relações internacionais com cooperação *win-win*; a criação de uma rede global de parcerias; a busca por um sonho da Ásia-Pacífico; e a busca por uma visão da segurança asiática. Wang não deixou de ecoar Xi quando destacou a importância da manutenção das “características chinesas na diplomacia”, compreendidas como: o apoio inequívoco ao sistema social e ao caminho do desenvolvimento; a busca por defender uma política externa independente e pacífica; os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica; o princípio da não

part in reforming and developing the global governance system, and keep contributing Chinese wisdom and strength to global governance”.

⁵² No original: “develop a distinctive diplomatic approach befitting its role of a major country...[and sum up] past practice and experience [in order to] conduct diplomacy with a salient Chinese feature and a Chinese vision.”

interferência; a defesa da razão, da justiça e da igualdade; e a priorização do desenvolvimento interno, da reforma e da abertura chinesas (POH; LI, 2017).

Wang (2019) argumenta que este foco nas relações internacionais demonstrado por Xi desde o início do seu mandato é certamente um desvio do comportamento dos seus predecessores (Jiang e Hu), que se preocuparam mais com as questões domésticas durante os seus primeiros anos como SG do PCC. Alegando que pode-se presumir que Xi gastou a mesma - senão maior - quantidade de tempo e energia nas questões de política externa e em viagens diplomáticas, do que gastou nas questões internas, destacou que “O Pensamento de Xi” foi aplicado primeiro às suas conquistas diplomáticas e não às realizações domésticas.

Assim sendo, não é de se surpreender que Xi tornou-se o único líder, depois de Deng Xiaoping, que conseguiu fazer alterações radicais tanto no cenário político interno quanto nas relações exteriores durante o seu primeiro mandato, principalmente se considerarmos a tendência dos líderes chineses de dar à PE um papel secundário no esquema geral de governo. Essa equiparação da política externa com a política doméstica mostra a determinação de Xi e o capital político que ele investiu para que houvesse essa integração entre os dois domínios do governo (WANG, 2019).

A continuidade é expressiva com a política da era anterior (desenvolvimento), principalmente ao observarmos a própria “contradição principal” e os objetivos políticos de criar o “Rejuvenescimento Nacional”/”Sonho Chinês” apoiado pelos objetivos dos centenários. Tudo isso é indicativo de que o desenvolvimento econômico continua sendo uma prioridade máxima da política internacional chinesa e seu objetivo principal ainda é servir o desenvolvimento interno (QIN, 2014). Isto posto, neste capítulo iremos nos debruçar sobre os aspectos de continuidade, mudança e contradição na política externa da “nova era” de Xi Jinping.

Michael D. Swaine (2015) faz uma análise do conteúdo referente à política externa no livro “A Governança da China”, uma compilação de 79 discursos de Xi Jinping (formando um volume de mais de 500 páginas e 18 seções). No livro, que aborda os principais princípios, práticas oficiais e políticas das relações internacionais chinesas durante o governo de Xi Jinping, o autor conclui que embora a era de Xi apresente mudanças marcantes, que de maneira geral refletem a abordagem mais assertiva e proativa da China em relação ao resto do mundo e principalmente no contexto regional, refletindo a vontade de que o país faça mais uso de seus pontos fortes no exterior e esteja em maior sintonia com as forças de mudança (principalmente no âmbito econômico), esta era ainda possui muitas características que refletem as prioridades

da política externa chinesa iniciadas no período da Reforma. Partindo dessa análise, iremos elencar as semelhanças e diferenças da PE de Xi em relação aos seus antecessores.

As semelhanças que podem ser encontradas entre a política externa de XI e seus predecessores são: a ênfase na necessidade de que seja mantido um ambiente externo amigável, conducente ao desenvolvimento econômico pacífico de longo prazo⁵³; a indispensabilidade de que sejam promovidos padrões mais cooperativos e colaborativos ("win-win") na relações interestatais com ênfase na melhoria das relações da China com os países da sua vizinhança, baseando-se em valores de "amizade, igualdade, sinceridade, reciprocidade e inclusão", apoiando sempre a criação de uma ordem internacional mais justa e equitativa no contexto geral dos regimes globais e regionais existentes, e se comprometendo com o aprofundamento da reforma econômica, em parte por meio do envolvimento crescente da China no sistema internacional e na "economia mundial aberta" (SWAINE, 2015).

Estes aspectos podem ser vistos inúmeras vezes principalmente quando focamos nos discursos de Xi. Um exemplo disso foi um discurso feito pelo líder no Instituto de Relações Internacionais de Moscou ainda em 2013:

Se quisermos acompanhar os tempos, não devemos estar fisicamente presentes no século 21 com nossas mentes presas no passado, atoladas na era passada da expansão colonialista e do pensamento da Guerra Fria e restritas a uma mentalidade obsoleta de soma zero. Há uma necessidade objetiva de uma mudança radical nas relações internacionais, em direção a um paradigma onde as nações do mundo se unam para apoiar o desenvolvimento umas das outras. A comunidade mundial deve estabelecer um "novo modelo de relações internacionais" [新型国际关系 *xinxing guoji guanxi*] sustentado pela "cooperação win-win" [合作共赢 *hezuo gongying*], e os povos de todas as nações devem trabalhar juntos para salvaguardar a paz mundial e promover o desenvolvimento comum. (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.123, tradução nossa)⁵⁴

Xi passou a conectar esse "novo modelo de relações internacionais" com a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI - Belt and Road Initiative), apresentando-a como um meio de efetivar

⁵³ As explained in the previous contribution to CLM, successful economic management in 2017 has permitted Xi to prefer "high quality" growth over "high speed" growth, and in particular to launch "three battles": reducing financial risk; eliminating poverty; and improving the environment. While deepening economic conflicts with the United States have certainly complicated the policy environment, until now the Xi administration has stuck to this basic policy orientation.

⁵⁴ No original: If we are to keep up with the times, we must not be physically present in the 21st century with our minds stuck in the past, mired in the bygone age of colonialist expansion and Cold War thinking and constrained in an obsolete zero-sum mindset. There is an objective need for a sea change in international relations, toward a paradigm where the nations of the world come together to support each other's development. The world community must establish a "new model of international relations" [新型国际关系 *xinxing guoji guanxi*] underpinned by "win-win cooperation" [合作共赢 *hezuo gongying*], and the peoples of all nations must work together to safeguard world peace and promote common development.

essa ideia, enfatizando sempre o “senso correto de justiça”⁵⁵ chinês, explicando através dele que as intenções chinesas para a iniciativa não eram utilizá-la como um meio de dominação e um instrumento exclusivo para a promoção dos seus interesses econômicos, mas sim através dela ativamente exercer seu papel como um poder global responsável e responsivo. Desta forma, o conceito de “senso correto de justiça” passou a ser fundamental para a promoção da BRI como o novo modelo chinês de relações internacionais sustentado pela cooperação *win-win* (KAWASHIMA, 2019).

Xi afirmou, em uma conferência referente a BRI e na Conferência Central sobre Trabalho em Relações Exteriores, que “Devemos encontrar um equilíbrio amigável de interesses, defender o conceito de ‘senso correto de justiça’, defender princípios, falar de laços amigáveis, falar de integridade moral e fazer tudo o que pudermos para ajudar os países em desenvolvimento” (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.125, tradução nossa)⁵⁶, “Devemos intensificar nossos esforços para promover a cooperação prática, construir ativamente a One Belt One Road, nos esforçar para encontrar áreas onde nossos interesses se unam a outros de forma a obter ganhos mútuos e promover a cooperação prática ‘win-win’” (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.128, tradução nossa)⁵⁷.

O mesmo discurso pode ser encontrado no Livro Branco sobre Ajuda Externa, de Julho de 2014, destacando a necessidade da China, como maior e mais rico país em desenvolvimento do mundo, de se engajar em cooperação Sul-Sul, se concentrando na redução de pobreza e na melhoria dos países menos desenvolvidos, com uma ajuda externa sempre regida pelos princípios das relações *win-win*, igualdade, respeito mútuo e reconhecimento do direito dos países recipientes de buscar o caminho para o desenvolvimento que preferirem, sempre desenhando uma linha entre a postura chinesa, isenta de condições políticas, e a dos países desenvolvidos (KAWASHIMA, 2019).

Aspectos de continuidade também podem ser encontrados na estruturação e promoção de uma “segurança abrangente, comum e cooperativa” para a Ásia, principalmente, e o mundo.

⁵⁵ What is justice? Justice is all about the society of Great Togetherness [大同datong]. However, under the existing political and economic order, some countries grow prosperous, while others have lagged behind in development for a long time. This state of affairs is not what China desires. We have a duty and responsibility to assist those countries that have long been friendly to China but have struggled to develop. (YU apud KAWASHIMA, 2019, p.128)

⁵⁶ No original: We shall find an amicable balance of interests, uphold the concept of ‘correct sense of justice,’ uphold principles, speak of friendly ties, speak of moral integrity, and do all we can to assist developing countries.

⁵⁷ No original: We Should step up our efforts to promote practical cooperation, actively construct the One Belt One Road, endeavor to find areas where our interests coalesce with others so as to mutually gain, and promote practical “win-win cooperation.”

O discurso oficial adota uma postura militar defensiva, que evita corridas armamentistas e ameaças militares a terceiros, embora proponha a defesa resoluta dos preceitos de soberania nacional, integridade territorial, segurança e interesses de desenvolvimento da China em oposição às dinâmicas (especificamente a rivalidade) estatais do período da Guerra Fria, a pensamentos e políticas de “soma zero”, expansionismo, hegemonia e *power politics* (políticas de poder). No que diz respeito aos diversos sistemas sociais e caminhos para o desenvolvimento, a China continua a aderir ao princípio de não interferência em assuntos internos de outras nações. E, por fim, a China se diz engajada na busca prioritária pela resolução pacífica⁵⁸ de controvérsias entre as nações por meio do diálogo e da consulta (SWAINE, 2015).

Em 2014, na Cúpula da 4ª Conferência sobre Medidas de Interação e Construção de Confiança na Ásia (CICA), Xi aproveitou para expor sua perspectiva de “boa vizinhança” para a segurança asiática:

Em última análise, cabe ao povo da Ásia gerenciar os assuntos da Ásia, resolver os problemas de segurança da Ásia e garantir a segurança da Ásia. Os povos da Ásia têm capacidade e sabedoria para cooperar uns com os outros para alcançar a paz e a segurança em toda a Ásia. A Ásia deve ser uma Ásia aberta. Os países asiáticos devem, por um lado, trabalhar mais próximos uns dos outros. Por outro lado, devem também estender a mão da cooperação a países e regiões fora da Ásia, bem como a organizações internacionais. Saudamos todas as contribuições positivas e construtivas para a segurança e cooperação da Ásia, por meio das quais alcançamos relações “mutuamente benéficas” [双赢 shuangying] “abundantemente benéficas” [多赢 duoying] e “coletivamente benéficas” [共赢 gongying]. [...] A China permanece firmemente comprometida com o caminho do desenvolvimento pacífico e sempre seguimos uma estratégia em que todos ganham [...] e voltados para o exterior [...] O desenvolvimento pacífico da China começa aqui na Ásia, permanece enraizado na Ásia e traz bênçãos para Ásia. (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.125, tradução nossa)⁵⁹.

Como podemos ver, fica clara a relação intrínseca entre a política externa e a segurança externa para Xi, e a prioridade dada, no discurso oficial, à diplomacia de “boa vizinhança”. Contudo, apesar do enfoque mais pesado na política regional e a ênfase na “*ásia para asiáticos*”

⁵⁸ History tells us that if we pursue the path of confrontation, whether that be cold wars, hot wars, or trade wars, no one will be a true winner. There is no problem that cannot be resolved through dialogue, provided that countries are willing to treat each other as equals, respect each other, and compromise with each other. (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.137)

⁵⁹ No original: Ultimately, it is up to the people of Asia to manage Asia's affairs, solve Asia's security problems, and ensure Asia's security. Asia's peoples have the ability and wisdom to cooperate with one another to achieve peace and security throughout Asia. Asia should be an open Asia. Asian countries should, on the one hand, work closer with each other. On the other hand, they should also extend the hand of cooperation to countries and regions outside Asia, as well as to international organizations. We welcome all positive and constructive contributions toward Asia's security and cooperation, whereby we achieve “mutually beneficial” [双赢 shuangying] “abundantly beneficial” [多赢 duoying], and “collectively beneficial” [共赢 gongying] relationships. [...] China remains firmly committed to the path of peaceful development, and we always follow a win-win and outward-looking strategy [...] China's peaceful development starts right here in Asia, remains rooted in Asia, and delivers blessings to Asia.

combinado com a emergência de uma China como “potência responsiva” e mais ativa, o que indica uma posição mais assertiva na região, o discurso oficial reforça que não haveria nenhuma mudança na postura de não interferência no que diz respeito aos assuntos internos de outros países.

Xi reiterou em diversos discursos a rejeição chinesa da noção de que o fortalecimento de um país faz com que ele se torne hegemônico, explicitando que a China adere firmemente ao caminho do desenvolvimento pacífico (KAWASHIMA, 2019) e aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, a saber: “1) respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um, 2) não agressão mútua, 3) não interferência mútua nos assuntos internos de cada um, 4) igualdade e benefício mútuo e 5) coexistência pacífica” (WEISSMANN, 2015), como fizeram os sucessivos governos chineses pelos últimos 60 anos (sendo frisados diversas vezes no Livro Branco para o Desenvolvimento Pacífico).

Quanto às diferenças da abordagem de Xi, Swaine (2015) destaca as seguintes: a combinação recorrente do desejo de desenvolvimento pacífico e estabilidade com uma afirmação da defesa absoluta dos interesses centrais da China, centrada na soberania e integridade territorial, segurança e desenvolvimento; uma ênfase crescente em garantir a outras nações que a China não busca o desenvolvimento à custa dos interesses de outros países; e a enunciação de um conjunto específico e detalhado de objetivos de desenvolvimento de médio e longo prazo (os Dois Objetivos do Centenário) vinculados ao conceito do “Sonho Chinês”, todos voltados a criação de uma China mais forte, rica e em paz com potências externas.

Outras diferenças da PE de Xi estariam no seu papel mais ativo na construção de novas instituições econômicas e financeiras internacionais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Fundo da Rota da Seda, além de novas estratégias de grande escala para a promoção do desenvolvimento econômico intercontinental como a Iniciativa Cinturão e Rota. Também é característico do governo de Xi a forte ênfase no papel de liderança das Nações Unidas em áreas específicas, incluindo principalmente a segurança cibernética e o contraterrorismo, e a adoção de "O Novo Modelo de Relações entre os Principais Países" para reger as relações cooperativas entre as grandes potências, enfatizando sempre a rejeição da noção de que qualquer nação possa servir como um desenvolvimento modelo para as outras (SWAINE, 2015).

É importante destacar que, quanto ao papel das Nações Unidas, Xi reiterou em diversos discursos e pronunciamentos a aderência da China à “ordem internacional”, que é compreendida como a ONU, suas instituições e o direito internacional, explicitando o papel do país como primeiro signatário da Carta e o senso de pertencimento que a China tem em relação

a esse sistema, frisando que não há nenhuma intenção de desafiá-lo ou de iniciar um novo. Entretanto, como enfatizado por Fu Ying, presidente do Comitê de Relações Exteriores da Estratégia do Congresso Nacional Popular da China, existe uma diferença entre a “ordem mundial” e a “ordem internacional”, a primeira sendo baseada na “Pax Americana” liderada pelos Estados Unidos, regida pelos valores ocidentais, alinhamento militar liderado pelos EUA, e a ONU e suas instituições. Fu destacou que a China faz parte da “ordem internacional” e que é a ela que Xi se refere em seus discursos (KAWASHIMA, 2019).

A partir disso, e da exaltação da criação de novas formas de relações internacionais, de novos organismos internacionais e, em geral, do discurso de uma China como uma grande potência responsável e participativa, a PE de XI indica o interesse chinês de criar uma nova ordem mundial, ou pelo menos contestar as dinâmicas internacionais atuais. A posição da China como a segunda maior economia, uma potência militar emergente e como o país mais rico dentre os países em desenvolvimento, além dos efeitos da crise de 2008 que enfraqueceram os EUA e as outras potências ocidentais, serviram para dar a Xi um senso de confiança no surgimento de uma nova era e de oportunidade, as quais aludiu em diversas falas, como no seguinte excerto de um discurso de 2017 direcionado aos diplomatas chineses:

O socialismo com características chinesas entrou em uma nova era. Em primeiro lugar, devemos levar em conta o espírito do 19º Congresso Nacional do PCC e compreender com precisão as tendências atuais e as forças globais. Se você olhar para o mundo hoje, verá que estamos em uma conjuntura histórica, única em um século. [...] Desde a virada do século, temos visto o rápido desenvolvimento de vários mercados emergentes e países em desenvolvimento. Também vimos o mundo se tornar cada vez mais multipolar. Desse modo, a comunidade internacional passa por mudanças estruturais a cada dia, e o impulso dessa tendência global agora é irreversível [...] Vamos coordenar as duas grandes frentes - a doméstica e a internacional. [...] Devemos construir um novo modelo de relações internacionais e uma comunidade de futuro compartilhado para toda a humanidade. Enriqueceremos nossa infraestrutura diplomática em todas as direções, forjando uma rede global de parcerias e ampliando ainda mais nosso círculo de amigos. [...] Além disso, devemos nos engajar ativamente na governança global e nas estruturas multilaterais e salvaguardar os interesses comuns do povo chinês e da humanidade como um todo. (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.134-135, tradução nossa)⁶⁰

⁶⁰ No original: socialism with Chinese characteristics has entered a new era. First of all, we must fully take on board the spirit of the 19th CPC National Congress and accurately understand the current trends and global forces. If you look at the world today, you will see that we stand at an epochal, once-in-a-century juncture. [...] Since the turn of the century, we have seen the rapid development of numerous emerging markets and developing countries. We have also seen the world become increasingly multi-polar. In this way, the international community is undergoing structural shifts day by day, and the momentum of this global trend is now irreversible [...] We shall coordinate the two major fronts—the domestic and international front. [...] We shall build a new model of international relations and a community of shared future for all humankind. We shall enrich our diplomatic infrastructure in all directions, forging a global network of partnerships and extending ever wider our circle of friends. [...] Furthermore, we shall actively engage in global governance and multilateral frameworks and safeguard the common interests of the Chinese people and humankind as a whole.

E na Conferência Central sobre Trabalho em Relações Exteriores, em 2018, Xi ressaltou novamente que a China se encontra em uma “conjuntura histórica que ocorre uma vez no século”, constatando que:

“Para compreender a situação internacional, devemos estabelecer a visão correta da história, visão da situação geral e visão do nosso papel.” Xi explicou então a “visão do nosso papel” da seguinte forma: “Significa, simplesmente, analisar com calma os fenômenos internacionais. Também significa nos posicionar em meio a tais fenômenos, compreender como nos encaixamos no mundo mais amplo, determinar onde estamos e o que devemos fazer conforme a estrutura global muda e, assim, formular políticas diplomáticas objetivamente.” [...] ele continuou a dizer o seguinte: “Nunca na era moderna houve um momento mais oportuno para o desenvolvimento da China.” (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.136, tradução nossa)⁶¹

No 40º aniversário da Reforma, em 2018, Xi novamente fez um discurso aludindo a nova era e a nova posição da China nesse contexto:

A China está se aproximando do centro do cenário mundial. Nossa nação é cada vez mais reconhecida como um construtor da paz mundial, um contribuinte para o desenvolvimento global e um defensor da ordem internacional. [...] Vamos nos opor à tendência de impor uma vontade um sobre os outros, interferir nos assuntos de outros países; nem devemos jamais sacrificar nossos próprios direitos legítimos [...] A China nunca deve buscar a hegemonia, não importa o quanto nos desenvolvamos. (XI apud KAWASHIMA, 2019, p.137, tradução nossa)⁶²

A maior diferença entre a política de Xi e de seus predecessores não se encontra em uma mudança na essência ou no conteúdo de seus objetivos gerais, muito menos na “motivação”: a segurança do sistema chinês (leia-se aqui o governo do PCC) e a prosperidade econômica da nação. De forma geral a política da “nova era” ainda é fortemente baseada nos objetivos tradicionais da política externa chinesa e nos seus objetivos vitais estabelecidos no século XXI. A maior diferença entre Xi e os seus predecessores é o abandono da política de “esconder suas capacidades e ganhar tempo”, pregada por Deng, substituindo-a por uma postura definitivamente mais ativa, ousada e assertiva na sua abordagem de política externa, abandonando a postura mais “discreta” e reacionária dos governos anteriores e optando por uma postura de “lutar por conquistas” (*fenfa youwei*). Como constatado por Blackwill e Campbell (2016):

⁶¹ No original: “To grasp the international situation, we must establish the correct view of history, view of the overall situation, and view of our role.” Xi then explained “view of our role” as follows: “It means, simply, to calmly analyze international phenomena. It also means to position ourselves amid such phenomena, grasp how we fit into the wider world, ascertain where we stand and what we must do as the global framework shifts, and thereby objectively formulate diplomatic policies.” Xi’s explanation was by no means subdued in tone. Indeed, he went on to say the following: “Never in the modern era has there been a more opportune time for China’s development.”

⁶² No original: “China is drawing closer to the center of the world stage. Our nation is increasingly recognized as a builder of world peace, a contributor to global development, and a defender of international order.” [...] We shall oppose the trend of imposing one’s will on others, interfering in other countries’ affairs; neither shall we ever sacrifice our own legitimate rights [...] China shall never ever seek hegemony, no matter how much we develop.”

O que mais diferencia a política externa de Xi é sua disposição de usar todos os instrumentos de política, desde ativos militares até intimidação geoeconômica, bem como recompensas econômicas explícitas, para perseguir seus vários objetivos geopolíticos [...] Em geral, a política de Xi tem sido caracterizada por intimidação sobre questões territoriais e beneficência seletiva em questões econômicas, com a iminente aplicação de coerção econômica sempre presente. Sua capacidade de implementar tal política foi facilitada por sua centralização da formulação de políticas. Isso permitiu que ele agisse de forma rápida e coordenada em todos os domínios da política e recuasse da admoestação de Deng para se manter discreto, facilitando a distribuição ágil e sincronizada de recompensas e punições para os vizinhos da China. (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016, p.16-17, tradução nossa)⁶³.

A “diplomacia de grande potência com características chinesas” é sem dúvida uma mudança de paradigma, posicionando a China como uma grande potência e pedindo que se comporte como uma em todas as dimensões do sistema internacional, sendo mais ativa, construindo normas e instituições, criando seu próprio pensamento, assumindo mais responsabilidade na governança global, aumentando seu escopo de influência e fornecendo mais bem públicos (WANG, 2019). A disposição de Xi de utilizar seu poder militar para fins diplomáticos, valendo desse recurso para enviar mensagens claras aos atuais e potenciais inimigos, mesmo em situações incertas (embora seja sempre cuidadoso em evitar atritos que podem levar a um confronto direto e irreversível) é certamente uma despedida da postura de segurança chinesa definida como “assertividade sem confronto” em 2011 (LIN, 2019).

O controle de Xi sobre as forças armadas certamente gerou uma mudança de tom, principalmente no tocante a defesa dos interesses vitais. Embora Hu tenha demonstrado a postura firme da China em defender seus interesses vitais no Livro Branco de 2011, ele definitivamente não tinha um controle político e domínio das forças armadas forte o suficiente para embasar o peso de suas palavras. Por sua vez, Xi deixou claro em suas diversas visitas ao Exército de Libertação Popular (ELP) que a China fará valer suas palavras quanto à proteção da defesa de seus interesses vitais:

“[A] China se manterá no caminho do desenvolvimento pacífico, mas nunca desistirá de seus direitos legítimos e nunca sacrificará seus interesses centrais nacionais. Nenhum país deve presumir que a China comercializará seus interesses centrais ou permitirá que danos sejam causados à soberania, segurança ou interesses de desenvolvimento da China” [...] [A China também está] preparada para “lidar com as complexidades, aumentar a capacidade da nação de salvaguardar os direitos e interesses

⁶³ No original: What sets Xi’s foreign policy apart the most is his willingness to use every instrument of statecraft, from military assets to geoeconomic intimidation, as well as explicit economic rewards, to pursue his various geopolitical objectives [...] In general, Xi’s policy has been characterized by bullying over territorial issues and selective beneficence on economic matters, with the looming application of economic coercion ever present. His ability to implement such a policy has been facilitated by his centralization of policymaking. This has allowed him to act in a quick and coordinated fashion across policy domains and to retreat from Deng’s admonition to keep a low profile, facilitating the nimble and synchronized deployment of rewards and punishments to China’s neighbors.

marítimos e salvaguardar resolutamente os direitos e interesses marítimos da nação”. (POH; LI, 2017, p.86, tradução nossa)⁶⁴

No Relatório de Defesa do 19º Congresso, Xi enfatizou novamente a natureza defensiva, não ameaçadora, anti-hegemônica e contrária ao expansionismo da política de defesa nacional chinesa, ao mesmo tempo em que reiterou a necessidade de “salvaguardar a soberania e integridade territorial da China” e evitar que ‘qualquer pessoa, organização ou partido político, a qualquer momento ou sob qualquer forma’, separe qualquer parte do território chinês da China” (SWAINE, 2018, p.4, tradução nossa)⁶⁵. Importante também foi a resposta do exército ao discurso de Xi: “O ELP ‘defenderá resolutamente a soberania e integridade territorial do nosso país e [não] tolerará a repetição da tragédia histórica da divisão nacional” (SWAINE, 2018, p.6, tradução nossa)⁶⁶.

A China não tem demonstrado sua assertividade apenas por meios militares, mas também tem se valido crescentemente de “diplomacia coercitiva”, isto é, o uso de coerção (ameaças) não militares para fazer com que o alvo mude o seu comportamento. Um fator importante desse tipo de diplomacia é que pode ser utilizado tanto contra Estados, quanto contra empresas ou organizações (HANSON et al., 2020). De acordo com um Policy Brief de 2020 do Instituto de Política Estratégica Australiano em conjunto com o Centro Internacional de Cyber Política, desde 2018 houve um aumento drástico das medidas de diplomacia coercitiva por parte do PCC, principalmente no tocante a defesa dos interesses vitais. De acordo com o Brief, foram 152 ações entre 2010 e 2020, das quais 100 foram direcionadas a outros países (em sua maioria países europeus, Austrália, Nova Zelândia e países da América do Norte) e a 52 empresas. As ações podem ser divididas entre “medidas econômicas (como sanções comerciais, restrições a investimentos, proibições de turismo e boicotes populares) e medidas não econômicas (como detenções arbitrárias, restrições a viagens oficiais e ameaças emitidas pelo Estado)” (HANSON et al., 2020, p.3, tradução nossa)⁶⁷. Segundo o documento, o modelo preferido de coerção

⁶⁴ No original: “[China] will stick to the road of peaceful development, but will never give up [its] legitimate rights and will never sacrifice [its] national core interests. No country should presume that [China] will trade [its] core interests or will allow harm to be done to [China’s] sovereignty, security or development interests.”¹⁷ Xi also claimed that China was prepared to “cope with complexities, enhance the nation’s capacity in safeguarding maritime rights and interests, and resolutely safeguard the nation’s maritime rights and interests.”

⁶⁵ No original: “...safeguarding China’s sovereignty and territorial integrity” and preventing “...anyone, any organization, or any political party, at any time or in any form,” from separating any part of Chinese territory from China.

⁶⁶ No original: the PLA will “...resolutely defend the sovereignty and territorial integrity of our country and... [will] not tolerate the repetition of the historical tragedy of national division”

⁶⁷ No original: economic measures (such as trade sanctions, investment restrictions, tourism bans and popular boycotts) and non-economic measures (such as arbitrary detention, restrictions on official travel and state-issued threats).

utilizado pelo PCC são as ameaças emitidas pelo Estado. Outra descoberta interessante é que a política de “dividir e conquistar”, típica da política tradicional chinesa, ainda persiste. Geralmente, as ações de diplomacia coercitiva são direcionadas a um único país, que por sua vez adota uma postura de priorização do restabelecimento de boas relações, ocorrendo um isolamento intencional do país para que a China detenha a força comparativa e garanta a eficácia dos seus métodos coercitivos.

Xi tem mostrado um comportamento crescentemente mais assertivo no Sudeste Asiático, embora alguns possam argumentar que esta tendência se iniciou com Hu, afinal ainda em 2010 o ministro de relações exteriores Geng Yeo proferiu a famosa frase ao ministro de relações exteriores de Cingapura em uma reunião da ASEAN: “A China é um país grande e outros países são pequenos, e isso é apenas um fato” (ZHU; LU, 2015). Notadamente o governo de Xi tem adotado uma postura de “morde e assopra” na região, seguindo a mesma linha do seu discurso suave e áspero quanto às aspirações idealistas da China e a defesa de seus interesses. Vemos uma situação de crescentes investimentos na região acompanhados de medidas cada vez mais assertivas nas disputas territoriais, um exemplo claro disso tem sido as ações no Mar do Sul da China (MSC):

A China implantou unilateralmente uma plataforma de petróleo nas ilhas Spratly, a apenas 120 milhas da costa do Vietnã, e supostamente enviou oitenta navios para protegê-la. Embarcações da guarda costeira chinesa assediaram barcos de pesca filipinos e vietnamitas e ancoraram na zona econômica exclusiva da Malásia (ZEE). Em menos de dois anos, a China também reivindicou dezessete vezes mais terras no Mar da China Meridional do que todos os outros requerentes combinados nos últimos quarenta anos. As adições da China respondem por 95 por cento do total de terras recuperadas e mais de 2.900 acres ao todo, alguns dos quais agora abrigam pistas e artilharia móvel. Mesmo pequenos barcos de pesca recebem instruções de Pequim, sem falar dos navios de dragagem e das empresas estatais de petróleo, indicando que essas políticas duras são o resultado de ação intencional e coordenada, e não a soma de diversas forças burocráticas agindo de forma independente. (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016, p.17, tradução nossa)⁶⁸

Essas medidas mais duras vêm acompanhadas de investimentos massivos e da construção de organizações internacionais na área, como a Iniciativa Cinturão e Rota e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Blackwill e Campbell (2016) sugerem que os

⁶⁸ No original: China unilaterally deployed an oil rig to the Spratly Islands, only 120 miles from Vietnam’s coast, and reportedly sent eighty vessels to protect it. Chinese coast guard vessels have harassed Filipino and Vietnamese fishing boats and anchored in Malaysia’s exclusive economic zone (EEZ). In less than two years, China has also reclaimed seventeen times more land in the South China Sea than all other claimants combined over the past forty years. China’s additions account for 95 percent of total reclaimed land and more than 2,900 acres in all, some of which is now home to runways and mobile artillery. Even small fishing boats receive instructions from Beijing, never mind the dredging vessels and state oil companies, indicating that these tough policies are the result of intentional and coordinated action rather than the sum of diverse bureaucratic forces acting independently.

investimentos em meio a movimentações agressivas no MSC são coordenados para fins geopolíticos, mostrando o contraste claro entre os riscos de discordar com a China e as vantagens de cooperar com ela. Dado este panorama, podemos notar que Xi em sua política, apresenta diversos aspectos de continuidade e ruptura quando comparado com seus antecessores e apresenta um discurso marcado por contradições com a prática, uma política que por um lado tenta pregar uma imagem benevolente e por outro apresenta um discurso e medidas cada vez mais duras e assertivas, construindo uma tática de “morde e assopra” como forma de conseguir seus interesses políticos.

4 A POSTURA DO GOVERNO DE XI JINPING NO CASO DO MAR DA CHINA

Dado o panorama teórico e político explanado neste trabalho, escolhemos o caso da disputa territorial do Mar do Sul da China (MSC) para demonstrar de forma prática a política externa do governo de Xi Jinping em seus aspectos de continuidade e mudança. Para isto, primeiramente, precisamos compreender o histórico da disputa e o que está sendo disputado. De acordo com Evelyn J. Burch (2019), houve uma corrida para ocupar território no MSC nos anos que seguiram o final da Segunda Guerra Mundial. China (e Taiwan), Indonésia, Malásia, Filipinas, Vietnã e Brunei, passaram a disputar as ilhas, rochedos e elevações de maré baixa da região, principalmente considerando que a obtenção desses territórios possibilitaria a exploração do território marinho circundante.

Desta maneira, a disputa por estes territórios foi de certa forma agravada pela adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), pois, ao estabelecer os direitos de soberania e exploração sobre o território marítimo adjacente à costa dos Estados, acabou gerando novas reivindicações numa área que, devido a alta concentração de Estados costeiros, acaba tendo sobreposições entre domínios, como é o caso das respectivas zonas econômicas exclusivas.

A Convenção garante a cada Estado soberania sobre um mar territorial de até 12 milhas náuticas (nm) da sua costa (incluindo o espaço aéreo, o leito e o subsolo dessa região). Além do mar territorial, os Estados possuem uma zona contígua de 24 nm e uma área marítima adicional de 200 nm chamada de Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Dentro de suas ZEEs, os Estados possuem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, e jurisdição sobre a proteção e preservação do meio marinho (BURCH, 2019).

Um estímulo às disputas territoriais sobre as ilhas e rochedos habitáveis é que, segundo a CNUDM, estas formações também geram o direito a reivindicar essas mesmas zonas marítimas. Enquanto uma elevação de maré baixa não gera nenhuma zona marítima, um rochedo habitável e ilhas geram os mesmos direitos a zonas marítimas do que o território. China, Filipinas, Malásia e Indonésia, dentre outros Estados da região, têm por séculos utilizado a área para fins de pesca e comércio, o que torna a área um patrimônio histórico para os países envolvidos na disputa, contudo, é a China que parte de uma narrativa histórica mais forte para justificar o pertencimento da maior parte do MSC ao seu território marítimo (BURCH, 2019).

Com o “boom” de crescimento asiático ao final do século XX, as disputas se acirraram a medida que os países passaram a demandar mais hidrocarbonetos (petróleo bruto e gás natural), frutos do mar e acesso a rotas de comércio (30% do comércio mundial passa pelo MSC⁶⁹, o que torna a área uma zona de interesse não apenas regional, mas global) (BURCH, 2019). De acordo com O’Rourke (2020):

As principais rotas de navegação comercial passam pelo MSC, que liga o Pacífico Ocidental ao Oceano Índico e ao Golfo Pérsico. Estima-se que US \$ 3,4 trilhões em comércio marítimo internacional passam pelo MSC a cada ano. O DoD afirma que “o Mar do Sul da China desempenha um papel importante nas considerações de segurança em todo o Leste Asiático porque o Nordeste da Ásia depende fortemente do fluxo de petróleo e comércio através das rotas marítimas do Mar da China Meridional, incluindo mais de 80 por cento do petróleo bruto [fluindo] para o Japão, Coreia do Sul e Taiwan”. Além disso, o ECS e o SCS contêm áreas de exploração de petróleo e gás potencialmente significativas. As atividades de exploração podem potencialmente envolver Firms americanas. Os resultados das atividades de exploração podem eventualmente afetar os preços mundiais do petróleo. (O’ROURKE, 2020, p.6, tradução nossa)⁷⁰.

Para a China, a região é uma área de importância estratégica. Seja por razões econômicas, energéticas, militares ou até mesmo ideológicas, o controle da região abre a possibilidade para uma nova dinâmica regional que cria vulnerabilidades para os outros Estados (afinal, ao se aumentar o perímetro de segurança da China, o de seus vizinhos fica reduzido), dificulta coalizões, enfraquece grandemente a influência dos Estados Unidos na região, e mina a posição estratégica dos EUA no Pacífico Ocidental ao romper a Primeira Cadeia de Ilhas

⁶⁹ Thirty percent of world trade passes through the SCS (TKACIK, 2018, p.323).

⁷⁰ No original: Major commercial shipping routes pass through the SCS, which links the Western Pacific to the Indian Ocean and the Persian Gulf. An estimated \$3.4 trillion worth of international shipping trade passes through the SCS each year. DOD states that “the South China Sea plays an important role in security considerations across East Asia because Northeast Asia relies heavily on the flow of oil and commerce through South China Sea shipping lanes, including more than 80 percent of the crude oil [flowing] to Japan, South Korea, and Taiwan.” In addition, the ECS and SCS contain potentially significant oil and gas exploration areas. Exploration activities there could potentially involve U.S. firms. The results of exploration activities there could eventually affect world oil prices.

(TKACIK, 2018). Dentre os motivos para o interesse chinês na área também é preciso considerar que:

É uma importante via de trânsito para o transporte marítimo de e para a China, e mais de 85% de todo o comércio exterior chinês é transportado por navio [...] Além disso, a base primária do submarino de mísseis balísticos (SSBN) da China está na Baía de Yalong, na Ilha de Hainan, no extremo norte do SCS. (TKACIK, 2018, p. 323-324, tradução nossa)⁷¹

De acordo com O'Rourke (2020), em um relatório para o Congresso estadunidense, atualmente a China tem diversas disputas territoriais no MSC, contudo, as mais significativas são: as ilhas Paracel, as quais ocupa, e são reivindicadas também pelo Vietnã; as ilhas Spratly, que são reivindicadas, em sua totalidade, pela China, Taiwan e Vietnã, e parcialmente por Brunei, Filipinas e Malásia (todas as partes da disputa, exceto Brunei, ocupam parcialmente); e, finalmente, o Scarborough Shoal⁷², que a China ocupa desde 2012 e é reivindicado por Taiwan e pelas Filipinas. Além desses territórios, a China reivindica uma área marítima, delimitada pela “linha de nove traços”, que cobre quase a totalidade do MSC. Outro ponto de divergência com a China, principalmente envolvendo os Estados Unidos, é a busca chinesa por controlar manobras militares navais e sobrevoos militares na zona marítima que reivindica.

Embora a China invoque uma base histórica para suas reivindicações no MSC, Burch (2019) argumenta que, na verdade, as exigências atuais chinesas na região emergiram no século XX em três documentos: um mapa divulgado em 1947 (a primeira aparição da “linha de nove traços” ou da linha em forma de “U”⁷³), a “Declaração do Governo da Nova China no Mar Territorial” (onde afirmou a soberania sobre o MSC), em 1958, e a “Lei do Mar Territorial e Zona Contígua de 1992”.

Durante os vários anos de disputa, embora a postura de salvaguardar a soberania tenha se mantido, as estratégias e os níveis de assertividade variaram grandemente. A manutenção de um ambiente externo estável e pacífico foi a principal prioridade da política externa de 1989 a 2008. De 2008 em diante (sendo 2009-2011 considerado, até então, um momento de assertividade sem precedentes na região), mediante críticas dos atores e *stakeholders* marítimos chineses e de mudanças favoráveis nas capacidades militares chinesas e no balanço de poder regional, foi promovida uma política de proteção dos direitos reivindicados em detrimento da

⁷¹ No original: It is an important transit way for shipping to and from China, and over 85% of all Chinese foreign trade is carried by ship [...] Moreover, China's primary nuclear ballistic missile submarine (SSBN) base is at Yalong Bay on Hainan Island, at the northern end of the SCS.

⁷² Recife de corais.

⁷³ The People's Republic of China (PRC) government inherited the U-shaped line map drawn by the Republic of China government in 1947 and has since used it as a basis for its claims. (ZHANG, 2020, p.1).

estabilidade. Esse período teve uma quebra entre os anos de 2011-2012 (ZHANG, 2020), sendo retomada a postura assertiva com a ascensão de Xi ao poder.

Como dito, entre os anos de 2008 e 2011 a China adotou uma postura assertiva nas disputas regionais do MSC. Em 2009, Beijing, enviou duas *notes verbales* para a ONU com o mapa contendo a “linha de nove traços”, utilizada pela primeira vez para justificar as reivindicações territoriais marítimas, declarando a soberania chinesa absoluta sobre as ilhas do MSC, assim como as áreas marítimas adjacentes (ZHANG, 2020). Os documentos não definiram as coordenadas geográficas específicas da área reclamada pela China, contudo, estudos estimam que a “*linha de nove traços*” corresponde a mais de 80% da área do MSC, aproximadamente 2.000.000 de quilômetros quadrados de espaço marítimo (cerca de 22% da área terrestre da China e 62% das águas totais do MSC) e 13 quilômetros quadrados de área terrestre (excluindo Taiwan e a Ilha Pratas) (USDoS, 2019). Um fator interessante a ser ressaltado é que, além da falta de coordenadas específicas, existem inconsistências entre os mapas publicados pela própria China:

Uma descrição geográfica da linha tracejada da China é complicada por inconsistências entre o mapa da China de 2009 e outros mapas chineses, como o mapa de 1947 [...] os tamanhos e localizações dos traços do mapa de 2009 são geralmente mais curtos e mais próximos das costas de Estados vizinhos do que os traços no mapa de 1947 [...] O mapa de linha tracejada distribuído pela China para a comunidade internacional em 2009 também é cartograficamente inconsistente com outros mapas chineses publicados. Os traços do mapa de 2009 não parecem estar em localizações geográficas idênticas às travessões dos mapas de 2013-2014 publicados pela Sinomaps e os de seu antecessor, a Cartographic Publishing House (Ditu Chubanshe), datando de pelo menos 1984. (USDoS, 2019, p.5-7, tradução nossa)⁷⁴.

No período de 2009 a 2011, navios pesqueiros chineses prenderam um grande número de tripulantes de barcos de pesca estrangeiros na região, e patrulhas da guarda costeira constrangeram navios de exploração de petróleo vietnamitas e filipinos (KELLY et al., 2014). Em 2010, segundo Hillary Clinton, Dai Bingguo mencionou, presumivelmente extraoficialmente e em particular, que o MSC era um interesse vital chinês no Diálogo Estratégico e Econômico EUA-China. Isso gerou uma reação da então Secretária de Estado, que desafiou publicamente a postura chinesa de tentar mudar a percepção internacional na região, declarando na reunião do Fórum Regional da ASEAN o interesse nacional dos Estados

⁷⁴ No original: A geographic description of China's dashed line is complicated by inconsistencies between China's 2009 map and other Chinese maps, such as the 1947 map [...] the sizes and locations of the dashes from the 2009 map are generally shorter and closer to the coasts of neighboring States than the dashes in the 1947 map [...] The dashed-line map distributed by China to the international community in 2009 is also cartographically inconsistent with other published Chinese maps. The dashes from the 2009 map do not appear to be in the identical geographic locations as the dashes from the 2013-2014 maps published by Sinomaps and those of its predecessor, Cartographic Publishing House (Ditu Chubanshe), dating back to at least 1984.

Unidos na manutenção da liberdade de navegação, acesso aberto aos recursos marítimos e preservação do direito internacional no Mar do Sul da China (TSANG, 2020).

A resposta internacional a esse momento de assertividade gerou um recuo por parte da China. No final do seu mandato, Hu Jintao mostrou aversão a riscos, relutando em adotar uma estratégia assertiva de proteção dos direitos (ZHANG, 2020). Dentro de semanas, funcionários e acadêmicos indicaram que a China não caracterizou formalmente o MSC como um interesse vital e, até o final do mandato de Hu, houve muito cuidado para que nenhum oficial sênior (em serviço ativo ou não) fizesse essa definição formal ou pública (ZHANG, 2020; TSANG, 2020). Outras medidas conciliatórias adotadas nesse período foram:

A disposição para iniciar palestras de especialistas sobre um código de conduta foi indicada em setembro de 2010 (Bader, 2012, pp. 105–106). Em dezembro, o Conselheiro de Estado Dai Bingguo (Dai, 2010) publicou um artigo oficial para reafirmar a estratégia de Deng Xiaoping de se manter discreto [...] Neste contexto, em julho de 2011, a China assinou um acordo com a ASEAN sobre as Diretrizes para a Implementação do DOC, sinalizando a intenção de reduzir as tensões por meio do diálogo diplomático. Em setembro de 2011, no espírito do artigo de Dai de dezembro de 2010, Pequim publicou um white paper de política externa intitulado 'Desenvolvimento Pacífico da China', prometendo 'negociação, diálogo e consulta amigável' para resolver disputas territoriais e marítimas (Gabinete de Informação do Conselho de Estado da República Popular da China, 2011). Em outubro, foi alcançado um acordo com o Vietnã sobre "os princípios básicos que orientam a resolução de questões marítimas". (ZHANG, 2020, p.13, tradução nossa).⁷⁵

Contudo, ainda em 2012 as tensões foram elevadas novamente na região quando marinheiros de um navio de guerra filipino tentaram abordar navios de pesca chineses para investigar pesca ilegal, e dois navios da guarda costeira chinesa evitaram que os pescadores fossem presos. Este evento gerou um impasse de 2 meses, entre embarcações, envolvendo a aplicação da lei de ambos os lados no Scarborough Shoal, um recife de corais localizado na ZEE das Filipinas e que a China considera parte do Macclesfield Bank, um dos quatro grupos de ilhas que lhe pertencem no MSC. O presidente das Filipinas resolveu recorrer a arbitragem internacional para resolver o impasse (BURCH, 2020).

Apesar da China considerar o MSC como parte de uma ordem tradicional e histórica da Ásia, alguns acadêmicos argumentam que as reivindicações chinesas surgiram em resposta a crises políticas domésticas. O governo chinês usou o apego ao território para incitar sentimentos

⁷⁵ No original: A willingness to begin expert talks on a code of conduct was indicated by September 2010 (Bader, 2012, pp. 105–106). In December, State Councillor Dai Bingguo (Dai, 2010) published an authoritative article to reaffirm Deng Xiaoping's strategy of keeping a low profile [...] Against this backdrop, in July 2011, China signed an agreement with ASEAN on Guidelines for the Implementation of the DOC, signaling an intention to reduce tensions by engaging in diplomatic dialogue. In September 2011, in the spirit of Dai's December 2010 article, Beijing published a foreign policy white paper entitled 'China's Peaceful Development', pledging 'negotiation, dialogue, and friendly consultation' to resolve territorial and maritime disputes (State Council Information Office of the People's Republic of China, 2011). In October, an agreement with Vietnam on 'basic principles guiding the settlement of maritime issues' was reached.

nacionalistas, dando assim uma vertente ideológica para a disputa (BURCH, 2020). Considerando a importância do nacionalismo para a consolidação da legitimidade política do PCC na atualidade (como mencionado nos capítulos anteriores), não se surpreende que Xi, ao assumir o cargo, tenha defendido a defesa veemente de um território considerado historicamente chinês: “em sua ascensão a Secretário-Geral do Partido Comunista da China em 2012, frisou: ‘Não perca nenhum território herdado de nossos ancestrais’” (BURCH, 2020, p.9, tradução nossa)⁷⁶. Além de fatores ideológicos, não se pode esquecer o peso que o desenvolvimento e modernização das forças armadas, além do desejo de alcançar o status de Grande Potência e o objetivo de revitalização nacional (o “Sonho Chinês” inclui revitalização militar), tiveram nas atividades chinesas na região nos últimos anos. De acordo com dados do Departamento de Defesa Estadunidense:

A RPC tem numericamente a maior marinha do mundo, com uma força de batalha total de aproximadamente 350 navios e submarinos, incluindo mais de 130 grandes combatentes de superfície. A partir de 2019, a MELP é amplamente composta por plataformas multifuncionais modernas com armas e sensores avançados anti-navio, anti-aéreo e anti-submarino. A RPC encomendou seu primeiro porta-aviões de construção nacional no final de 2019. A China espera que seu segundo porta-aviões de construção nacional entre em serviço até 2023. Em 2019, a RPC lançou seu primeiro navio de assalto anfíbio da classe Yushen (Tipo 075 LHA), o seu primeiro da classe de navios de guerra anfíbios de grande deck. No curto prazo, a MELP terá a capacidade de conduzir ataques de precisão de longo alcance contra alvos terrestres de seus submarinos e combatentes de superfície usando mísseis de cruzeiro de ataque terrestre, melhorando notavelmente as capacidades de projeção de poder global da RPC. (UNITED STATES, 2020, p.44, tradução nossa)⁷⁷.

Logo no início de seu governo, Xi já tomou medidas muito mais ousadas na região em comparação com o seu predecessor. Zhang (2020) aponta que, desde o final de 2013, a China iniciou uma recuperação massiva de territórios no MSC, recuperando mais de 2.900 acres de terra entre dezembro de 2013 e junho de 2015, com a construção de ilhas artificiais em sete recifes Spratly sob seu controle. Na segunda metade de 2015, iniciou-se a fase dois da ocupação: foram construídos hangares, armas fixas, quartéis, edifícios administrativos e instalações de comunicação militares, podendo abrigar até três regimentos em cada uma das ilhas maiores (Mischief, Subi e Fiery Cross Reefs). Foram instaladas bases de comunicação melhoradas e

⁷⁶ No original: upon his ascent to General Secretary of the Communist Party of China in 2012, charged: “Do not lose any territory we inherited from our ancestors”.

⁷⁷ No original: The PRC has numerically the largest navy in the world with an overall battle force of approximately 350 ships and submarines, including more than 130 major surface combatants. As of 2019, the PLAN is largely composed of modern multi-role platforms featuring advanced anti-ship, anti-air, and anti-submarine weapons and sensors. > The PRC commissioned its first domestically built aircraft carrier in late 2019. China expects its second domestically built aircraft carrier to enter service by 2023. In 2019, the PRC launched its first Yushen class amphibious assault ship (Type 075 LHA), its first class of large deck amphibious warship. In the near-term, the PLAN will have the capability to conduct long-range precision strikes against land targets from its submarine and surface combatants using land-attack cruise missiles, notably enhancing the PRC’s global power projection capabilities.

canhões terrestres fixos nas quatro menores ilhas (recifes Johnson, Gaven, Hughes e Cuarteron). Finalmente, segundo o autor, ocorreram atualizações infraestruturais substanciais nas instalações militares nas ilhas Paracel, de forma que, agora, as ilhas Spratly e Paracel têm a capacidade de lançar aviões de combate avançados e mísseis cruise superfície-ar e anti-navio.

A postura chinesa nesse aspecto foi expressa claramente por Wu Shengli, Comandante da Marinha Chinesa (2006-2017), que “prometeu que a China “nunca desistirá pela metade” na construção de ilhas e que a China está preparada para responder às provocações e infrações às suas reivindicações” (ZHANG, 2020, p.13, tradução nossa)⁷⁸. Ainda em dezembro de 2013 foi destacado o primeiro porta-aviões chinês para manobras no MSC (o *Liaoning*), o que gerou tensões na área, com a especulação de que a China podia declarar unilateralmente uma Zona de Identificação de Defesa Aérea, movimento que já havia sido feito no Mar do Leste China (SINAGA, 2015).

Em maio de 2014, foi implantada a Hai Yang Shi You 981, a primeira plataforma de perfuração em águas profundas da China, desenvolvida pela China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), e implantada pela China National Petroleum Corporation (CNPC), como a culminação de um trabalho de exploração em conjunto das agências que vinha desde 2004 (quando dividiram entre si as reservas de petróleo ao sudoeste da Ilha de Triton) (ZHANG, 2020). A plataforma foi construída dentro de um território pertencente a Zona Econômica Exclusiva do Vietnã, pois se encontra a dezessete milhas náuticas ao sul da Ilha de Triton (Zhongjian Dao) nos Paracels, constituindo assim zona contígua da ilha, em uma área que está sob o controle chinês desde 1974. A iniciativa chinesa foi recebida com surpresa⁷⁹ e gerou repercussão negativa por parte dos vietnamitas, incitando protestos anti-China em todo o país (ZHANG, 2020).

Em março de 2014, dois navios civis fretados pela marinha das Filipinas para enviar logística para a Unidade de Fuzileiros Navais filipina estacionada em Second Thomas Shoal (banco de areia disputado nas ilhas Spratly, localizado a 200 km das ilhas Kalayaan e reivindicado como parte da plataforma continental do país) foram barrados pela China. Em junho do mesmo ano foi emitido um mapa da China pela Hunan Map Publishing House, contendo uma linha de dez traços (em oposição aos nove) no MSC e retratando Taiwan como pertencente à China continental (SINAGA, 2015). Ainda em 2014 Beijing concluiu um trabalho de extensão em um aeroporto na Ilha Woody, nas Ilhas Paracel, que agora pode acomodar

⁷⁸ No original: vowed that China will “never give up halfway” in its construction of islands and that China is prepared to respond to provocations and infringements on its claims.

⁷⁹ Devido a aproximações diplomáticas que estavam acontecendo entre China e Vietnã.

aeronaves militares (fortalecendo uma instalação que já pertence a China há décadas) (GROSSMAN, 2020).

Em uma resposta pragmática ao aumento das tensões regionais e na relação com os EUA devido às atividades assertivas da China na área do MSC, além da necessidade de promover a Belt and Road Initiative (agora um dos principais focos da PE chinesa) e de contornar os efeitos negativos da derrota chinesa na arbitragem referente ao caso do Scarborough Shoal para as Filipinas, em agosto de 2016 a China e a ASEAN concordaram em agilizar as consultas sobre um código de conduta (COC)⁸⁰ no Mar do Sul da China, cujo texto inicial foi acordado pelos dois em agosto de 2017 e as negociações formais foram iniciadas em novembro de 2017 (ZHANG, 2020). O COC não foi adotado, entretanto, visto que Camboja e Laos não permitiram que a ASEAN chegasse a um consenso sobre a questão (TKACIK, 2018).

Segundo Zhang (2020), a negociação do COC, chefiada pelo ministério de relações exteriores chinês, é fundamental para a dominação da diplomacia regional e para a consolidação dos avanços feitos pelo país até o momento (principalmente as ilhas artificiais), além de restabelecer o equilíbrio estratégico na região após o aumento das tensões na área. A suspensão da construção de instalações nas Ilhas Spratly entre o segundo semestre de 2016 até 2017, e os esforços para evitar as operações de liberdade de navegação (FONOPs⁸¹) da Marinha dos EUA, foram exemplos de articulação política entre os atores militares mais assertivos e a unificação das preferências de políticas civis, policiais e militares, demonstrando um alto nível de coordenação e centralização na política. Vale ressaltar, entretanto, que 2016 foram implantadas baterias de defesa antimísseis HQ-9 na Ilha Woody (embora não se saiba se são permanentes ou estão implantadas em uma base rotacional) (GROSSMAN, 2020).

Grossman (2020) apontou que, entre 2013 e 2017, foram realizadas operações massivas de dragagem em diversos postos avançados chineses no MSC, aprofundando as instalações portuárias e permitindo que os portos das novas bases recebam embarcações de calado profundo como aquelas responsáveis por reabastecimento, manutenção, assim como missões de inteligência, vigilância e reconhecimento. Aproximadamente 3.200 acres de terras foram produzidos nas Spratlys (assim como outras centenas de acres nas Paracels) através da recuperação de terras por dragagem. Isso permitiu a construção de pistas aéreas em três dos sete territórios controlados pela China nas ilhas Spratly (incluindo os recifes Fiery, Mischief e Subi). Em janeiro de 2017 a China anunciou o lançamento de caças J-15 Flying Shark do *Liaoning*.

⁸⁰ Do inglês *Code of Conduct*.

⁸¹ Do inglês: Freedom of Navigation Operations.

Finalmente, no final de 2019, nas proximidades das ilhas Spratly, foram conduzidos testes de mísseis balísticos anti-navios, demonstrando suas crescentes capacidades militares de contra intervenção para os EUA e aliados. Fora isso, o autor destaca as diversas instalações de armazenamento subterrâneo, hangares, radares, sensores e operações avançadas com mísseis cruzeiro anti-navio e mísseis superfície-ar.

Ainda no final de 2019, também foram iniciados os testes no mar do segundo porta-aviões chinês, o *Shandong*, com a capacidade de deslocar entre 60 a 70 mil toneladas e operar com 44 aeronaves (36 caças) com seus 315 metros de comprimento (superando o *Liaoning*). A China ainda está construindo um terceiro porta-aviões, dotado de catapultas e com uma capacidade de deslocamento de 80.000 toneladas (GIORDANI, 2020). O serviço de pesquisa para o Congresso Estadunidense, destacou algumas outras ações preocupantes da China na região do MSC, para além das detalhadas acima, como: “uma presença crescente de civis chineses em alguns dos locais no MSC ocupados pela China no MSC, incluindo tanto turistas chineses quanto (nos Paracels) assentamentos permanentes; e o movimento de alguns sistemas militares para suas bases recém-construídas no MSC” (O’ROURKE, 2020, p.11-12, tradução nossa)⁸².

A China se vale não apenas de meios militares como também do uso extensivo da Guarda Costeira Chinesa (GCC), da Milícia Marítima (que juntas formam a maior força marítima do Indo-Pacífico) e até da sua frota pesqueira de alto mar (também a maior do mundo) para a defesa dos seus interesses marítimos, chegando a utilizá-los com maior frequência nas suas operações de afirmação da soberania marítima (O’ROURKE, 2020; GROSSMAN, 2020). A GCC, a maior guarda costeira do mundo, entretanto, foi transferida de uma organização civil (como originalmente estabelecida em 2013) para uma organização militar (o que pode trazer impactos significativos para as regras de combate marítimo) e, segundo dados do Pentágono de maio de 2019, estima-se que:

[A] GCC seja composta por mais de 130 navios (em mil toneladas de deslocamento ou mais), mais de 70 combatentes de patrulha rápida (com 500 toneladas ou mais), 400 embarcações de patrulha costeira e aproximadamente 1.000 embarcações costeiras e ribeirinhas. O Pentágono avalia ainda que a maioria dos navios CCG mais novos são equipados com instalações de helicóptero, canhões de água de alta capacidade e armas variando de 30 a 76 mm, e que é provável adicionar outros 25-30 navios de patrulha até o final de 2020. Pequim declarou que o GCC alista pelo menos 17.000 funcionários, embora esta possa ser uma estimativa conservadora [...] Lyle Morris, e a maioria dos oficiais carrega armas leves. (GROSSMAN, 2020, p.5, tradução nossa)⁸³.

⁸² No original: a growing civilian Chinese presence on some of the sites in the SCS occupied by China in the SCS, including both Chinese vacationers and (in the Paracels) permanent settlements; and the movement of some military systems to its newly built bases in the SCS.

⁸³ No original: The CCG was comprised of more than 130 ships (at one thousand tons displacement or greater), more than 70 fast patrol combatants (at 500 tons or greater), 400 coastal patrol craft, and approximately

Estima-se que 71% dos 45 grandes incidentes ocorridos no MSC no período de 2010 a 2016 envolveram a Guarda Costeira ou algum navio de aplicação da lei marítima. O uso dessas forças para impor suas reivindicações com um menor risco de escalada de conflito é complementado por uma tática comumente denominada “Zona Cinzenta” (GROSSMAN, 2020), que pode ser definida como:

Um esforço ou série de esforços além da dissuasão e garantia constantes que tentam alcançar os objetivos de segurança de [um Estado] sem recorrer ao uso direto ou considerável da força [...] O Departamento de Defesa dos Estados Unidos [...] descreve isso como um progresso oportunamente cronometrada de passos incrementais, mas intensivos, para tentar aumentar o controle efetivo sobre as áreas disputadas e evitar a escalada para o conflito militar. (ZHANG, 2020, p.4-5, tradução nossa).

Assim, alguns autores⁸⁴ costumam afirmar que a China apresenta uma estratégia de “Fatiar Salame” (em terminologia brasileira, “Comer pelas Beiradas”) no MSC, adotando uma abordagem que emprega uma série de ações incrementais, pouco a pouco cortando pedaços do território e anexando-os, para mudar o *status quo* em seu favor, sem que nenhuma delas por si só represente um *casus belli*. Assim, os Estados da região não teriam poder para enfrentar essas provocações e outras potências (como os EUA) não podem interferir porque a provocação não seria grande o suficiente (O’ROURKE, 2020; TKACIK, 2018).

Fora as iniciativas militares e de “área cinzenta” na região, a China tem se valido cada vez mais de estratégias diplomáticas e econômicas para adquirir vantagens nas suas disputas territoriais no MSC, principalmente quando observamos o discurso de política externa de Xi, no que se refere aos planos de investimento e integração regional, como por exemplo a BRI e a construção de instituições internacionais como o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura. Por ser o maior parceiro comercial de muitos Estados no âmbito global e regional, a China possui uma vantagem imensa em relação aos seus concorrentes. Um exemplo disso foi a conquista de apoio das Filipinas diante das críticas da ASEAN à construção de ilhas pela China no MSC, no que foi considerada uma “reviravolta impressionante”. Acredita-se que milhões em empréstimos tenham sido cedidos às Filipinas (TKACIK, 2018), uma amostra clara da política “morde e assopra” que Xi gosta de usar. Assim, alguns autores argumentam:

Enquanto a China se engaja na diplomacia do sorriso, constrói laços econômicos e tenta espalhar o soft power asiático, por trás dessa luva de veludo permanece a coerção. A

1,000 inshore and riverine vessels.²³ The Pentagon further assesses that the majority of newer CCG ships are outfitted with helicopter facilities, high-capacity water cannons, and guns ranging from 30 to 76mm, and that it is likely to add another 25-30 patrol ships by the end of 2020.²⁴ Beijing has stated that the CCG enlists at least 17,000 personnel, though this may be a conservative estimate [...] and most officers carry light arms.

⁸⁴ O’Rourke (2020); Tkacik (2018); Zhang (2020).

coerção não é necessariamente militar; o tamanho do mercado chinês torna as ameaças econômicas viáveis. (TKACIK, 2018, p.329, tradução nossa)⁸⁵

Dessa forma, combinada com a vantagem econômica e militar chinesa, a integração regional se torna cada vez mais relevante na agenda de política externa e na agenda estratégica, pois:

A integração regional é uma meta chinesa porque reduz a dependência do Ocidente e especialmente dos EUA. A integração desta forma garante a primazia regional da China. “As instituições regionais do Leste Asiático que excluíssem os EUA permitiriam à China exercer uma influência maior sobre seus vizinhos, uma possibilidade que aparece com destaque nos debates chineses”. O multilateralismo, que antes era visto com ceticismo, tem se tornado cada vez mais “visto de maneira favorável como um meio de promover as ambições da China e a busca por status de grande potência”. Há um consenso crescente na China de que a integração regional pode permitir à China perseguir “seus interesses” e consolidar “sua posição histórica no centro dos assuntos regionais”. Em prol desse objetivo, a China está disposta a sacrificar os interesses econômicos de curto prazo em favor dos interesses estratégicos de longo prazo. (TKACIK, 2018, p.330, tradução nossa)⁸⁶.

Entretanto, como ressaltado por Burch (2019), apesar do que foi aqui exposto, a China nega que suas ações no MSC configurem militarização (atribuindo esse rótulo a fontes de países ocidentais) e também nega infração do direito internacional do mar. Em uma conferência de imprensa em 2015, Xi fez o seguinte pronunciamento:

“Estamos comprometidos em respeitar e defender a liberdade de navegação e sobrevoo de que os países gozam de acordo com o direito internacional. Atividades de construção relevantes que a China está [sic] empreendendo ... não visam ou afetam nenhum país, e a China não pretende buscar a militarização.” As atividades de construção relevantes Xi referenciadas foram as atividades de construção de ilhas da China no SCS, especificamente em as Ilhas Spratly. (XI apud BURCH, 2019, p. 2, tradução nossa)⁸⁷.

Em 2018, um porta-voz do Ministério de Relações Exteriores afirmou que “as atividades da China são ‘construtoras da paz’ e ocorrem nos ‘territórios da própria China, incluindo

⁸⁵ No original: While China engages in smile diplomacy, builds economic ties, and attempts to spread Asian soft power, underneath this velvet glove remains coercion. Coercion is not necessarily military; the size of China’s market makes economic threats viable.

⁸⁶ No original: Regional integration is a Chinese goal because it reduces dependence on the West and especially the US. Integration in this way ensures China’s regional primacy. “East Asian regional institutions that excluded the US would allow China to exert a greater influence over its neighbors, a possibility that features prominently in Chinese debates.” Multilateralism, which had previously been viewed skeptically, has increasingly become “viewed favorably as a means to promote China’s ambitions and pursuit of great power status.” There is a growing consensus in China that regional integration can allow China to pursue “its interests” and consolidate “its historical position at the center of regional affairs.” In furtherance of this goal, China has been willing to sacrifice short term economic interests in favour of long-term strategic interests.

⁸⁷ No original: “We’re committed to respecting and upholding the freedom of navigation and overflight that countries enjoy according to international law. Relevant construction activities that China are [sic] undertaking...do not target or impact any country, and China does not intend to pursue militarization.” The relevant construction activities Xi referenced were China’s island-building activities in the SCS, specifically in the Spratly Islands.

instalações de defesa nacional’, alegando que essas ações são ‘necessárias para salvaguardar a soberania e segurança da China’”(BURCH, 2019, p. 7, tradução nossa)⁸⁸.

Ainda que a China não seja o único país demandante de um território para a além de sua ZEE e também não seja o único demandando a construção de ilhas artificiais (ou de seu poder naval), suas ações militares podem ser vistas como sem precedentes e provocativas. Quanto à CNUDM, Beijing alega que suas reivindicações precedem a Convenção e que esta deve ser revisada para que exista um reconhecimento mais pleno do direito histórico (BURCH, 2019). A despeito das alegações chinesas, em 2016, no caso da República das Filipinas v. República Popular da China, a Corte Permanente de Arbitragem (CPA) deu vitória as Filipinas, concluindo que “na medida em que a China tinha direitos históricos sobre os recursos nas águas do Mar do Sul da China, tais direitos foram extintos naquilo que eram incompatíveis com as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) previstas na Convenção [CNUDM]” (CPA apud BURCH, 2019, p.4, tradução nossa)⁸⁹.

O tribunal rejeitou categoricamente as reivindicações territoriais chinesas dentro da linha de nove traços e, enfraquecendo sobremaneira qualquer respaldo legal que as reivindicações poderiam ter, contudo, o MRE chinês declarou a decisão como inválida, não vinculante, e que a China não a aceitaria nem seria obrigada por ela, o que representa um desafio claro a ordem e ao direito internacional vigentes (KAWASHIMA, 2019).

É importante compreender que, embora o discurso chinês defenda a liberdade de navegação, a definição chinesa de “liberdade de navegação” difere daquela estabelecida na CNUDM, centrando-se na capacidade dos navios de carga comercial de passar por águas internacionais, mas não incluindo operações conduzidas por navios e aeronaves militares. Nota-se também frequentes interferências em operações de pesca comercial de navios de pesca não chineses (o que poderia ser considerado interferência na liberdade de navegação de navios comerciais) (O’ROURKE, 2020).

Dado este panorama, podemos perceber que embora o governo de Hu tenha sido marcado por momentos de assertividade na região do MSC, em sua maior parte foi preferida uma postura de manutenção de um ambiente externo estável e amigável. De acordo com Burch (2019), antes de 2008, embora política chinesa tinha como objetivo alcançar um equilíbrio entre

⁸⁸ No original: China’s activities are “peace-building” and occur in “China’s own territories, including national defense facilities,” claiming that these actions are “necessary to safeguard China’s sovereignty and security.”

⁸⁹ No original: “to the extent China had historic rights to resources in the waters of the South China Sea, such rights were extinguished to the extent they were incompatible with the Exclusive Economic Zones (EEZs) provided for in the Convention [UNCLOS].”

estabilidade e direitos, a ênfase foi dada à estabilidade. Podemos ver claros sinais dessa postura na forma como Hu recuou, depois da repercussão das medidas assertivas no final de seu governo, negando a definição do Mar do Sul da China como objetivo vital e no reforço de que a China continuava seguindo a política Dengista (bem diferente da postura de Xi de negar completamente o resultado dado pela CPA, por exemplo).

Uma outra grande diferença entre as políticas de Hu e Xi foi na questão da construção das ilhas. Segundo Zhang (2020), as propostas para a construção das ilhas que foram enviadas pelo ELP ao longo dos anos 2000, não alcançaram a mesa do presidente, sendo barradas por Dai, sob o argumento de que “a hora ainda não havia chegado” (um claro remanescente da política de Deng). É importante destacar aqui que a resposta de Dai não coloca em questão se as ilhas seriam construídas, mas quando. Sendo assim, pode-se argumentar que a assertividade no MSC que vemos no governo de Xi representa aspectos de continuidade e de ruptura com tendências e pensamentos estratégicos do governo de Hu.

Existem vários motivos que possibilitaram o aumento da assertividade chinesa no MSC (ou seja, que a “hora chegasse”) no governo de Xi. Tkacik (2018), define que esta postura na região deriva de razões militares, econômicas e perceptivas. Militarmente é inegável o avanço da China nos últimos anos, o que aumentou imensamente suas capacidades de projeção militar na região. Além disso, o controle do MSC é fundamental para a redução da vulnerabilidade chinesa a bloqueios ao tráfego marítimo militar e comercial, além de ser um local ideal para desafiar a projeção de poder dos EUA na região devido a proximidade com a China e a vantagem que isso oferece. Desta maneira, politicamente:

A China gostaria de remover os dois contrapesos atuais da região, bem como a Índia, seu futuro concorrente. Remover os EUA do MSC ameaçaria a posição mais ampla dos EUA no Leste Asiático. Isso prejudicaria a credibilidade das garantias de segurança dos Estados Unidos e prejudicaria as alianças regionais porque os aliados dos Estados Unidos se preocupariam por não poderem contar com as garantias dos Estados Unidos. Também enfraqueceria a dissuasão, porque os EUA não teriam respondido a um desafio, encorajando, portanto, desafios futuros. A China também espera enfraquecer o Japão, o aliado asiático mais próximo dos EUA. [...] Pequim pode estar mais preocupada com a Índia do que o Japão no longo prazo. Atolado em dificuldades econômicas por décadas, o Japão tem uma população envelhecida e em declínio e carece de armas nucleares. A Índia é o oposto em todos os aspectos e faz fronteira com a China. (TKACIK, 2018, p.327, tradução nossa)⁹⁰.

⁹⁰ No original: China would like to remove the region’s two current counterweights as well as future peer competitor India. Removing the US from the SCS would threaten the broader US position in East Asia. It would damage the credibility of US security guarantees and it would undermine regional alliances because US allies would worry that they could not rely on US assurances. It would also weaken deterrence because the US will have failed to answer a challenge, therefore encouraging future challenges. China also hopes to weaken Japan, the closest Asian ally of the US [...] Beijing may be more worried about India than Japan in the long-term. Mired in economic malaise for decades now, Japan has an aging, shrinking population and lacks nuclear weapons. India is the opposite on all counts and shares a border with China.

Economicamente, fora as questões já referenciadas neste capítulo, existe um grande interesse nos recursos naturais que porventura existam no MSC, com um enfoque principal nas reservas de óleo. A China é dependente de petróleo importado para fomentar seu crescimento econômico (que é fator chave para a estabilidade e legitimidade do governo), o que torna o hidrocarboneto fundamental para o crescimento a longo prazo e fonte de vulnerabilidade para o país. Diante de estimativas que colocam as reservas (descobertas e não descobertas) do MSC entre 28 bilhões a 213 bilhões de barris de petróleo, o que corresponde a mais de 60 anos da demanda chinesa, compreende-se o interesse na área (TKACIK, 2018).

Tkacik (2018) também aborda a questão da percepção. Como relatado anteriormente, existe uma forte percepção de que a China está vivendo uma janela de oportunidade única. O crescimento econômico e militar (e a necessidade de protegê-los), combinado com as crises no Ocidente e a necessidade de proteger o governo do PCC, que se apoia nos pilares de crescimento econômico e no nacionalismo (onde o último tem um protagonismo cada vez mais importante à medida que o primeiro desacelera), geram assim a necessidade de sucesso na política externa. Compreende-se que ao combinarmos estes fatores existem fortes incentivos para que a hora de realizar as reivindicações no MSC seja esta. A postura forte e nacionalista foi, em parte, incentivada pelas ações mais moderadas do governo anterior, que foram vistas como uma falha na proteção dos interesses e soberania chineses, o que foi intensificado pelo aumento de empresas estrangeiras explorando petróleo no MSC (SINAGA, 2015). A construção das ilhas foi uma demonstração clara da sensibilidade ao senso de oportunidade, como podemos observar:

O ELP considerou as tendências regionais em 2013 como favoráveis para alcançar um avanço surpreendente. A relação sino-filipina foi agora irrevogavelmente danificada como resultado do controle da China de Scarborough Shoal e do pedido de arbitragem internacional das Filipinas em janeiro de 2013. De acordo com um ex-funcionário do MRE, mesmo o estabelecimento de política externa civil representado pelo MRE não teve escrúpulos sobre como piorar um relacionamento ruim [...] O recurso de Manila à arbitragem provavelmente acelerou o cronograma chinês e produziu um senso de urgência para criar novos fatos no terreno antes que quaisquer efeitos adversos da arbitragem se manifestassem. A estratégia de reequilíbrio da administração Obama continuou a exacerbar as apreensões chinesas e forneceu um pretexto geopolítico, se não um razão imediata, para a construção da ilha [...] Eles calcularam que a preocupação da América com o Oriente Médio e a Rússia desviaria sua atenção do Mar da China Meridional, dando à China uma rara janela de oportunidade de obter ganhos rápidos e irreversíveis. Assim, eles valorizam a escala e a velocidade da construção de ilhas. (ZHANG, 2020, p.19, tradução nossa)⁹¹.

⁹¹ No original: The PLA regarded regional trends in 2013 as favorable for achieving a surprise breakthrough. The Sino-Philippines relationship was now irrevocably damaged as a result of China's control of Scarborough Shoal and the Philippines' request for international arbitration in January 2013. According to a former MFA official, even the civilian foreign policy establishment represented by the MFA had no qualms about making a bad relationship worse [...] Manila's recourse to arbitration probably accelerated the Chinese timetable and produced a sense of urgency to create new facts on the ground before any adverse effects of arbitration kicked in.

Outro fator decisivo para a mudança na postura chinesa no MSC foi a consolidação do poder de Xi Jinping, que não apenas ajudou na melhora da coordenação política entre os mais diferentes atores de PE, como também conferiu o seu estilo pessoal e agenda política na configuração da política externa. Um exemplo disso foi a decisão de construir as ilhas logo no início de seu governo, que foi aprovada pessoalmente por ele sem passar pelo MRE, mostrando a importância, o peso e o alcance que as decisões de Xi têm dentro do governo chinês (YAMAGUCHI, 2016; ZHANG, 2020).

Já era possível notar a importância que Xi daria as questões marítimas desde antes da sua ascensão ao poder. Ainda em 2012, o plano de trabalho que delineava as ações para a próxima geração de líderes (o qual ajudou a elaborar) divulgado no 18º Congresso, dizia: “Devemos aumentar nossa capacidade de explorar os recursos marinhos, desenvolver a economia marinha, proteger o meio ambiente marinho ecológico, salvaguardar resolutamente os direitos e interesses marítimos da China e transformar a China em uma potência marítima” (YAMAGUCHI, 2016, p. 26, tradução nossa)⁹². Ainda no seu primeiro mandato criou o Grupo de Liderança Central de Proteção dos Direitos Marítimos, a Comissão de Segurança Nacional (ambos chefiados por ele) e promoveu reformas militares e a consolidação de organismos de aplicação da lei marinha (como a Polícia Marítima) (YAMAGUCHI, 2016).

A assertividade de Xi na região também pode ser em parte atribuída a maior participação militar nos assuntos de política externa, como observado na decisão referente à construção das ilhas. A crescente importância dada às forças armadas, principalmente na “Nova Era”, foi reconhecida resolutamente no Livro Branco de Defesa de 2019. Este Livro enfatiza a necessidade da PLA ter um papel mais ativo no avanço da PE e destaca o caráter cada vez mais global do poder militar chinês, incentivando-a a estabelecer mais parcerias estratégicas e participar de forma ativa na reforma do sistema de segurança e governança global. Assim:

O Livro Branco de Defesa de 2019 da RPC descreveu notavelmente suas forças armadas como respondendo, “fielmente ao apelo por uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade”. [...] chamou as forças armadas da RPC a agirem “a serviço” dos objetivos da política externa da China [...] a “participar ativamente na reforma do sistema de governança de segurança global” [...] [Dando reconhecimento mais] proeminente [a]o papel do ELP na defesa dos interesses ultramarinos da China,

The Obama administration’s rebalance strategy continued to exacerbate Chinese apprehensions and provided a geopolitical pretext, if not an immediate reason, for island building [...] They calculated that America’s preoccupation with the Middle East and Russia would divert its attention from the South China Sea, giving China a rare window of opportunity to make rapid and irreversible gains. They thus put a premium on the scale and speed of island building.

⁹² No original: “We should enhance our capacity for exploiting marine resources, develop the marine economy, protect the marine ecological environment, resolutely safeguard China’s maritime rights and interests, and build China into a maritime power.”

com o documento de defesa observando que o ELP "promove a segurança internacional e a cooperação militar e refina os mecanismos relevantes para proteger os interesses ultramarinos da China". (UNITED STATES. 2020, p.7, tradução nossa)⁹³

Este alinhamento explícito entre a política de defesa chinesa e as forças militares em nome da política externa, é uma distinção importante entre a atual política externa da China e a das prévias gerações, principalmente quando (excluindo o contexto de Taiwan) observamos a imensa ênfase que se dava ao discurso de desenvolvimento pacífico, anti-hegemônico e não-agressivo. Essa mudança pode ser atribuída em parte na confiança nas capacidades do ELP para apoiar a política externa chinesa e que este alinhamento estratégico é necessário para que não se deixe passar oportunidades para o cumprimento dos objetivos da “Nova Era” (UNITED STATES. 2020).

Tendo compreendido a disputa e a política chinesa no MSC, em sua retórica, prática e motivações, podemos observar quais foram os resultados desta mudança na postura da abordagem de política externa, em prol de um posicionamento mais assertivo por parte de Xi. Kelly *et al.* (2014), indica que dentre as áreas de conflito, a saber, MSC, Taiwan, Península da Coreia e Índia, a China é mais suscetível a se valer do uso (ainda que moderado) da força no MSC, afinal, é uma área crucial no âmbito econômico, energético, estratégico e ideológico (nacionalismo).

Em 2018, o chefe do Comando Marinho do Indo-Pacífico dos EUA, Philip Davidson, declarou que “a China agora é capaz de controlar o Mar da China Meridional em todos os cenários, exceto guerra com os Estados Unidos.” (DAVIDSON apud O’ROURKE, 2020, p. 13, tradução nossa)⁹⁴. Assim, compreende-se que a China foi capaz não apenas de alcançar, como de manter uma posição mais vantajosa no MSC, principalmente ao considerarmos as ações estratégicas realizadas nos últimos anos e aqui retratadas. Contudo, a assertividade chinesa na região tem gerado nervosismo não só entre os países vizinhos como também entre outras potências.

Há argumentos que classificam o comportamento da China no MSC como uma resposta pragmática as ações de outros países, visando uma posição mais vantajosa na disputa e sua

⁹³ No original: The PRC’s 2019 defense white paper notably described its armed forces as responding, “faithfully to the call for a community with a shared future for mankind.” [...] called on the PRC’s armed forces to act “in the service” of China’s foreign policy goals [...] called for China’s armed forces to, “actively participate in the reform of global security governance system.” China has more prominently recognized the PLA’s role in defending China’s overseas interests, with the defense white paper noting that the PLA “promotes international security and military cooperation and refines relevant mechanisms for protecting China’s overseas interests.”

⁹⁴ No original: “China is now capable of controlling the South China Sea in all scenarios short of war with the United States.”

segurança. Afinal o controle do território marítimo permite vantagem militar e política estratégica na região, dificulta bloqueios econômicos e militares (principalmente dos EUA) e protege o seu acesso a energia, tanto em termos logísticos de transporte quanto acesso a hidrocarbonetos (TKACIK, 2018). Existem vários outros que expressam preocupação com respeito a postura Chinesa de negar acesso ao MSC aos outros Estados reclamantes, mesmo que esta negativa vá contra as normas de liberdade de navegação e ao que está estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (o que apenas se intensificou com a recusa chinesa em aceitar o resultado da CPA). Desta maneira, é argumentado que:

O comportamento de Pequim permite intimidação futura de seus vizinhos e tentativas de afastar a principal fonte de estabilidade da região - os Estados Unidos. Se for bem-sucedida, a China será capaz de projetar força nas profundezas do Pacífico e negar as obrigações dos Estados Unidos com os tratados. É difícil classificar esse comportamento como busca de segurança. E, mesmo que classificado, o impacto desse comportamento ainda é anti-status quo. (TKACIK, 2018, p.335, tradução nossa).⁹⁵

Finalmente, nos baseando no trabalho de Grossman (2020), iremos abordar as consequências do processo de militarização realizado pela China no MSC. Segundo o autor, o anúncio, em 2009, das reivindicações territoriais chinesas no MSC e as subsequentes ações militarizantes do país na região, impulsionaram os outros Estados requerentes a modernizar suas capacidades navais e de guarda costeira, assim como as suas instalações militares no MSC ou em sua proximidade, como forma de preservar o *status quo* na região, além de impulsioná-los a realizar exercícios militares individuais ou conjuntos com cada vez mais frequência.

As ações chinesas também inspiraram reação de outras potências de fora da região (Austrália, França, Índia, Japão, Reino Unido e Estados Unidos), que estão aumentando cada vez mais sua presença militar no MSC como forma de enfrentar a expansão da China. Embora não estejam instalando estruturas militares permanentes, essas potências regularmente realizam exercícios militares conjuntos e operações de liberdade de navegação. Essa conjuntura fez com que o Quad (Diálogo Quadrilateral de Segurança), um diálogo informal de coordenação de políticas militares e de segurança (formado pela Austrália, Índia, Japão e EUA), fosse reavivado para contrabalancear as reivindicações chinesas, se reunindo cinco vezes desde novembro de 2017.

É preciso ressaltar, entretanto, que embora os Estados da região que possuem reivindicação territorial, principalmente Vietnã, Indonésia, Malásia e Filipinas, estejam fazendo

⁹⁵ No original: Beijing's behaviour allows for future intimidation of its neighbours and attempts to drive away the region's primary source of stability –the United States. If successful, China will next be capable of projecting force deep into the Pacific and negating US treaty obligations. It is difficult to classify this behaviour as security seeking. And, even if so classified, the impact of this behaviour is still anti-status quo.

esforços para se modernizar e fortalecer militarmente, os resultados obtidos são incomparáveis com o poderio Chinês, não podendo nem ser classificado como uma corrida armamentista, pois “para que fosse realmente uma corrida, teria de haver alguma competição e não há praticamente nenhuma.” (GROSSMAN, 2020, p. 2, tradução nossa)⁹⁶. Quanto ao Quad e as potências de fora da região (refiro-me aqui aos países de primeiro mundo), o que pode ser alcançado com suas ações na área ainda é nebuloso. No caso do primeiro, devido ao prévio colapso não se sabe o que o futuro lhe reserva e, quanto às potências externas, sua ação no MSC pode ser vista com desconfiança e repúdio, não apenas pela China, como pelos demais países da área devido ao passado não tão distante de exploração colonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar a política do externa do governo Xi Jinping e o caso do Mar do Sul da China, visando saber em que medida e por que razões essa política externa representa uma continuidade ou mudança em relação à PE de seus antecessores recentes. Para responder essa pergunta foram levantadas duas hipóteses. Primeiramente, Xi Jinping tem uma enorme influência na política externa chinesa por ser um Líder Predominante e ser a unidade de decisão autorizada, influenciando fortemente a direção da PE com seu pensamento. Em segundo lugar hipotetizamos que, ao observarmos a política externa chinesa da primeira década do século XXI, Xi Jinping manteve os objetivos tradicionais e certas práticas da PE chinesa, apresentando, ao mesmo tempo, elementos de ruptura.

Desta maneira, ao finalizarmos a pesquisa, pudemos observar que as hipóteses levantadas correspondem aos resultados obtidos. Xi Jinping obteve um acúmulo massivo de poder e de posições estratégicas no comando da política nacional, externa e militar ao longo dos anos. Além disso, conseguiu colocar pessoas de sua confiança nos mais diversos cargos na hierarquia do PCC, principalmente no alto escalão. Assim, conseguiu se consagrar como o líder predominante e como a unidade de decisão autorizada, pois não apenas está inserido em um regime político que favorece a existência de um líder predominante (seja no âmbito ideológico tradicional ou no estrutural), como também: ele esboça interesse em participar ativamente na política externa chinesa; possui treinamento diplomático; possui interesse e

⁹⁶ No original: For it truly be a race, there would have to be some measure of competition and there's virtually none.

expertise em áreas fundamentais para a PE; é um líder proativo e possui (e mais importante, exerce) um papel dominante na unidade decisória de política externa mais importante: o Comitê Permanente do Politburo.

Assim, não há contestar seu papel como a unidade decisória autorizada não apenas no panorama da política nacional como no da política externa. Xi demonstrou foco nas relações internacionais desde o início do seu mandato, gastando a mesma - senão maior - quantidade de tempo e energia nas questões de política externa e em viagens diplomáticas, do que gastou nas questões internas, e dedicando “O Pensamento de Xi” primeiramente às suas conquistas diplomáticas e não às suas realizações domésticas. Desse modo, Xi tornou-se não só o líder mais poderoso desde o governo de Deng Xiaoping, como também foi o único que conseguiu fazer alterações radicais tanto no cenário político interno quanto nas relações exteriores durante o seu primeiro mandato (principalmente se considerarmos a tendência dos líderes chineses de dar à PE um papel secundário no esquema geral de governo).

A política de Xi Jinping apresenta mudanças marcantes, que de maneira geral se refletem na abordagem mais assertiva e proativa da China em relação ao resto do mundo e principalmente no contexto regional, refletindo a vontade de que o país faça mais uso de seus recursos de poder no exterior e esteja em maior sintonia com as forças de mudança (principalmente no âmbito econômico). Contudo, é inegável que esta era ainda possui muitas características que refletem as prioridades da política externa chinesa de datam desde o período da Reforma.

Primeiramente, em seus aspectos de continuidade, vemos que Xi ainda enfatiza em seus discursos a necessidade de que seja mantido um ambiente externo amigável, conducente ao desenvolvimento econômico pacífico de longo prazo. Na postura oficial chinesa, isto seria alcançado através da promoção de padrões mais cooperativos e colaborativos (“win-win”) nas relações entre Estados, buscando a melhoria das relações entre a China e os países da sua vizinhança e defendendo sempre a criação de uma ordem internacional mais justa e equitativa no contexto geral dos regimes globais e regionais existentes, baseando-se em valores de amizade, igualdade, sinceridade, reciprocidade e inclusão.

A continuidade também aparece no compromisso com o aprofundamento da reforma econômica, em parte por meio do envolvimento crescente da China no sistema internacional e na economia mundial. Não esquecendo nunca de enfatizar a postura anti hegemônica e de não interferência no que diz respeito aos assuntos internos de outros países, Xi reiterou em diversos discursos a rejeição chinesa da noção de que o fortalecimento de um país faz com que ele se torne hegemônico, explicitando que a China adere firmemente ao caminho do desenvolvimento

pacífico e aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, uma clara continuidade com a postura de PE defendida pelos governos chineses durante os últimos 60 anos e em alinhamento com o que foi defendido, diversas vezes, no Livro Branco para o Desenvolvimento Pacífico, lançado em 2011 durante o Governo de Hu Jintao.

Dentre as diferenças da abordagem de Xi, podemos destacar a sua postura mais assertiva na defesa absoluta dos interesses centrais da China, centrada na soberania e integridade territorial, segurança e desenvolvimento. Mencione-se também a conduta mais ativa e ousada na construção de novas instituições econômicas e financeiras internacionais (como o BAI) e de novas estratégias de grande escala para a promoção do desenvolvimento econômico intercontinental, como a Iniciativa Cinturão e Rota, que representam grandes responsabilidades internacionais das quais os governos anteriores tendiam a se afastar.

Outra diferença entre Xi e seus predecessores foi a proposta do “Sonho Chinês”, definindo um conjunto específico e detalhado de objetivos de desenvolvimento de médio e longo prazo (os Dois Objetivos do Centenário), voltados à criação de uma China mais forte, rica e em paz com potências externas. Mais uma particularidade fundamental do atual governo foi a adoção do “Novo Modelo de Relações entre os Principais Países” para reger as relações cooperativas entre as grandes potências e, principalmente, colocando a China dentre elas.

Desta forma, a exaltação da criação de novas formas de relações internacionais, de novos organismos internacionais, de um novo pensamento de relações internacionais e, em geral, do discurso de uma China como uma grande potência responsável e participativa, além da “diplomacia de grande potência com características chinesas” são sem dúvida uma mudança de paradigma, posicionando o País como uma grande potência na expectativa de que se porte como tal em todas as dimensões do sistema internacional. Outro fator fundamental da ruptura entre a política na era de Xi e de seus predecessores é a sua disposição em utilizar o poder militar e econômico para fins diplomáticos. Esses fatores certamente representam uma despedida da postura de segurança chinesa anterior, definida como “assertividade sem confronto” e da política “discreta” pregada por Deng Xiaoping.

Sendo assim, podemos concluir que a maior diferença entre a política de Xi e de seus predecessores não se encontra em uma mudança na essência ou no conteúdo de seus objetivos gerais tradicionais, muito menos na “motivação”: a segurança do sistema chinês (leia-se aqui o governo do PCC) e a prosperidade econômica da nação. A política da “nova era” ainda é fortemente baseada nos objetivos tradicionais da política externa chinesa e nos seus objetivos vitais estabelecidos no século XXI. A maior diferença, então é o abandono da política de “esconder suas capacidades e ganhar tempo”, substituindo-a por uma postura definitivamente

mais ativa, ousada e assertiva na sua abordagem de política externa, baseada no conceito de “lutar por conquistas” (*fenfa youwei*).

No estudo de caso escolhido, a disputa territorial no Mar do Sul da China, podemos notar na prática os elementos de continuidade e, principalmente os de mudança. Quanto aos primeiros, não podemos deixar de ressaltar que a recente onda de assertividade na região se iniciou durante o governo de Hu, onde começaram as primeiras falas indicativas de que o MSC era um interesse vital chinês e foram liberadas, em 2009, as duas *notes verbales* para a ONU com o mapa contendo a “linha de nove traços” (utilizada pela primeira vez para justificar as reivindicações territoriais marítimas), declarando a soberania chinesa absoluta, baseada em fatores históricos, sobre as ilhas do MSC e áreas marítimas adjacentes (correspondendo a mais de 80% da área do MSC). A escalada de assertividade no período de 2009-2011 havia sido considerada sem precedentes.

Ainda tocando neste ponto, não podemos esquecer que o Livro Branco para o Desenvolvimento Pacífico anuncia que o governo iria defender firmemente seus interesses vitais, dentre os quais constam soberania estatal, segurança nacional, integridade territorial e as salvaguardas básicas para garantir o desenvolvimento econômico e social sustentável, além de reunificação territorial (China’s Peaceful Development, 2011). Todos estes são interesses que argumentavelmente seriam defendidos através de uma postura mais assertiva no MSC, como podemos observar ao considerarmos o pronunciamento de 2018.

Sem embargo, apesar das diversas semelhanças nos discursos e no direcionamento dos objetivos, podemos observar diferenças marcantes na abordagem de Xi. Primeiramente, embora a recente onda de assertividade no MSC tenha se iniciado no governo de Hu, ela se concentrou em uma janela curta de tempo e, em sua maior parte, foi mantida uma postura com ênfase na manutenção de um ambiente externo estável e amigável. Xi por sua vez, logo de início optou por uma postura muito mais ousada e assertiva, iniciando a construção das ilhas ainda no seu primeiro ano de governo, uma política que tinha sido evitada durante todo o governo de Hu por ainda não ser a “hora certa”.

Um exemplo de outra grande diferença entre as políticas de Hu e Xi pode ser encontrada na sua reação às críticas da comunidade internacional. Por exemplo, enquanto Hu recuou diante da repercussão de suas políticas no MSC (principalmente ao considerarmos a reação dos EUA), Xi negou completamente o resultado dado pela CPA na disputa entre a China e as Filipinas e tem condenado os exercícios militares dos EUA e nações aliadas no MSC.

Outro ponto singular do governo de Xi é a crescente militarização da área e o alinhamento explícito entre a política de defesa chinesa e as forças militares em nome da política

externa. Porém, pode-se argumentar aqui que, mesmo que Hu ou Jiang quisessem tomar essas medidas, eles não teriam as condições políticas ou materiais para tal, afinal nenhum deles tinha tamanho controle sobre o Exército de Libertação Popular (dentre outros atores governamentais). Essa mudança de conjuntura dá a Xi Jinping a confiança não apenas de que o ELP desfruta das capacidades militares para apoiar a política externa chinesa, como também que ele tem o alinhamento estratégico necessário para esse fim, afinal, como mencionado anteriormente neste trabalho, em seus discursos oficiais recentes, o ELP tem apregoado a absoluta lealdade não só ao PCC, mas a Xi em particular.

Dado este panorama, podemos notar que Xi, em sua política, apresenta diversos aspectos de continuidade e ruptura quando comparado com seus antecessores. De forma geral, como podemos observar neste trabalho, as maiores coerências com os governos e políticas anteriores podem ser encontradas no discurso do soberano. Não devemos esquecer também que as motivações por trás da política externa continuam em grande parte sendo as mesmas: a defesa do governo do PCC, acima de tudo; desenvolvimento econômico; soberania territorial; e, através destes, a harmonia nacional.

Por sua vez, as rupturas podem ser encontradas nas ações que demonstram uma política externa cada vez mais personalista (com podemos observar na declaração de lealdade do ELP a Xi), assertiva, militarizada e ousada (o que podemos ver claramente nas ações no MSC), formando assim um discurso marcado por contradições tanto internas quanto na prática onde, por um lado, apresenta-se uma política que tenta pregar uma imagem benevolente, pacífica, anti-hegemônica e defensora de cooperação *win-win*, e por outro, oferece discursos e medidas cada vez mais duras, assertivas e inflexíveis na defesa de seus interesses nacionais, construindo uma tática de “morde e assopra” como forma de conseguir seus interesses políticos.

Dado este panorama, nos resta especular o que o futuro reserva e quais serão os resultados dessa mudança de paradigma. Entre 26 e 29 de outubro de 2020 foi realizada em Beijing a 5ª Sessão Plenária do 19º Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), que liberou o 14º Plano de cinco anos, correspondente ao período de 2021 a 2025. Os principais pontos abordados pelo *comunique* são o Desenvolvimento Econômico e Social Nacional e os Objetivos de Longo Prazo até o ano de 2035, o que nos fornece um bom direcionamento para as futuras ações de Xi.

As propostas para a formulação do plano foram liberadas para o público 3 de novembro, dentre elas: aumento significativo da força econômica, tecnológica e da força nacional composta; alcance da nova industrialização, aplicação de TI, urbanização e modernização agrícola; alcance da modernização do sistema e da capacidade de governança da China,

destacando o desenvolvimento do estado de direito para o país, o governo e a sociedade; a abertura chegará a um novo estágio com o crescimento substancial das forças do país para participar da cooperação econômica internacional e da competição; o PIB per capita atingirá o nível dos países moderadamente desenvolvidos; finalmente, a implementação da iniciativa China Pacífica será promovida a um nível superior e será alcançada a modernização da defesa nacional e militar (CHINA, 2020).

Fora as iniciativas acima reportadas, o comunicado ainda traz garantias a proteção ambiental, a redução de disparidades no desenvolvimento urbano-rural, entre regiões e padrões de vida, além de prometer que a China se tornará um país forte em cultura, educação, talento, esportes e saúde, garantindo o desenvolvimento completo de todas as pessoas, a etiqueta social e a civilidade serão significativamente aprimoradas, assim como o soft power cultural chinês ficará muito mais forte (CHINA, 2020).

Segundo noticiado pela Xinhua (2020), Xi afirmou que a proposta foi um exemplo da democracia intrapartidária do PCC e da democracia socialista da China, já que durante a construção da proposta foram pedidos comentários e sugestões aos mais diversos setores (chegando a arrecadar mais de um milhão entre 16 e 29 de agosto) e 546 foram utilizados na construção do documento (HUAXIA, 2020). A sessão plenária celebrou o alcance de diversas metas estabelecidas no 13º plano de 5 anos, dentre elas, destaca-se o sucesso nos objetivos de erradicação, removendo mais de 55 milhões de pessoas da linha da pobreza e dando acesso a mais 1 bilhão a segurança social (HUAXIA, 2020).

De acordo com Blanchette e Kennedy (2020), embora tenha havido especulações que Xi teria um declínio, ou ao menos mais contestação, de poder devido a sua postura assertiva e ousada nos âmbitos internos e externos, o comunicado do Plenário mostrou que a sua posição política continua firme e forte dentro dos mais altos escalões do PCC. O documento todo é fortemente marcado por referências ao seu pensamento, estratégias, campanhas e políticas (indo desde campanhas ideológicas a iniciativas geoestratégicas). O comunicado também foi extremamente importante para a definição do status atual e futuro de Xi, mostrando que seu poder atingiu novos patamares, ao consolidá-lo como navegador e timoneiro central, título que havia sido abandonado desde a morte de Mao.

Quanto ao futuro das relações internacionais chinesas e a postura de política externa do país, o comunicado continua a afirmar que a China se encontra em um “período de oportunidade estratégica importante”, contudo destaca há “novos desenvolvimentos e mudanças nas oportunidades e desafios”. O documento também faz referência a um “ajuste profundo na balança internacional de poder”, terminologia que aparece pela primeira vez em um documento

de tamanha importância hierárquica e que havia sido usado previamente associado às mudanças estruturais que seguiram a crise financeira de 2008, reforçando a narrativa da deterioração do poder ocidental, principalmente dos EUA e aumentando a confiança chinesa em sua consolidação de poder e crescimento. De forma geral pode-se notar uma mudança de paradigma, onde Beijing passa a caracterizar suas relações com o ambiente internacional (principalmente suas relações com os Estados Unidos) como de rivalidade, protecionismo e fragmentação das cadeias de valor globais (BLANCHETTE; KENNEDY, 2020).

Quanto ao MSC, segundo Greene (2020), a pandemia de COVID-19 não apenas não deteve os avanços chineses na região, mas ofereceu a distração perfeita para que o ELP acelerasse suas atividades na área. Desde abril de 2020 a China tem aumentado sua presença e realizado mais atividades no MSC valendo-se da oportunidade do vácuo de poder na região depois que as marinhas de outros países (principalmente EUA) tiveram que reduzir suas atividades na região devido à Pandemia. Desta maneira:

A China conduziu exercícios militares no Mar da China Meridional em abril e, até 19 de abril, havia estabelecido duas novas divisões administrativas na região. Em 11 de abril, o porta-aviões da China, Liaoning, entrou no Oceano Pacífico, viajando entre as ilhas japonesas de Okinawa e Miyakojima, passando para o sul através das águas orientais de Taiwan e viajando através do Canal de Bashi para entrar no Mar do Sul da China. Em 13 de abril, um porta-voz do PLANO chinês afirmou que a Marinha pretendia normalizar tais manobras e exercícios no futuro. A intenção da China era mostrar a predominância marítima de sua marinha na região oeste do Pacífico, desde o Mar da China Meridional até a chamada Segunda Cadeia de Ilhas, que se estende das ilhas japonesas ao sul de Honshu, passando por Guam, e ao sul até Papua Nova Guiné. (BONJI, 2020, tradução nossa)⁹⁷.

A Defesa australiana, assim como diversos outros países da região, agora admite que a China conseguiu estabelecer controle militar sobre o MSC e Richard McGregor, um membro sênior do The Lowy Institute, alertou para a crescente chance de que alguma forma de conflito seja desencadeada no MSC (GREENE, 2020; BONJI, 2020). As manobras militares de alta intensidade chinesas em territórios disputados, principalmente nas proximidades das Ilhas Paracel, têm gerado tensão e respostas tanto entre países da região quanto entre potências externas.

⁹⁷ No original: China conducted military exercises in the South China Sea in April, and, by April 19, had established two new administrative divisions in the region. On April 11, China's aircraft carrier, Liaoning, entered the Pacific Ocean, plying between the Japanese islands of Okinawa and Miyakojima, passing southward through Taiwan's eastern waters, and traveling via the Bashi Channel to enter the South China Sea. On April 13, a Chinese PLAN spokesperson stated that the Navy intended to normalize such maneuvers and drills going forward. China's intention was to display the maritime predominance of its navy in the western Pacific Region, from the South China Sea to the so-called Second Island Chain stretching from Japan's island holdings south of Honshu through Guam and south to Papua New Guinea.

Enquanto países como Estados Unidos e Austrália declararam que as demandas territoriais da China são completamente ilegais e o Japão pede por mais ações conjuntas na área para refrear os avanços chineses (USDoS, 2020; GREENE, 2020; BONJI). Os países da ASEAN em seu comunique de 2020, além de afirmarem a necessidade da implementação do código de conduta, também fizeram esta declaração sobre a disputa:

Discutimos a situação no Mar da China Meridional, durante a qual alguns ministros expressaram preocupações sobre as reclamações de terras, atividades e incidentes graves na área, que corroeram a confiança e aumentaram as tensões e podem minar a paz, a segurança e estabilidade na região. Reafirmamos a necessidade de aumentar a confiança e a segurança mútuas, exercer autocontenção na condução de atividades que complicariam ou escalariam disputas e afetariam a paz e estabilidade e evitaríamos ações que possam complicar ainda mais a situação. Reafirmamos ainda a necessidade de buscar a solução pacífica de controvérsias de acordo com os princípios universalmente reconhecidos do direito internacional, incluindo a UNCLOS de 1982. Enfatizamos a importância da não militarização e autocontenção na condução de todas as atividades pelos requerentes e todos os outros estados, incluindo aqueles mencionados no DOC que poderiam ainda complicar a situação e aumentar as tensões no Mar do Sul da China.(ASEAN, 2020, p.27, tradução nossa)⁹⁸.

É interessante destacar a resposta do Presidente Duterte das Filipinas, que emitiu uma diretiva proibindo a marinha filipina de participar de qualquer exercícios navais/marítimos com exércitos de outros países nas áreas disputadas do MSC, de forma a evitar uma escalada nas já elevadas tensões na região. Visto que os EUA e outros países aliados (como Austrália e Japão) têm realizado recentemente manobras e exercícios na região. O presidente tem receio de que as filipinas fique presa no “fogo cruzado” entre a China e os Estados Unidos e reconhece que uma desavença com qualquer um dos países seria desvantajosa, então as Filipinas adotaram uma postura oficial de “amigo de todos, inimigo de ninguém” (MALINDOG-UY, 2020). O Instituto de Estudos de Desenvolvimento Integrado (IEDI), um think tank com sede em Manila, também oferece uma visão relevante para a discussão:

[O IEDI] Afirma que a entrada de navios de guerra e fragatas americanos, australianos e japoneses no SCS pode ser comparada a um retorno ao período colonial das potências que desmembraram a China, onde qualquer "acidente", possivelmente deliberado, ou incidentes ou falhas de comunicação podem acontecer no SCS. (MALINDOG-UY, 2020, tradução nossa)⁹⁹.

⁹⁸ No original: We discussed the situation in the South China Sea, during which concerns were expressed by some Ministers on the land reclamations, activities, and serious incidents in the area, which have eroded trust and confidence, increased tensions, and may undermine peace, security, and stability in the region. We reaffirmed the need to enhance mutual trust and confidence, exercise self-restraint in the conduct of activities that would complicate or escalate disputes and affect peace and stability and avoid actions that may further complicate the situation. We further reaffirmed the need to pursue peaceful resolution of disputes in accordance with the universally recognised principles of international law, including the 1982 UNCLOS. We emphasised the importance of non-militarisation and self-restraint in the conduct of all activities by claimants and all other states, including those mentioned in the DOC that could urther complicate the situation and escalate tensions in the South China Sea

⁹⁹ No original: It asserts that the entry of American, Australian, and Japanese battleships and frigates into the SCS can be likened to a return to the colonial period of the powers that dismembered China, where any “accident,” possibly deliberate ones, or incidents or miscommunications can happen in the SCS.

Assim, nos próximos anos podemos esperar ver uma China, comandada por Xi Jinping, cada vez mais ativa tanto nos âmbitos regional quanto global, mantendo, por um lado, o discurso pacífico, de cooperação *win-win*, anti-imperialista, anti-hegemônico e defensor de um “destino compartilhado”, e, por outro, políticas cada vez mais ousadas e assertivas, à medida que as capacidades chinesas aumentem e as oportunidades surgirem.

REFERÊNCIAS

ASEAN. **JOINT COMMUNIQUÉ OF THE 53 rd ASEAN FOREIGN MINISTERS' MEETING 9 SEPTEMBER 2020**. ASEAN (Vietnam). 2020. Disponível em: <https://asean.org/storage/2020/09/FINAL-Joint-Communique-of-the-53rd-AMM.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020

BADER, Jeffrey A. **How Xi Jinping Sees the World & and Why**. Brookings Institution, 2016.

BLACKWILL, Robert D.; CAMPBELL, Kurt M. **Xi Jinping on the global stage: Chinese foreign policy under a powerful but exposed leader**. Council on Foreign Relations Press, 2016.

BLANCHETTE, Jude; KENNEDY, Scott ([S. I.]). **China's Fifth Plenum: Reading the Initial Tea Leaves**. CSIS. 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/chinas-fifth-plenum-reading-initial-tea-leaves>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BONJI, Kohara. **Tensions Rise in the South China Sea: US, Chinese Maneuvers in Neighboring Waters**. Nippon. 2020. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/in-depth/d00601/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BUCKLEY, Chris. Xi Starts New Term in China, With Trusted Deputy to Deal With Trump. **New York Times**, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/03/16/world/asia/china-wang-qishan-vice-president.html>. Acesso em 2020.

BURCH, Evelyn Jo. **THE GEOPOLITICS OF POWER: UNDERSTANDING CHINA'S MILITARIZATION OF THE SOUTH CHINA SEA**. 2019. Tese de Doutorado.

CABESTAN, Jean-Pierre. Political changes in China since the 19th CCP Congress: Xi Jinping is not weaker but more contested. **East Asia**, v. 36, n. 1, p. 1-21, 2019.

CAMPBELL, Caitlin *et al.* China's" core Interests' and the East China Sea. **US-China Economic and Security Review Commission**, 2013.

CHINA. CPC CENTRAL COMMITTEE. Communist Party Of China. **CPC Central Committee's development proposals set long-range goals through 2035**. The State Council The People's Republic of China. 2020. Disponível em: http://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202011/03/content_WS5fa159efc6d0f7257693edc1.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

FEWSMITH, Joseph. The 19th party congress: ringing in Xi Jinping's New Age. **China Leadership Monitor**, v. 55, p. 1-22, 2018.

GIORDANI. Os dois porta-aviões da China completaram o treinamento e testes de mar. **Cavok**. 2020. Disponível em: <https://www.cavok.com.br/os-dois-porta-avioes-da-china-completaram-o-treinamento-e-testes-de-mar#:~:text=O%20Shandong%2C%20o%20segundo%20porta,um%20terceiro%20está%20em%20construção>. Acesso em 2020.

GODBOLE, Avinash. China's Asia strategy under president Xi Jinping. **Strategic Analysis**, v. 39, n. 3, p. 298-302, 2015

GREENE, Andrew. **China has 'won control' of the South China Sea. Now we wait for Beijing's next move.** ABC (AU). 2020. Disponível em:

<https://www.abc.net.au/news/2020-07-26/china-has-control-south-china-sea-australia-confrontation/12491366>. Acesso em: 20 nov. 2020..

GROSSMAN, Derek. Military Build Up in the South China Sea. **RAND**, 2020. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/external_publications/EP68058.html. Acesso em novembro de 2020.

GUO, Xuezhi. **The Politics of the Core Leader in China: Culture, Institution, Legitimacy, and Power.** Cambridge University Press, 2019

HANSON, Fergus; CURREY, Emilia; BEATTIE, Tracy. The Chinese Communist Party's Coercive Diplomacy. Policy Brief (Report No. 36/2020), Australia: **Australian Strategic Policy Institute-International Cyber Policy Centre**, 2020.

HERMANN, Margaret G. How decision units shape foreign policy: A theoretical framework. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 47-81, 2001.

_____. *et al.* Who leads matters: The effects of powerful individuals. **International Studies Review**, v. 3, n. 2, p. 83-131, 2001.

HUAXIA (China). Xinhua (ed.). **Xi Focus: Xi expounds on CPC proposals for China's new development plan.** 2020. Disponível em:

http://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202011/03/content_WS5fa159efc6d0f7257693edc1.html. Acesso em: 19 nov. 2020.

HUDSON, Valerie M. Foreign policy analysis: Actor-specific theory and the ground of international relations. **Foreign policy analysis**, p. 1-30, 2005.

_____. **Foreign policy analysis: classic and contemporary theory.** Rowman & Littlefield, 2013.

JAKOBSON, Linda. China's Foreign Policy Dilemma. **Lowy Institute for International Policy**, 2013.

_____.; MANUEL, Ryan. How are foreign policy decisions made in China?. **Asia & the Pacific Policy Studies**, v. 3, n. 1, p. 101-110, 2016.

KAWASHIMA, Shin. Xi Jinping's diplomatic philosophy and vision for international order: Continuity and change from the Hu Jintao era. **Asia-Pacific Review**, v. 26, n. 1, p. 121-145, 2019.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China.** Rio de Janeiro; Objetiva, 2011.

LAWRENCE, Susan V.; MARTIN, Michael F. **Understanding China's political system.** 2013.

LEE, Sangkuk. An institutional analysis of Xi Jinping's centralization of power. **Journal of Contemporary China**, v. 26, n. 105, p. 325-336, 2017.

LI, Cheng. Xi Jinping's inner circle (Part 1: the Shaanxi gang). **China Leadership Monitor**, v. 43, p. 30, 2014.

_____. China's new Politburo and Politburo Standing Committee. **Brookings**. 2017.
Disponível em: <https://www.brookings.edu/interactives/chinas-new-politburo-standing-committee/>. Acesso em 2020.

LIN, Zhimin. Xi Jinping's 'major country diplomacy': The impacts of China's growing capacity. **Journal of Contemporary China**, v. 28, n. 115, p. 31-46, 2019.

MALINDOG-UY, Anna Rosario. **Militarising The South China Sea Amid A Pandemic**. The ASEAN Post. 2020. Disponível em:
<https://theaseanpost.com/article/militarising-south-china-sea-amid-pandemic>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MILLER, Alice. The 19th Central Committee Politburo. **China Leadership Monitor**, v. 55, 2018.

MULVENON, James. "Safeguarding the Core and Following Commands": Party-Army Relations Before the 19th Party Congress. **China Leadership Monitor**, n. 53, 2017.

NAUGHTON, Barry. Xi's System, Xi's Men: After the March 2018 National People's Congress. **China Leadership Monitor**, v. 56, p. 8, 2018.

NIE, Wenjuan. Xi Jinping's foreign policy dilemma: one belt, one road or the South China Sea?. **Contemporary Southeast Asia**, p. 422-444, 2016.

One Belt-One Road & South China Sea: Xi Jinping's Priorities. **Belt & Road News**, 2019.
Disponível em: <https://www.beltandroad.news/2019/03/08/one-belt-one-road-south-china-sea-xi-jinpings-priorities/>. Acesso em 2019.

O'ROURKE, Ronald. US-China Strategic Competition in South and East China Seas: Background and Issues for Congress. Washington, DC: **Congressional Research Service**, March, v. 13, 2020.

POH, Angela; LI, Mingjiang. A China in transition: The rhetoric and substance of Chinese foreign policy under Xi Jinping. **Asian Security**, v. 13, n. 2, p. 84-97, 2017.

QIN, Yaqing. Continuity through change: Background knowledge and China's international strategy. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 3, p. 285-314, 2014.

SINAGA, Lidya C. China's Assertive Foreign Policy in South China Sea under Xi Jinping: Its Impact on United States and Australian Foreign Policy. **Journal of ASEAN Studies**, v. 3, n. 2, p. 133-149, 2015.

STANZEL, A. *et al.* China's "New Era" with Xi Jinping Characteristics'. **European Council on Foreign Relations**, v. 12, 2017.

SUTTER, Robert G. China's Growing International Role. In: **International Politics in Times of Change**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2012. p. 117-134.

SWAINE, Michael D. China's Assertive Behavior: Part One: On 'Core Interests,'. **China Leadership Monitor**, v. 34, n. 22, p. 1-25, 2011.

_____. Xi Jinping on Chinese foreign relations: The governance of China and Chinese commentary. **China Leadership Monitor**, v. 48, n. 1, p. 1-13, 2015.

_____. Chinese views of foreign policy in the 19th party congress. **China Leadership Monitor**, v. 55, n. 23, p. 1-13, 2018.

THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Information Office of the State Council. **China's Peaceful Development**. Beijing, setembro, 2011.

TKACIK, Michael. Understanding China's goals and strategy in the South China Sea: bringing context to a revisionist systemic challenge—intentions and impact. **Defense & Security Analysis**, v. 34, n. 4, p. 321-344, 2018.

TSANG, Steve. Party-state Realism: A Framework for Understanding China's Approach to Foreign Policy. **Journal of Contemporary China**, v. 29, n. 122, p. 304-318, 2020.

UNITED STATES, OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE. **Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2020**. Annual Report to Congress, 2020.

USDoS, BUREAU OF OCEANS AND INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL AND SCIENTIFIC AFFAIRS. China: Maritime claims in the South China Sea. **Limits in the Seas**, v. 143, 2014.

WANG, Jianwei. Xi Jinping's 'Major Country Diplomacy:' A Paradigm Shift?. **Journal of Contemporary China**, v. 28, n. 115, p. 15-30, 2019.

WEISSMANN, Mikael. Chinese Foreign Policy in a Global Perspective: A Responsible Reformer" Striving For Achievement". **Journal of China and International Relations**, v. 3, n. 1, 2015.

XI, J. The central conference on work relating to foreign affairs was held in Beijing: Xi Jinping delivered an important address at the conference. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**. Xinhua, November, v. 29, 2014.

_____. Explanatory Notes for the 'Decision of the Central Committee of the Communist party of China on Some Major issues Concerning Comprehensively Deepening the reforms', **China.org.cn**. 2014. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-01/16/content_31210122.htm. Acesso em 2020.

_____. The Party's Ruling Status Does Not Hold Good Once and for All. **Chinese Law & Government**, 48:6, 439-440, 2016.

YAMAGUCHI, Shinji. Strategies of China's Maritime Actors in the South China Sea. A Coordinated Plan under the Leadership of Xi Jinping?. **China Perspectives**, v. 2016, n. 2016/3, p. 23-31, 2016.

ZENG, Jinghan; XIAO, Yuefan; BRESLIN, Shaun. Securing China's core interests: the state of the debate in China. **International Affairs**, v. 91, n. 2, p. 245-266, 2015.

ZHANG, Feng. China's long march at sea: explaining Beijing's South China Sea strategy, 2009–2016. **The Pacific Review**, p. 1-31, 2020.

ZHU, Feng; LU, Peng. Be strong and be good? Continuity and change in China's international strategy under Xi Jinping. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 01, p. 19-34, 2015.